

REVISTA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE

REVISTA EDITADA PELO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – ANO LII Nº 261 – MAIO/JUNHO 2023

CReCER CONFERENCIA
2023
Sao Paulo
BRASIL

Reportagem

O avanço dos relatórios sustentáveis na América Latina: uma visão CReCER 2023

Artigos abordam importantes temas para a profissão

SUMÁRIO

	Palavra do Presidente	3
	Reportagem O avanço dos relatórios sustentáveis na América Latina: uma visão CReCER 2023 Deividi Lira	5
	Artigo Utilização do controle interno por meio do Coso em escritórios de contabilidade do Alto Vale do Itajaí/SC Júlia Cani e Caroline Sulzabch Pletsch	9
	Artigo Impactos da pandemia nas finanças das famílias de Fortaleza dos Valos/RS Mariele Zaluski e Jaciara Treter Sippert	23
	Artigo Aplicação Tributária da lei n.º 12.973/2014 nos lançamentos contábeis societários Jamil Nassif Absy Júnio e Maíra Melo de Souza	39
	Artigo Análise nos custos das polpas de frutas e açais a partir do Decreto n.º 2.673/2019/PR e seus reflexos na formação do preço Franciele do Prado Daciê e Renata Bissi de Oliveira	53
	Artigo A educação financeira como diferencial nas decisões de consumo e investimentos dos docentes e discentes de uma instituição de ensino superior privada na cidade de Parnaíba/PI Andres Aguiar Lyra Lopes, Henrique César Melo Ribeiro, Patrícia Cantuária Cardoso de Araújo e Rosany Corrêa	69
	Artigo Convidado Percepção empreendedora acerca do sucesso de pequenas empresas Marcia Athayde Moreira, Jorge Guilherme Rodrigues Braga e Israna Mikaela Corrêa de Souza	83

PALAVRA DO PRESIDENTE

Sustentabilidade não é uma meta futura. É uma pauta do presente e com efeitos de alcance global. Nesse cenário, a Contabilidade deve estar ciente da sua responsabilidade e protagonismo. Agentes da conformidade e, principalmente, da promoção da transparência, os profissionais da área ganharam uma nova missão: reportar as informações não financeiras das empresas.

Para além dos desafios métricos e metodológicos, a divulgação de dados de sustentabilidade de alta qualidade posiciona os profissionais da contabilidade em outros patamares e como vozes de outras discussões, como o combate às práticas de *greenwashing* e de *socialwashing*.

Os benefícios socioeconômicos das práticas contábeis já são de conhecimento de empresas e de governos. Agora, os profissionais da contabilidade são convocados a atuarem em parceria com as lideranças nacionais e internacionais em benefício da sustentabilidade, sendo peças-chave para a mudança de mentalidade e de conduta nos âmbitos empresarial e governamental.

Os meios para que esse trabalho seja efetivo foram discutidos na 11ª edição da Conferência Regional de Transparência e Responsabilidade pelo Crescimento Econômico Regional (CRReCER). O evento foi realizado em conjunto pelo Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Federação Internacional dos Contadores (Ifac, na sigla em inglês), Comitê Global de Políticas Públicas (GPPC, na sigla em inglês) e o fórum global de representantes das seis maiores redes internacionais de contabilidade. O Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Instituto de Auditoria Independente do Brasil (Ibracon) e o Tribunal de Contas da União (TCU) foram anfitriões e parceiros da iniciativa. A Conferência, que levou ao público discussões riquí-

Acervo CFC



Aécio Prado Dantas Júnior
Presidente do CFC

simas, é o tema da reportagem desta edição da Revista Brasileira de Contabilidade (RBC).

O assunto está inteiramente alinhado com o mundo acadêmico, uma vez que sabemos que é dos bancos universitários e da pesquisa séria e comprometida que advêm muitas das respostas e das soluções para as demandas do mercado de trabalho e da sociedade de um modo geral.

Esta edição da RBC materializa isso, apresentando valorosos artigos, que tratam analiticamente de problemas sociais e do dia a dia da Contabilidade, como impacto da pandemia nas finanças familiares, educação financeira no âmbito acadêmico, gestão de pequenas empresas, impactos do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) no valor de polpas de frutas e do açaí, estudo de aplicação tributária da Lei n.º 12.973/2014 nos lançamentos contábeis societários e análises relacionadas à utilização do controle interno por meio do Comitê of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (Coso) em escritórios de contabilidade. Esses materiais não apenas trazem avanços para as Ciências Contábeis, como fazem a nossa sociedade avançar. Desse modo, desejo que tenham uma leitura atenta, cuidadosa e transformadora, que aumente os seus repertórios e os modifiquem enquanto acadêmicos e profissionais. Uma boa leitura!

EXPEDIENTE

REVISTA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE
Edição n.º 261, maio/junho de 2023 – periódico bimestral
ISSN 0104/8341

- > **Editor**
Conselho Federal de Contabilidade
SAUS, Qd. 5, Bl. J, Ed. CFC, Brasília (DF) – CEP 70070-920
site: www.cfc.org.br; e-mail: cfc@cfc.org.br
- > **Conselho Diretor**
Presidente
Contador Aécio Prado Dantas Júnior
Vice-Presidentes
Contadora Ana Tércia Lopes Rodrigues
Contador Carlos Henrique do Nascimento
Contador Carlos Rubens de Oliveira
Contador Joaquim de Alencar Bezerra Filho
Contador José Donizete Valentina
Contador Manoel Carlos de Oliveira Júnior
Contadora Sandra Maria de Carvalho Campos
Contadora Vitoria Maria da Silva
- > **Conselheiros Efetivos**
Contador Adriano de Andrade Marrocos
Técnico em Contabilidade Aginaldo Mocelin
Contadora Andrezza Carolina Brito Farias
Contador Bruno Sítônio Fialho de Oliveira
Contadora Gercimira Ramos Moreira Rezende
Contador Haroldo Santos Filho
Contador Heraldo de Jesus Campelo
Contador José Domingos Filho
Contador José Gonçalves Campos Filho
Contadora Luana Aguiar Pinheiro Costa
Contadora Maria do Rosário de Oliveira
Contador Mateus Nascimento Calegari
Contadora Palmira Leão de Souza
Contador Rangel Francisco Pinto
Contador Sebastião Célio Costa Castro
Contador Sérgio Faraco
Contadora Ticiane Lima dos Santos
Contador Wellington do Carmo Cruz
- > **Conselheiros Suplentes**
Contador Aloísio Rodrigues da Silva
Contadora Ana Luiza Pereira Lima
Contadora Angela Andrade Dantas Mendonça
Contador Antonio Carlos Sales Ferreira Junior
Contador Antônio de Pádua Soares Pelicarp
Contador Arleon Carlos Stelini
Técnico em Contabilidade Cil Fanny Assis Rodrigues
Contador Edneu da Silva Calderari
Contador Elias Dilib Casidajah Neto
Contador Erivan Ferreira Borges
Contador Fabiano Ribeiro Pimentel
Contador Francisco Fernandes de Oliveira
Contador Geraldo de Paula Batista Filho
Contador Glaydson Trajano Farias
Contador José Alberto Viana Gaia
Contador Leonardo Silveira do Nascimento
Contadora Liliana Farias Lacerda
Contadora Lucilene Florêncio Viana
Contadora Marlise Alves Silva Teixeira
Técnico em Contabilidade Maurício Gilberto Cândido
Contadora Mônica Foerster
Contador Nilton Luiz Lima Praseres
Contador Norton Thomazi
Contador Roberto Schulze
Contadora Sônia Maria da Silva Gomes
Contador Valmir Leônico da Silva
Contador Weberth Fernandes
- > **Coordenadora do Conselho Editorial da RBC**
Doutora Jacqueline Veneroso Alves da Cunha
- > **Conselho Editorial da RBC**
Doutor Antonio Ranha da Silva
Doutor Emanuel Marcos Lima
Doutor Ernani Ott
Doutora Rosimeire Pimentel Gonzaga
Doutor Wenner Glauco Lopes Lucena
Doutorando José Luiz Nunes Fernandes
Doutora Maria Ivanice Vendruscolo
Doutor Fernando de Almeida Santos
- > **Jornalista Responsável**
Rafaella Feliciano – 7830/DF
- > **Redação**
Maria do Carmo Nóbrega
- > **Projeto Gráfico**
Igor Outeiral, Marcus Hermeto e Thiago Luis Gomes
- > **Diagramação**
Jailson Belfort
- > **Revisão**
Maria do Carmo Nóbrega e Elaine Cristina de Oliveira Sousa
- > **Ilustrações**
Jailson Belfort
- > **Foto da Capa**
Divulgação/CRReCER
- > **Colaboradora**
Maria do Carmo Nóbrega
- > **Artigos**
Telefone: (61) 3314-9606 – e-mail: rbcartigos@cfc.org.br

Permitida a reprodução de qualquer matéria, desde que citada a fonte. Os conceitos emitidos em artigos assinados são de exclusiva responsabilidade de seus autores.



Sustainability reporting and leveraging technology for regional economic development

Informes de sustentabilidade e los beneficios de la tecnologia para el desarrollo economico regional

Relatórios de sustentabilidade e aproveitamento de tecnologia para o desenvolvimento economico regional

CReCER 2023
São Paulo
BRASIL

O avanço dos relatórios sustentáveis na América Latina: uma visão CReCER 2023

Por Deividi Lira/Comunicação CFC/Apex

Líderes contábeis discutem soluções para desenvolvimento sustentável, e a Contabilidade se apresenta como uma das protagonistas no processo de asseguarção e de monitoramento do cumprimento da Agenda ESG, que reúne os aspectos ambientais, sociais e de governança. O desafio agora é o estabelecimento de um padrão internacional para que os relatórios não financeiros cumpram a sua missão e ainda combatam práticas como o *greenwashing*.

Com o objetivo de promover o diálogo sobre os relatórios financeiros e de sustentabilidade de alta qualidade que podem apoiar a agenda de desenvolvimento sustentável, tanto no setor público quanto no privado, foi realizada, em maio de 2023, a 11ª edição da Conferência Regional de Transparência e Responsabilidade pelo Crescimento Econômico Regional (CReCER), em São Paulo (SP). Líderes de diversas instituições contábeis, financeiras e governamentais, de mais de dez países, estiveram reunidos para dialogar sobre soluções práticas e eficazes que cooperem

para a agenda de desenvolvimento sustentável e para o avanço dos relatórios sustentáveis na América Latina.

Dessa maneira, a área da Contabilidade se mostra engajada e comprometida com o avanço dos relatórios relacionados à questão sustentável. O presidente Aécio Dantas apresentou, na ocasião, as ações desenvolvidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) nesse âmbito, e uma delas foi a criação do Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS), com o propósito de diminuir, por exemplo, os desafios ambientais. Ele também enfatizou

a importância de os profissionais da contabilidade precisarem definir padrões contábeis de aferição e, conseqüentemente, adotar a divulgação da conformidade e do comprometimento das organizações com a Agenda ESG (*Environmental, Social and Governance*) de sustentabilidade global.

“A Ciência Contábil vem sendo chamada para a linha de frente da sustentabilidade, com o objetivo de desenvolver padrões globais de mensuração do impacto ambiental, social e de governança das atividades econômicas desenvolvidas ao redor do mundo”, ressaltou.

Na área da Contabilidade, a missão dos contadores é dar informações com transparência para que as escolhas dos acionistas sejam robustas, confiáveis e fundamentadas na ética.

De acordo com o coordenador do Comitê Internacional de Normas Contábeis para o Setor Público (Ipsasb, sigla em inglês), Ian Carruthers, “a orientação de relatórios de sustentabilidade específicos do setor público pode incentivar a transparência, permitindo que os governos sejam responsabilizados pelos impactos de longo prazo de suas intervenções e garantindo uma tomada de decisão mais bem informada”.

Para a integrante do Conselho Internacional de Padrões de Sustentabilidade (ISSB), Verity Chegar, as empresas brasileiras estão no caminho certo, sendo que o desafio agora é facilitar as informações e torná-las interessantes e credíveis aos investidores.

“As empresas brasileiras estão prontas para os avanços em seus relatórios sustentáveis e elas sabem o que estão fazendo. Sabemos que os investidores precisam de um certo calibre de informações, com alto grau de confiabilidade, porque isso influencia diretamente as decisões financeiras e a alocação de capitais”, afirmou.

A área da Contabilidade apresenta algumas preocupações em relação aos relatórios de ESG, e uma delas é sobre como será feito o serviço de asseguração, que visa obter evidências sobre os dados expressos em relatórios e dar credibilidade aos usuários sobre resultados da mensuração ou avaliação do objeto, de acordo com os critérios que sejam aplicáveis. Outra preocupação está relacionada à transparência dos dados feita pelas empresas.

Para o diretor do Instituto de Auditoria Independente do Brasil (Ibracon), Rogério Mota, é impor-

Foto: Alexandre Almeida/CReCER



Ian Carruthers, coordenador do Ipsasb

“A orientação de relatórios de sustentabilidade específicos do setor público pode incentivar a transparência, permitindo que os governos sejam responsabilizados pelos impactos de longo prazo de suas intervenções e garantindo uma tomada de decisão mais bem informada.”

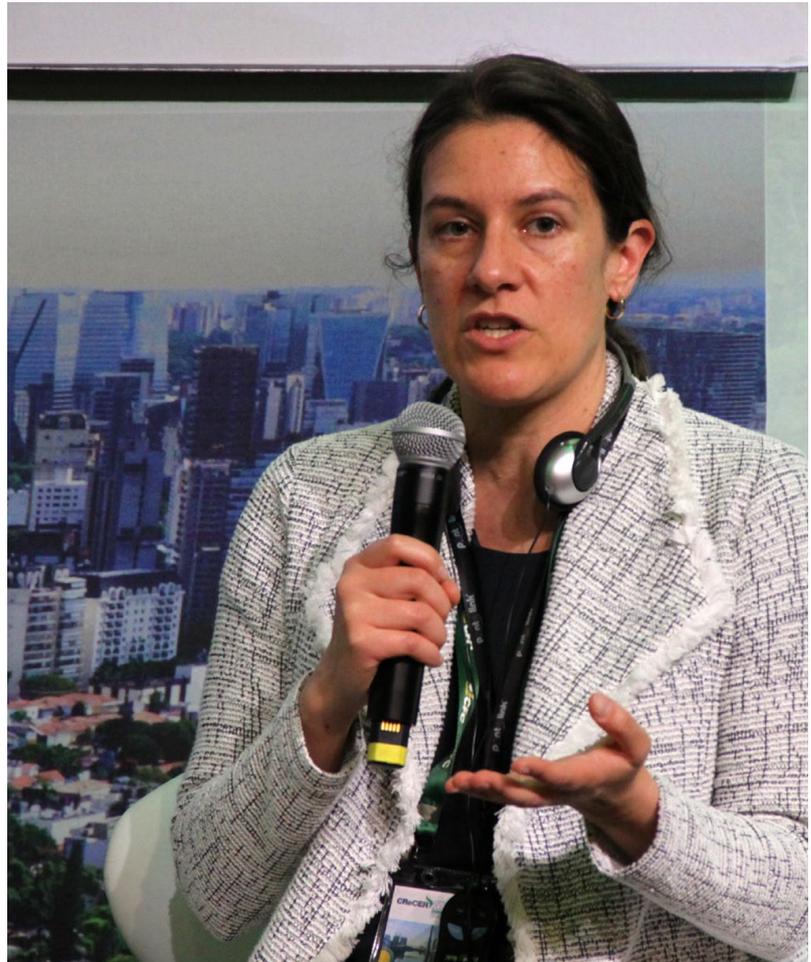
tante estabelecer um padrão internacional para os relatórios de sustentabilidade, pois será mais fácil combater questões de dupla materialidade, além do próprio greenwashing, pois elas afetam não só os investidores, mas toda a sociedade.

A possibilidade de entendimento entre os relatórios de sustentabilidade e as demonstrações financeiras é o mais importante para a construção do ecossistema na divulgação de informações de sustentabilidade de alta qualidade. No cenário contábil, é de extrema importância a criação de ideias e de pensamentos críticos para aprimorar a discussão sobre a sustentabilidade nessa área. Na Conferência CReCER foram apresentadas iniciativas implementadas na América Latina e questões sobre a construção das bases para a adoção da sustentabilidade global.

CReCER

O evento é organizado em conjunto pelo Banco Mundial (Bird), BID, Ifac, GPPC e o fórum global de representantes das seis maiores redes internacionais de contabilidade. A edição deste ano do CReCER teve como anfitriões e parceiros locais o CFC, o Instituto de Auditoria Independente do Brasil (Ibracon) e o Tribunal de Contas da União (TCU). O evento é rotativo e realizado a cada dois anos. A conferência é uma plataforma de conhecimento que facilita o diálogo, o debate e a disseminação das melhores práticas globais em relatórios e auditorias contábeis, fiscais e financeiras. Seu foco é o apoio à formulação de políticas econômicas e ao fortalecimento institucional na região da América-Latina e do Caribe. Mais informações sobre o evento podem ser obtidas no endereço www.crecer.org.br

Foto: Divulgação/CReCER



Verity Chegar, integrante do ISSB

“As empresas brasileiras estão prontas para os avanços em seus relatórios sustentáveis e elas sabem o que estão fazendo. Sabemos que os investidores precisam de um certo calibre de informações, com alto grau de confiabilidade, porque isso influencia diretamente as decisões financeiras e a alocação de capitais.”



Utilização do controle interno por meio do Coso em escritórios de contabilidade do Alto Vale do Itajaí/SC

O estudo objetiva analisar a utilização do controle interno por meio do *Comitee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (Coso) em escritórios de contabilidade em cidades do Alto Vale do Itajaí/SC. Foram aplicados questionários, obtendo-se uma amostra de 102 respondentes. A estatística descritiva foi utilizada para analisar os dados. Os resultados demonstram que os controles internos contribuem para alcançar os objetivos e as metas, e para promover o bom funcionamento da organização. Quanto à avaliação de riscos, os processos são bem definidos e monitorados em relação à entrega de impostos nos prazos previstos. As atividades de controle asseguram que há políticas e ações para detectar ou prevenir riscos a fim de minimizar passivos. O quesito segurança de documentos e dados dos clientes acontece de maneira eficaz, com confiabilidade e zelo. A comunicação interna é adequada, tempestiva, atual, precisa e acessível. Ressalta-se que ocorre um fluxo de informação de forma padronizada e com transparência. Este estudo contribui para a compreensão e o desenvolvimento do tema controle interno no contexto de escritórios de contabilidade, bem como no que diz respeito ao melhoramento de processos, por meio da utilização dos componentes do Coso.

Júlia Cani

Graduada em Ciências Contábeis, auxiliar de departamento fiscal/contábil na Contabilidade Sul.

E-mail: juliacani@live.com

Caroline Sulzabch Pletsch

Doutora em Ciências Contábeis e Administração na Fundação Universidade Regional de Blumenau (2021). Mestre em Ciências Contábeis pela Fundação Universidade Regional de Blumenau (2015). Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (2012). Professora do Curso de Ciências Contábeis na Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc). Pesquisadora na área de contabilidade gerencial.

E-mail: caroline.pletsch@udesc.br

1. Introdução

O controle interno é um instrumento que auxilia na gestão das empresas e para fazê-las permanecer ativas em um mercado competitivo (TEIXEIRA, 2015). Segundo Crepaldi (2010), por meio do controle interno, é possível definir e alcançar os objetivos determinados pelos gestores da organização, com o máximo de aproveitamento dos recursos disponíveis, o que evita perdas desnecessárias.

De acordo com Barbosa e Santos (2019), os controles internos, se forem bem planejados, podem proporcionar às empresas uma base administrativa, capaz de mensurar, monitorar, avaliar e adaptar as estratégias contábeis e operacionais, com o objetivo de otimizar a aplicação nos seus processos. No entanto, para melhorar o gerenciamento, devem ser analisados

e implementados sistemas de controle e ferramentas que atendam às necessidades da empresa. Por meio do controle interno e da utilização das ferramentas adequadas, é possível evidenciar a real conjuntura da empresa, o que favorece os resultados positivos que a gestão busca apresentar (GARCIA; KINZLER; ROJO, 2014).

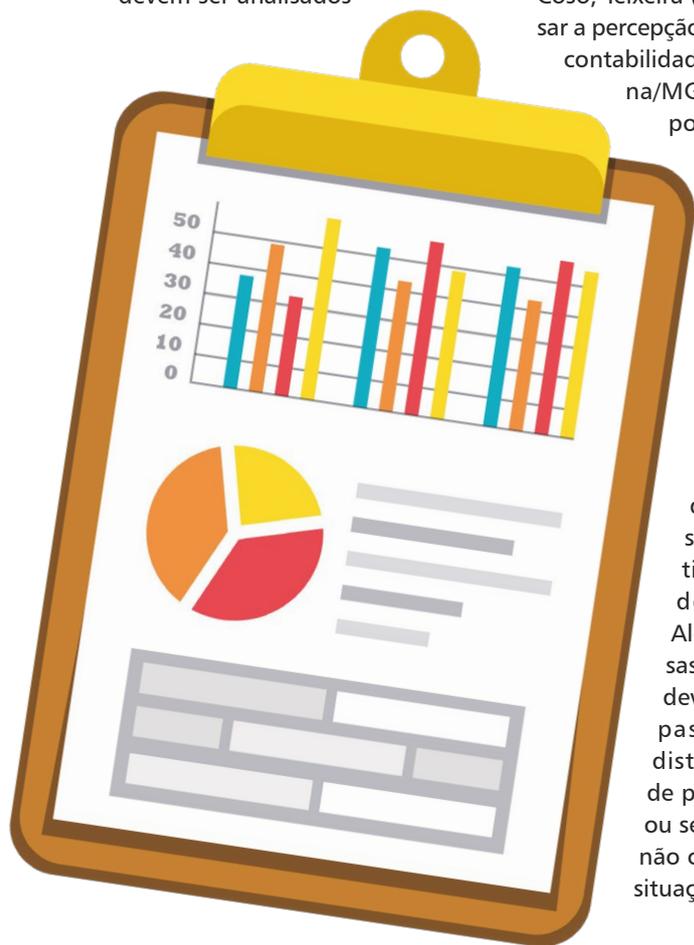
Oliveira, Santos e Lunkes (2017) destacam que, para preservar o patrimônio, o controle interno da empresa deve estar engajado com os objetivos e as estratégias definidos pela organização. Em conformidade com o Coso, há cinco componentes de controle interno, denominados: ambiente de controle, avaliação de riscos, atividades de controle, informação e comunicação e monitoramento (OLIVEIRA; SANTOS; LUNKES, 2017).

Baseado nos componentes do Coso, Teixeira (2015) buscou analisar a percepção dos profissionais da contabilidade da cidade de Itaúna/MG, em relação à importância do controle interno como ferramenta de gestão para as pequenas e médias empresas. Por meio de um levantamento, foi possível verificar que os profissionais reconhecem a relevância de obter uma forma de controle para que seja possível dar continuidade às atividades das empresas. Além disso, as empresas que não possuem o devido controle, transmitem informações distorcidas da realidade para a contabilidade, ou seja, informações que não condizem com a real situação da empresa.

Já Oliveira, Santos e Lunkes (2017) analisaram a percepção dos profissionais da contabilidade em relação aos componentes do Coso, incorporados nos escritórios de contabilidade da cidade de Florianópolis/SC, sob a perspectiva de planejamento, execução, manutenção, avaliação e correção dos controles internos. Para tanto, os resultados deste estudo demonstraram que cada etapa cumprida ampara a realização dos processos e fornece maior confiabilidade às informações transmitidas.

Nessa perspectiva, surge a seguinte questão de pesquisa: **Qual a utilização do controle interno, por meio do Coso, em escritórios de contabilidade do Alto Vale do Itajaí/SC?** Assim, o estudo busca analisar a utilização do controle interno, por meio do Coso, em escritórios de contabilidade do Alto Vale do Itajaí/SC. De acordo com Silva, Rocha e Melo (2011), mediante constantes atualizações de normas contábeis, surgimento de novas tecnologias, finalidade de minimizar erros e/ou falhas, conter custos e elevar a confiabilidade dos serviços prestados, os escritórios de contabilidade estão incrementando melhorias contínuas nos processos executados.

Este estudo contribui ao fornecer a descrição de controles internos utilizados por escritórios de contabilidade, no que diz respeito ao melhoramento de processos, por meio da utilização dos componentes do Coso. Assim, é possível prevenir erros, além de propiciar maior segurança nas informações prestadas para as empresas. Desse modo, o estudo dissemina uma visão desses profissionais contábeis, visto que há uma escassez de trabalhos desenvolvidos com os profissionais desse ramo. O estudo também contribui com a literatura, quanto ao desenvolvimento do tema controle interno em empresas prestadoras de serviço contábeis, sob uma perspectiva dos próprios colaboradores.



“Para a sociedade, o estudo se faz relevante para que haja maior entendimento sobre as atividades desenvolvidas em um escritório de contabilidade, visto que a maior parte da população já contratou, utiliza, ou ainda irá usufruir dos serviços contábeis.”

Para a sociedade, o estudo se faz relevante para que haja maior entendimento sobre as atividades desenvolvidas em um escritório de contabilidade, visto que a maior parte da população já contratou, utiliza, ou ainda irá usufruir dos serviços contábeis. Assim, ela será capaz de se certificar que os serviços prestados demandam atenção e controle, o que gera confiabilidade e credibilidade nas informações.

2. Controle Interno e Componentes do Coso

Garcia, Kinzler e Rojo (2014) destacam que, para uma melhor gestão, as empresas devem optar por empregar bons sistemas de controle e ferramentas que sejam adequadas. E, por meio dessas ferramentas de controle interno, a administração, que planeja e controla, será capaz de apresentar resultados positivos nos diferentes aspectos que envolverem a organização, visto que será possível revelar a realidade da empresa (GARCIA; KINZLER; ROJO, 2014).

Segundo Garcia, Kinzler e Rojo (2014), o controle interno foi desenvolvido com a finalidade de fornecer informações úteis e confiáveis, proteger a estrutura patri-

monial e possibilitar o monitoramento da execução das atividades da empresa. Dessa forma, tal controle é conceituado como uma maneira de desenvolver a eficiência nas operações, estimular o seguimento das políticas administrativas estabelecidas, além de verificar com precisão a fidelidade dos dados contábeis (GARCIA; KINZLER; ROJO, 2014). Logo, empresas que objetivam lucro e buscam cumprir planos e metas, necessitam de um mecanismo que possa dar suporte aos gestores (OLIVEIRA; SANTOS; LUNKES, 2017).

Assim, o controle interno pode fornecer apoio administrativo suficiente para mensurar, monitorar, avaliar e adequar os procedimentos contábeis e operacionais das organizações (BARBOSA; SANTOS, 2019). Além disso, pode manter o domínio das empresas sobre as informações geradas pelos diferentes setores, por meio de ações e métodos capazes de torná-las úteis para o processo decisório (NEVES; BOYA, 2010).

Segundo Barbosa e Santos (2019), é necessário que haja uma sincronia entre as metas e diretrizes da entidade e os objetivos do

controle interno. Portanto, quando os controles fornecem dados para a verificação do andamento das atividades, mediante acompanhamento dos procedimentos adotados, torna-se visível que existe uma ligação do controle interno com a gestão e o processo de tomada de decisões (BARBOSA; SANTOS, 2019).

Implementar e aprimorar um sistema de controle interno que seja eficiente e eficaz pode ser desafiador, em que novos modelos corporativos e em constante transformação exigem que qualquer sistema de controle interno seja ágil o suficiente para se adaptar às mudanças nos ambientes corporativos, operacionais e regulatórios (COSO, 2013). Segundo o Coso (2013), por meio do controle interno as entidades podem alcançar objetivos e aperfeiçoar o seu desempenho.



O sistema de controle interno tem por intuito auxiliar na segurança dos ativos para a tomada de decisões e na busca de melhoria no plano organizacional da entidade (AYRES; CRUZ; SANTOS; LEONE, 2018). Diante desse contexto, o Coso desenvolveu, em 1992, a primeira versão da obra Internal Control – Integrated Framework (Controle Interno – Estrutura Integrada), que foi aceita mundialmente como uma estrutura do modelo para desenvolvimento, implementação e condução do controle interno (COSO, 2013).

No entanto, segundo o Coso (2013), houve uma transformação expressiva nos ambientes operacionais e corporativos, desde a estrutura original da primeira versão publicada, tornando-se cada vez mais

globais, complexos e guiados pela tecnologia. Assim, em 2013, o Coso publicou uma versão atualizada, que permite amparar as organizações para que desenvolvam e sustentem de maneira eficiente e eficaz os sistemas de controle interno, adaptando-se às mudanças nos ambientes operacionais e corporativos.

Segundo Crepaldi (2010), quando analisados os controles internos de uma empresa, está se verificando a organização dos controles, assim como a execução. Logo, para que seja possível prever, observar, dirigir ou administrar os acontecimentos que se verificam nas empresas e que refletem em seu patrimônio, são utilizados instrumentos destinados à vigilância, fiscalização e verificação administrativa (CREPALDI, 2010).

Diante disso, o Coso (2013) propõe cinco componentes da estrutura de controle interno: ambiente de controle, avaliação de riscos, atividades de controle, informação e comunicação, e atividade de monitoramento. Para nortear o desenvolvimento dos componentes, cada componente possui um conjunto de princípios que auxilia na compreensão de seu conteúdo.

O Coso (2013) define ambiente de controle como um conjunto de normas, processos e estruturas que propicia uma base para orientar a implementação do controle interno por toda a organização. Além disso, engloba os parâmetros que permitem a estrutura de governança cumprir com suas responsabilidades de supervisionar a governança; a integridade e os valores ético da organização; a estrutura organizacional e a delegação de autoridade e responsabilidade; o processo de atrair, desenvolver e reter talentos compe-

tentes; e o rigor em torno de medidas, incentivos e recompensas por performance (COSO, 2013).

O componente de avaliação de risco envolve o alcance das metas e dos objetivos traçados, por meio da análise dos riscos envolvidos (NEVES; BOYA, 2010) e determina a base para identificar a maneira como os riscos serão administrados. Requer por parte da administração que seja considerado o impacto de possíveis transformações no ambiente externo e interno. A administração ainda deve estabelecer objetivos nas categorias: operacional, divulgação e conformidade, atendendo ao quesito de clareza, capaz de identificar e analisar os riscos à realização desses objetivos (COSO, 2013).

O Coso (2013) destaca que as atividades de controle são ações que auxiliam a garantir o cumprimento das orientações definidas pela administração para amenizar os riscos ao alcance dos objetivos, por meio de políticas e procedimentos. Essas atividades podem ser executadas em todos os níveis da entidade e compreender tanto a natureza preventiva como de detecção, além de segregar funções normalmente são funções inseridas nessa atividade de controle.

No que diz respeito à informação e comunicação, a fim de auxiliar no andamento de outros componentes do controle interno, a administração obtém ou gera e utiliza informações importantes e de qualidade, sejam elas de fontes externas ou internas. A comunicação permite que a informação obtida seja compartilhada com toda a organização, inclusive objetivos e responsabilidades de controle (COSO, 2013). Por meio de canais de comunicação, as informações devem transitar por todos os níveis hierárquicos, e devem passar por uma análise de confiabilidade, para averiguar quão fidedignas são (NEVES; BOYA, 2010).



“Quanto as atividades de monitoramento, de acordo com o Coso (2013), são avaliações periódicas ou contínuas que a organização pode utilizar para averiguar se estão presentes e funcionando cada um dos cinco componentes de controle interno.”

Quanto às atividades de monitoramento, de acordo com o Coso (2013), são avaliações periódicas ou contínuas que a organização pode utilizar para averiguar se estão presentes e funcionando cada um dos cinco componentes de controle interno. Os órgãos normatizadores reconhecidos, as autoridades normativas, ou a administração e a estrutura de governança estabelecem critérios para ser possível avaliar os resultados (COSO, 2013).

Frente ao exposto, para que existam relatórios, indicadores e outros índices que transpareçam a gestão das operações e o alcance das metas traçadas, é preciso que existam controle eficiente das operações e possibilidade de análise (ATTIE, 2011).

3. Aspectos Metodológicos

A pesquisa caracteriza-se como descritiva, quantitativa e de levantamento, tendo como população escritórios de contabilidade do Alto Vale do Itajaí/SC. A amostra não probabilística do estudo foi constituída por 102 respondentes, entre eles gerentes, coordenadores de setores, analistas fiscal, contábil e pessoal, e assistente administrativo de escritórios de contabilidade do Alto Vale do

Itajaí/SC. Os questionários foram aplicados no período de 1º de novembro de 2021 a 10 de dezembro de 2021. Tendo em vista que em uma mesma empresa há diversos setores, há mais de um respondente por estabelecimento selecionado.

Foram realizados pré-testes do questionário em um escritório de contabilidade no mês de novembro de 2021, e, na sequência, foi enviado e-mail para o Sindicato das Contabilidades do Alto Vale de SC (Sindicont) para encaminhar os questionários, bem como foi realizada divulgação na própria universidade. Esta pesquisa é regida por princípios éticos relacionados ao consentimento informado, à preocupação em não prejudicar a entidade e as pessoas que nela trabalham e à manutenção da confidencialidade das pessoas e da entidade.



O questionário foi elaborado com base nos estudos de Oliveira, Santos e Lunkes (2017) e Teixeira (2015). Foi aplicado por meio do Google Forms e divulgado a partir de e-mails e redes sociais, como Instagram e WhatsApp. O questionário é composto por trinta e cinco questões, segregadas em duas partes. Na primeira, há informações para caracterização dos respondentes; e, na segunda, há questões relacionadas aos cinco componentes do Coso: ambiente de controle, avaliação de riscos, atividades de controle, informação e comunicação e monitoramento.

Para analisar a percepção dos respondentes, o questionário foi estruturado com questões fechadas, em que foram consideradas as escalas utilizadas por Oliveira, Santos e Lunkes (2017) da seguinte maneira: (1) Não sei dizer; (2) Discordo; (3) Nem concordo, nem discordo; (4) Concordo parcialmente; (5) Concordo totalmente. Os dados foram analisados por meio da aplicação da estatística descritiva.



Quadro 1 – Perguntas que compõem o instrumento de pesquisa

Componentes Coso	Perguntas de pesquisa
Ambiente de controle	<ol style="list-style-type: none"> 1) A alta administração compreende que os controles internos são indispensáveis ao alcance dos objetivos dos departamentos? 2) Os controles internos adotados contribuem para a realização dos objetivos almejados? 3) Os procedimentos de controle instaurados no escritório são observados por todos os colaboradores? 4) Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão exibidos em documentos formais? 5) Existe código de ética ou de conduta? 6) A comunicação dentro do escritório é adequada e eficiente? 7) Existe segregação de funções adequadas nos processos e atividades de competência de cada departamento? 8) Você considera o controle interno importante para os escritórios de contabilidade?
Avaliação de riscos	<ol style="list-style-type: none"> 9) Há datas definidas para a execução dos objetivos e são claras as identificações dos processos? 10) As metas e os objetivos do escritório estão formalmente definidos? 11) A avaliação de riscos referente a atrasos nas entregas das declarações é feita de forma contínua, de maneira que identifique soluções? 12) A avaliação de riscos referente a atrasos nas entregas dos impostos e declarações é feita de forma contínua, de maneira que identifique soluções? 13) No caso de erros cometidos, o escritório tem por prática instaurar processos de revisão para apurar a responsabilidade e realizar as correções? 14) A utilização do controle interno nos escritórios de contabilidade previne fraudes, e no caso de ocorrer, descobri-las rapidamente?
Atividades de controle	<ol style="list-style-type: none"> 15) Existem políticas e ações, de detecção ou natureza preventiva, para mitigar os riscos e alcançar os objetivos e prazos, claramente estabelecidos? 16) As atividades de controle adotadas pelo escritório são adequadas e funcionam de acordo com um planejamento preestabelecido? 17) As atividades de controle praticadas pelo escritório são razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle? 18) As atividades de controle praticadas pelo escritório possuem custo apropriado ao nível de benefícios que sua aplicação pode oferecer? 19) Quanto à segurança de documentos e dados dos clientes, as atividades de controle praticadas pelo escritório seguem padrões formalizados?
Informação e comunicação	<ol style="list-style-type: none"> 20) As informações consideradas importantes por cada departamento do escritório possuem qualidade suficiente para permitir tomadas de decisões adequadas? 21) A informação relatada internamente atende às expectativas dos diversos departamentos do escritório, auxiliando na execução das responsabilidades de forma eficaz? 22) A informação disponibilizada para os departamentos do escritório é adequada, tempestiva, atual, precisa e acessível? 23) As informações consideradas importantes para o desempenho das atividades do escritório são devidamente identificadas, documentadas, armazenadas e comunicadas tempestivamente aos colaboradores encarregados?
Monitoramento	<ol style="list-style-type: none"> 24) Todos os colaboradores do escritório são encarregados pela execução e gerenciamentos dos controles internos? 25) O sistema de controle interno do escritório tem auxiliado na melhoria de seu desempenho? 26) O sistema de controle interno do escritório é considerado apropriado e efetivo pelas avaliações sofridas? 27) O sistema de controle interno do escritório é monitorado constantemente para avaliar qualidade ao longo do tempo?

Fonte: adaptado de Oliveira, Santos e Lunkes (2017) e Teixeira (2015).

4. Descrição e Análise dos Dados

4.1 Caracterização dos Respondentes

Para caracterizar os respondentes, são apresentados os dados demográficos daqueles, conforme Tabela 1.

A partir da Tabela 1, verifica-se que 64,70% dos respondentes representam o sexo feminino e apenas 35,30% representam o sexo masculino. Desses respondentes, a maioria concentra-se na faixa etária de 20 a 30 anos, que representa 43,10% da amostra. Quanto ao grau de escolaridade, 33,30% possuem ensino superior incompleto, e 46,10% curso superior completo, número considerável, tendo em vista que os colaboradores procuram uma formação em universidades, na busca pelo conhecimento, e apenas 16,70% com especialização.

No que tange ao tempo de atuação na organização, como pode ser observado, a maioria está atuando até três anos, representados por 35,30%. Com 16,70%, concentra-se quem atua há mais de 12 anos, o que revela um percentual considerável como tempo de permanência na mesma empresa. Quanto à cidade onde trabalha e/ou atua, a maioria dos respondentes concentra-se na cidade de Rio do Sul, com 39,2%, em decorrência de ser a maior cidade do Alto Vale, seguida de Ibirama com 15,68%.

No que se refere à quantidade de clientes sob a responsabilidade de cada analista, cerca de 39,20% seguem com uma listagem de até 50 clientes, seguidos de 26,50% com mais de 150 empresas, número relativamente expressivo considerando o número de obrigações a serem seguidas.

Quanto ao cargo ocupado, pode-se observar que a maior proporção está na posição como coordenador de setor, seja ele fiscal,

Descrição				Descrição			
	Descrição	Freq.	%		Descrição	Freq.	%
Gênero	Masculino	36	35,30%	Tempo de atuação	Até 3 anos	36	35,30%
	Feminino	66	64,70%		De 3 a 6 anos	16	15,70%
	Total	102	100%		De 6 a 9 anos	19	18,60%
Faixa etária	Até 20 anos	8	7,80%		De 9 a 12 anos	14	13,70%
	De 20 a 30 anos	44	43,10%		Acima de 12 anos	17	16,70%
	De 30 a 40 anos	28	27,50%		Total	102	100%
	De 40 a 50 anos	14	13,70%	Cidade de estabelecimento do escritório	Agronômica	1	0,98%
	Acima de 50 anos	8	7,80%		Ascurra	1	0,98%
	Total	102	100%		Ibirama	16	15,68%
Escolaridade	Curso técnico	4	3,90%		Ituporanga	5	4,90%
	Superior incompleto	34	33,30%		Laurentino	8	7,84%
	Superior completo	47	46,10%		Lontras	6	5,88%
	Especialização	17	16,70%		Pouso Redondo	3	2,94%
	Total	102	100%		Presidente Getúlio	7	6,86%
Por quantos clientes você é responsável no escritório	Até 50	40	39,20%		Rio do Oeste	5	4,90%
	De 50 a 100	16	15,70%		Rio do Sul	40	39,24%
	De 100 a 150	19	18,60%	Taió	9	8,82%	
	Acima 150	27	26,50%	Vitor Meireles	1	0,98%	
	Total	102	100%	Total	102	100%	
Cargo que ocupa	Coordenador	37	36,26%	Nível de conhecimento de controle interno	Desconhece	7	6,90%
	Gerente	7	6,86%		Conhece pouco	49	48%
	Analista fiscal	30	29,40%		Conhece bem	46	45,1%
	Analista contábil	9	8,82%		Total	102	100%
	Analista pessoal	14	13,72%				
	Assistente administrativo	3	2,94%				
	Societário	1	0,98%				
	Importação	1	0,98%				
	Total	102	100%				

Fonte: Fonte: dados da pesquisa.

contábil ou pessoal, com seus 36,26% dos respondentes, os quais são responsáveis pelo monitoramento, pela organização e pelo desenvolvimento dos setores. Também foi analisado o nível de conhecimento de controle interno de cada respondente, em que 48% afirmam conhecer pouco desses controles, seguidos com 45,1%, que consideram conhecer bem e ter domínio da área.



4.2 Utilização do Controle Interno por Meio do Coso

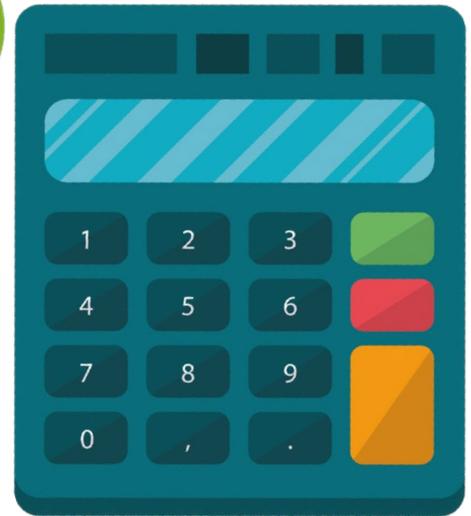
Para dar continuidade à pesquisa, os respondentes foram questionados sobre suas percepções quanto ao ambiente de controle, à avaliação de riscos, às atividades de controle, à informação e à comunicação e quanto ao monitoramento. Na Tabela 2, examina-se a percepção dos respondentes sobre o ambiente de controle, em consonância com o Coso (2013), que define que esse como um conjunto de normas, processos e estruturas que propicia uma base para orientar a implementação do controle interno por toda a organização.

No primeiro quesito, destaca-se que cerca de 53,90% dos respondentes concordam que a alta administração julga esses controles imprescindíveis para alcançar metas e objetivos traçados nos diversos setores, seguidos de 27,44%, que concordam parcialmente. Sobre se os controles internos contribuem para o alcance dos objetivos espe-

rados, tem-se a concordância da maioria dos respondentes, sendo 45,08%.

No que se refere ao fato de os colaboradores acompanharem todos os procedimentos implantados, 38,26% concordam e 23,52% não concordam nem discordam. Quanto ao código de ética e conduta, o maior percentual concorda e 18,62% discordam, tendo em vista que não há uma disciplina a ser seguida. Entretanto, cerca de 41,18% dos respondentes afirmam que ocorre uma comunicação eficaz na organização, o que revela a possibilidade do relacionamento interno estimular o alcance dos propósitos estabelecidos.

No que tange à segregação das funções das equipes, 39,20% concordam que essa ocorre, seguidos de 28,42%, que concordam parcialmente. E, quanto à utilização do controle interno



nos escritórios de contabilidade, último item analisado, 76,46% dos respondentes concordam que eles são primordiais para o bom funcionamento da organização, percentual bastante expressivo considerando a essencialidade dessa ferramenta.

Tabela 2 - Percepção sobre o ambiente de controle

Assertivas	Concordo Totalmente		Concordo Parcialmente		Não concordo e nem discordo		Discordo		Não sei dizer		Total	
	Qtde.	%	Qtde.	%	Qtde.	%	Qtde.	%	Qtde.	%	Qtde.	%
A alta administração compreende que os controles internos são indispensáveis ao alcance dos objetivos dos departamentos.	55	53,9%	28	27,44%	12	11,76%	5	4,94%	2	1,96%	102	100%
Os controles internos adotados contribuem para a realização dos objetivos almejados.	46	45,06%	42	41,16%	7	6,86%	4	3,96%	3	2,96%	102	100%
Os procedimentos de controle instaurados no escritório são observados por todos os colaboradores.	39	38,26%	25	24,5%	24	23,52%	8	7,84%	6	5,88%	102	100%
Existe código de ética ou de conduta.	33	32,34%	25	24,5%	21	20,58%	19	18,62%	4	3,96%	102	100%
A comunicação dentro do escritório é adequada e eficiente.	42	41,18%	26	25,48%	25	24,52%	7	6,86%	2	1,96%	102	100%
Existe segregação de funções adequadas nos processos e atividades de competência de cada departamento.	40	39,2%	29	28,40%	24	23,50%	5	4,94%	4	3,96%	102	100%
Você considera o controle interno importante para os escritórios de contabilidade.	78	76,48%	16	15,68%	6	5,88%	-	-	2	1,96%	102	100%

Fonte: dados da pesquisa.

Para tanto, os resultados corroboram com o estudo de Oliveira, Santos e Lunkes (2017), os quais relatam que é possível perceber que os controles internos contribuem para a consecução dos resultados planejados pelos escritórios, para a clareza de responsabilidades e metas. Tais controles dão suporte à maioria dos escritórios, que os consideram essenciais para dar continuidade ao seu funcionamento.

A percepção sobre a avaliação de riscos, que envolve o alcance das metas e dos objetivos traçados, e determina a base para diagnosticar como os riscos serão resolvidos, de acordo com Neves e Boya (2010), é apresentada na Tabela 3.

Para 60,76% dos respondentes, há datas pré-determinadas para executar os processos, bem como são nítidas as constatações quanto aos processos. Para os objetivos e as metas, 44,10% concordam parcialmente que estão claras e explícitas, seguidos de 30,38%, que concordam totalmente.

Quanto à avaliação dos riscos de atrasos nas obrigações, ou seja, nas declarações que precisam ser realizadas de forma diária ou mensal, entre outros, 43,14% responderam concordar que aquela se faz necessária, com a finalidade de evitar passivos trabalhistas ou fiscais. Na mesma perspectiva, 43,14% concordam que a entrega de impostos, cuja falta acarreta multas e juros expressivos, é primordial para o bom funcionamento dos processos.

No quesito processos de revisão para apurar a responsabilidade e realizar as correções de erros que podem acontecer, 36,26% concordam que são re-

alizados. Já 58,8% confirmam que a contabilidade utiliza métodos para prevenir fraudes e sonegações, o que revela que o acompanhamento é eficaz para cumprir com as obrigações fiscais, trabalhistas, entre outras responsabilidades.



Tabela 3 - Percepção sobre avaliação de riscos

Assertivas	Concordo Totalmente		Concordo Parcialmente		Não concordo e nem discordo		Discordo		Não sei dizer		Total	
	Qtde.	%	Qtde.	%	Qtde.	%	Qtde.	%	Qtde.	%	Qtde.	%
Há datas definidas para a execução dos objetivos e são claras as identificações dos processos.	62	60,76%	27	26,46%	10	9,8%	2	1,96%	1	0,98%	102	100%
As metas e os objetivos do escritório estão formalmente definidos.	31	30,38%	45	44,1%	18	17,64%	4	3,96%	4	3,96%	102	100%
A avaliação de riscos referente a atrasos nas entregas das declarações é feita de forma contínua, de maneira que identifique soluções.	44	43,14	34	33,32%	11	10,787%	7	6,86%	6	5,88%	102	100%
A avaliação de riscos referente a atrasos nas entregas dos impostos e declarações, é feita de forma contínua, de maneira que identifique soluções.	44	43,14%	37	36,26%	10	9,8%	7	6,86%	4	3,96%	102	100%
No caso de erros cometidos, o escritório tem por prática instaurar processos de revisão para apurar a responsabilidade e realizar as correções.	37	36,26%	34	33,32%	18	17,64%	8	7,84%	5	4,94%	102	100%
A utilização do controle interno nos escritórios de contabilidade previne fraudes e, no caso delas ocorrerem, descobri-las rapidamente.	60	58,8%	22	21,58%	12	11,78%	5	4,94%	3	2,96%	102	100%

Fonte: dados da pesquisa.

Os resultados encontrados na avaliação de riscos não corroboram com Oliveira, Santos e Lunkes (2017). Isso porque, para os autores, esses resultados são pontos considerados pelos respondentes como difíceis de serem avaliados ou que não são observados no contexto do escritório, em decorrência das respostas permanecerem neutras e parcialmente válidas, diferentemente do abordado nesta pesquisa.

As atividades de controle (Tabela 4), de acordo com o Coso (2013), são as ações que auxiliam a garantir o cumprimento das orientações definidas pela administração para atenuar riscos ao alcance dos objetivos, por meio de políticas e procedimentos.

Dos respondentes da pesquisa, 32,34% concordam totalmente e 43,14% concordam parcialmente que há políticas e ações para detectar ou prevenir riscos a fim de minimizar passivos. Cerca de 33,34% concordam plenamente de que as atividades de controle ocorrem de maneira adequada e eficiente, se-

guindo um planejamento já formalizado, já 39,20% concordam parcialmente.

Tendo em vista essa mesma premissa, um percentual de 45,90% afirmam que os atos desenvolvidos são razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle, apenas 11,76% discordam. Já 42,14% concordam integralmente que há custos apropriados ao nível de benefícios que sua aplicação pode oferecer, seguidos de 33,32% que partilham da afirmativa.

Em suma, essa percepção está de acordo com os resultados revelados por Oliveira, Santos e Lunkes (2017), uma vez que é possível compreender que as empresas analisadas neste estudo apresentam bom desenvolvimento e acompanhamento de suas atividades e de sua segurança em seus sistemas de informação e documentação, sendo as atividades de controle consideradas fidedignas.



Tabela 4 - Percepção sobre atividades de controle

Assertivas	Concordo Totalmente		Concordo Parcialmente		Não concordo e nem discordo		Discordo		Não sei dizer		Total	
	Qtde.	%	Qtde.	%	Qtde.	%	Qtde.	%	Qtde.	%	Qtde.	%
Existem políticas e ações, de detecção ou natureza preventiva, para mitigar os riscos e alcançar os objetivos e prazos, claramente estabelecidos.	33	32,34%	44	43,14%	15	14,7%	5	4,9%	5	4,9%	102	100%
As atividades de controle adotadas pelo escritório são adequadas e funcionam de acordo com um planejamento preestabelecido.	34	33,34%	40	39,2%	18	17,64%	5	4,9%	5	4,9%	102	100%
As atividades de controle praticadas pelo escritório são razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.	46	45,09%	32	31,38%	12	11,76%	6	5,88%	6	5,88%	102	100%
As atividades de controle praticadas pelo escritório possuem custo apropriado ao nível de benefícios que sua aplicação pode oferecer	43	42,14%	34	33,32%	10	9,8%	8	7,84%	7	6,86%	102	100%
Quanto à segurança de documentos e dados dos clientes, as atividades de controle praticadas pelo escritório seguem padrões formalizados.	43	42,14%	35	34,3%	13	12,76%	6	5,88%	5	4,9%	102	100%

Fonte: dados da pesquisa.

No que se refere aos padrões a serem seguidos quanto à segurança de documentos e dados dos clientes, 42,14% das empresas asseveram que fazem esse controle, considerando a confiabilidade da prestação de serviço a ser zelada. Quanto à percepção sobre a informação e a comunicação que ocorrem no ambiente de trabalho, de acordo com o Coso (2013), essa percepção permite que a informação obtida seja compartilhada com toda a organização, inclusive objetivos e responsabilidades de controle, o que se pode identificar nas concordâncias expostas na Tabela 5.

Quanto ao item se há qualidade o suficiente para permitir tomadas de decisões adequadas, 45,08% julgaram ser perceptível essa tramitação, seguidos de 35,28% que concordam parcialmente. No que diz respeito à situação em que a informação atende às expectativas dos diversos departamentos do escritório, auxiliando na execução das responsabilidades, 41,16% e 39,20% dos

respondentes acreditam que ocorre de maneira eficiente. 42,16% dos respondentes asseguram que a comunicação interna é adequada, tempestiva, atual, precisa e acessível; apenas 5,88% não souberem responder. Quanto ao quesito se as informações são devidamente identificadas, documentadas, armazenadas e comunicadas aos colaboradores ou encarregados, 51,96% confirmam o item, o que revela um fluxo de informação padronizado, com transparência, ocasionando um clima organizacional agradável.

Portanto, relata-se a conexão com o estudo de Oliveira, Santos e Lunkes (2017), no qual percebe-se que as empresas consideram que as informações são relevantes em cada setor do escritório e são dotadas de qualidade suficiente para permitir a tomada de decisão.



Tabela 5 - Percepção sobre informação e comunicação

Assertivas	Concordo Totalmente		Concordo Parcialmente		Não concordo e nem discordo		Discordo		Não sei dizer		Total	
	Qtde.	%	Qtde.	%	Qtde.	%	Qtde.	%	Qtde.	%	Qtde.	%
As informações consideradas importantes por cada departamento do escritório possuem qualidade suficiente para permitir tomadas de decisões adequadas.	46	45,08%	36	35,28%	16	15,68%	4	3,92%	3	2,94%	102	100%
A informação relatada internamente atende às expectativas dos diversos departamentos do escritório, auxiliando na execução das responsabilidades de forma eficaz.	42	41,16%	40	39,2%	11	10,78%	7	6,88%	2	1,96%	102	100%
A informação disponibilizada para os departamentos do escritório é adequada, tempestiva, atual, precisa e acessível.	43	42,16%	30	29,4%	13	12,74%	10	9,8%	6	5,88%	102	100%
As informações consideradas importantes para o desempenho das atividades do escritório são devidamente identificadas, documentadas, armazenadas e comunicadas tempestivamente aos colaboradores encarregados.	53	51,96%	27	26,46%	12	11,76%	7	6,86%	3	2,94%	102	100%

Fonte: dados da pesquisa.

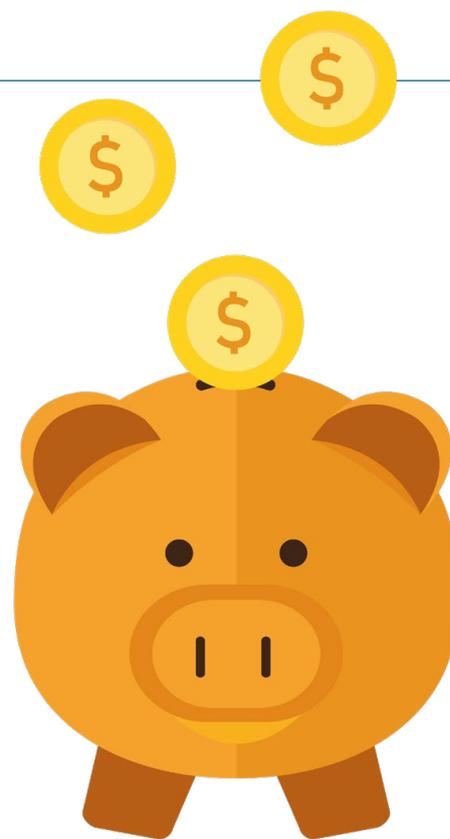
O último quesito analisado foi o monitoramento, que, segundo o Coso (2013), identifica as avaliações periódicas ou contínuas que a organização deve utilizar para averiguar se cada um dos cinco componentes de controle interno, anteriormente relatados, está presente e funcionando. As percepções sobre monitoramento são apresentadas por meio da Tabela 6.

Verifica-se, por meio da Tabela 6, que 41,16% dos respondentes consideram que todos os colaboradores são encarregados pela execução e pelo gerenciamento dos controles internos. Na mesma proporção, os respondentes asseguram que o sistema de controle interno do escritório onde atuam tem contribuído para a melhoria de seu desempenho, bem como definem ser esse controle apropriado e efetivo, tendo em vista as avaliações a que são submetidos. Além disso, o controle interno é monitorado constantemente para avaliar qualidade ao longo do tempo. Isso revela a mesma percepção da maior parte das empresas respondentes, que acreditam possuir um controle de monitoramento que contribui para a melhoria de seu desempenho, conforme verifica-se no estudo de Oliveira, Santos e Lunkes (2017).

5. Considerações Finais e Recomendações

Foi possível atingir o objetivo do estudo, que busca analisar a utilização do controle interno por meio do Coso em escritórios de contabilidade das cidades do Alto Vale do Itajaí/SC. Trata-se de um estudo quantitativo, com abordagem descritiva. Quanto aos procedimentos adotados, classificou-se como de levantamento. A amostra do estudo foi constituída por 102 respondentes, entre eles, gerentes, coordenadores de setores, analista fiscal, contábil e pessoal, de escritórios de contabilidade do Alto Vale do Itajaí/SC.

Ao se considerar os cinco componentes de controle interno do Coso, foi possível analisar as percepções dos respondentes quanto ao ambiente de controle, em que se verificou que a alta administração julga esses controles imprescindíveis para alcançar metas e objetivos traçados; que os controles internos contribuem para atingir os objetivos esperados da organização na qual ocorre uma comunicação eficaz, o que estimula o alcance dos propósitos estabelecidos; e que os controles internos são primordiais para o bom funcionamento da or-



ganização, visando à essencialidade dessa ferramenta.

No que se refere à avaliação de riscos, é possível destacar que há datas predeterminadas com a finalidade de executar os processos, bem como são nítidas as constatações quanto aos processos, o que faz com que a entrega de impostos que acarretam multas e juros expressivos seja sempre realizada nos prazos previstos.

Tabela 6 - Percepção sobre monitoramento

Assertivas	Concordo Totalmente		Concordo Parcialmente		Não concordo e nem discordo		Discordo		Não sei dizer		Total	
	Qtde.	%	Qtde.	%	Qtde.	%	Qtde.	%	Qtde.	%	Qtde.	%
Todos os colaboradores do escritório são encarregados pela execução e gerenciamentos dos controles internos.	42	41,16%	28	27,46%	16	15,68%	9	8,82%	7	6,86%	102	100%
O sistema de controle interno do escritório tem auxiliado na melhoria de seu desempenho.	47	46,06%	33	32,34%	13	12,74%	7	6,86%	2	1,96%	102	100%
O sistema de controle interno do escritório é considerado apropriado e efetivo pelas avaliações sofridas.	40	39,2%	37	36,26%	16	15,68%	5	4,9%	4	3,92%	102	100%
O sistema de controle interno do escritório é monitorado constantemente para avaliar qualidade ao longo do tempo.	43	42,14%	31	30,38%	17	16,66%	7	6,86%	4	3,92%	102	100%

Fonte: dados da pesquisa.

No que tange às atividades de controle, os respondentes asseguraram que há políticas e ações para detectar ou prevenir riscos, a fim de minimizar passivos; afirmam que os atos desenvolvidos são razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle. Quanto à segurança de documentos e dados dos clientes, afirmam que esse controle ocorre de maneira eficaz, tendo em vista a confiabilidade da prestação de serviço a ser zelada.

Para o item informação e comunicação, constatou-se que há qualidade suficiente para permitir tomadas de decisões coerentes, os respondentes asseguram que a comunicação interna é adequada,

tempestiva, atual, precisa e acessível. Ressalta-se que ocorre um fluxo de informação de forma padronizada, com transparência, o que ocasiona um clima organizacional agradável. Quanto ao monitoramento, verificou-se que todos os colaboradores são encarregados pela execução e pelo gerenciamento dos controles internos.

É possível concluir que a maioria dos respondentes dos diversos setores na qual foi realizada a pesquisa, concordaram que há a aplicabilidade da ferramenta de controle interno. Diante dessa premissa, é possível verificar que os profissionais reconhecem a relevância de obter uma forma de controle para que

seja possível dar continuidade às atividades das empresas de forma eficaz. Considera-se a necessidade do melhoramento de processos, por meio da utilização dos componentes do Coso.

Para a aplicação e o desenvolvimento de pesquisas futuras, recomenda-se a ampliação dos estudos considerando as novas ferramentas que podem ser implantadas. Sugere-se a aplicação da pesquisa com os clientes de escritórios de contabilidade de outros municípios da região e com funcionários de empresas privadas. Sugere-se, ainda, estudos que busquem ferramentas para a melhoria contínua dos processos internos.

Referências

ATTIE, W. *Auditoria: Conceitos e Aplicações*. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2011.

AYRES, L. C. N.; CRUZ, V. L.; SANTOS, R. R.; LEONE, R. J. G. Controle Interno em Empresas Familiares de Pequeno Porte: uma aplicação do modelo Coso II. *Revista da Micro e Pequena Empresa*, 2018.

BARBOSA, L. F. G.; SANTOS, O. M. O controle interno como ferramenta gerencial nas pequenas e médias empresas: uma análise por meio da percepção dos contadores. *Pensar contábil*, 2019.

Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission. (2013). Internal Control – Integrated Framework. Disponível em: <<https://www.Coso.org/Documents/990025P-Executive-Summary-final-may20.pdf>> Acesso em: 24 jul. 2021.

CREPALDI, S.A. *Auditoria contábil: teoria e prática*. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GARCIA, O. P. G.; KINZLER, L.; ROJO, C. A. Análise dos sistemas de controle interno em empresas de pequeno porte. *Interface – Revista do Centro de Ciências Sociais Aplicadas*. 2014.

NEVES, R.; BOYA, V. L. A. *Características do controle interno com base na estrutura Coso: um estudo de caso*. 2010. Monografia (graduação em Ciências Contábeis) – Faculdade Sudamerica de Cataguases, Minas Gerais, 2010.

OLIVEIRA, R. F. D.; SANTOS, E. A. D.; LUNKES, R. J. *Controle Interno: um estudo com profissionais contábeis da Grande Florianópolis-SC*. In. XIV CONGRESSO USP DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE, 2017. São Paulo.

SILVA, W. A. C.; ROCHA, A. M.; MELO, A. A. O. Sistema de gerenciamento e controle interno: uma análise dos escritórios de contabilidade de Belo Horizonte/MG e Região Metropolitana a partir da Taxonomia de Kaplan e Cooper. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 2011.

TEIXEIRA, R. H. R. *A percepção dos profissionais de contabilidade a respeito da importância do controle interno para as pequenas e médias empresas*. 2015. Monografia de especialização (Especialização em Auditoria Externa) – Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2015.



Impactos da pandemia nas finanças das famílias de Fortaleza dos Valos/RS

Os impactos da pandemia de Covid-19 foram sentidos em diversos setores da economia, consequentemente, algumas famílias, em nível mundial, tiveram mudanças na sua vida financeira. Diante desse cenário, o estudo teve como objetivo investigar como a pandemia afetou a situação financeira das famílias de Fortaleza dos Valos/RS e destacar a importância do controle financeiro familiar. Tratou-se de uma pesquisa de caráter descritivo com abordagem quantitativa e qualitativa. Quanto aos procedimentos técnicos, foi definida como bibliográfica, *ex-post-facto* e levantamento (*survey*). Para a obtenção de dados, foi aplicado um questionário a 65 famílias residentes do município. A pesquisa revelou o perfil financeiro das famílias, constatando que a maioria possui apenas conhecimentos básicos sobre finanças e não realiza nenhum tipo de investimento. Concluiu-se que a maioria das famílias do Município de Fortaleza dos Valos/RS não apresentaram redução ou perda da renda durante o período de pandemia de Covid-19, o que pode ser explicado devido ao desempenho do agronegócio que manteve a geração de renda no município.

Mariele Zaluski

Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade de Cruz Alta (Unicruz).
E-mail: marielezalusk_@hotmail.com

Jaciara Treter Sippert

Bacharel em Ciências Sociais e Jurídicas e em Ciências Contábeis – UFSM e mestre em Desenvolvimento, Gestão e Cidadania – Unijuí.
E-mail: jtreter@unicruz.edu.br

1. Introdução

No início do ano de 2020, a população brasileira foi surpreendida com a chegada da pandemia de Covid-19, que ainda persistiu nos anos de 2021 e 2022. Seu avanço trouxe efeitos significativos para a economia como um todo. Um deles foi o impacto negativo sobre o orçamento das famílias, afetado por vários motivos como: perda de emprego, paralisação total ou parcial de atividades no trabalho e redução salarial. Outra questão, que também afetou a economia, foi o fechamento de empreendimentos e negócios, entre outras fontes de renda que foram prejudicadas em função do isolamento e do distanciamento social.

Especialmente em situações de crise como essa, que reduzem a capacidade de pagamento e controle sobre as finanças e geram incertezas e preocupações em honrar os compromissos, reforça-se a impor-

tância da utilização de ferramentas úteis para a organização financeira das famílias, para que as decisões sejam tomadas de forma criteriosa, contribuindo até mesmo para o equilíbrio emocional.

Sempre houve a necessidade de as pessoas administrarem suas finanças. Porém, com a pandemia de Covid-19, o conceito sobre planejamento financeiro ganhou destaque. Conforme especialistas em finanças pessoais, no novo mundo financeiro, “planejamento” será a palavra de ordem após a pandemia (UOL, 2020). A crise gerada por ela tornou ainda mais urgente o cuidado com as finanças.

Diante disso, a pesquisa teve como objetivo geral e problema investigar como a pandemia de Covid-19 afetou a situação financeira das famílias de Fortaleza dos Valos/RS e destacar a importância do controle financeiro familiar. Já especificamente, os objetivos foram identificar o perfil financeiro das famílias; analisar o impacto da pandemia sobre a renda familiar; identificar quais foram os efeitos sobre o consumo das famílias durante a pandemia; investigar o nível de conhecimento das famílias sobre finanças; e destacar a importância do orçamento familiar.

A seguir, contempla-se a fundamentação teórica abrangendo os principais conceitos nos quais se fundamentaram esta pesquisa. Depois, há os procedimentos metodológicos, em que são apresentados os métodos utilizados no processo de investigação. Após, seguem os resultados e as discussões acerca do estudo, no qual, apresentam-se os

dados coletados e a análise deles. Por fim, a conclusão apresenta os principais resultados e as contribuições decorrentes da pesquisa.

2. Fundamentação Teórica

Neste capítulo, será apresentada a fundamentação teórica com os principais conceitos nos quais se baseiam esta pesquisa, são eles: planejamento financeiro, orçamento familiar e a pandemia de Covid-19 e seus efeitos sobre a economia das famílias.

2.1 Planejamento Financeiro

Para garantir a saúde financeira, tanto das pessoas jurídicas quanto das pessoas físicas, o planejamento financeiro demonstra ser um importante aliado. Mediante esse exercício, é possível controlar receitas e despesas de forma eficiente, por meio do fluxo de pagamentos e recebimentos.

O planejamento financeiro é o processo de atingir as metas financeiras da vida por meio do gerenciamento adequado dos recursos financeiros. O processo de planejamento financeiro ajuda as pessoas a ter uma visão holística e “abrangente” de suas finanças, determinando onde estão agora, onde gostariam de estar no futuro e o que devem fazer para alcançar seus objetivos (PLANEJAR, 2021, não paginado).

Em se tratando especificamente das finanças familiares, por meio do planejamento financeiro, é possível adequar o rendimento familiar ou pessoal às necessidades essenciais, projetar compras futuras sem pagar juros excessivos, concretizar objetivos de vida, observar e cortar gastos supérfluos e enfrentar situações imprevistas com maior tranquilidade (SANTOS, 2014).



“Para garantir a saúde financeira, tanto das pessoas jurídicas quanto das pessoas físicas, o planejamento financeiro demonstra ser um importante aliado. Mediante esse exercício, é possível controlar receitas e despesas de forma eficiente, por meio do fluxo de pagamentos e recebimentos.”

Para garantir a estabilidade do patrimônio e, consequentemente, seu crescimento, é necessário estabelecer objetivos e utilizar o planejamento financeiro para alcançá-los. Como define Frankenberg (1999, p. 31), “o planejamento financeiro pessoal significa estabelecer e seguir uma estratégia precisa, deliberada e dirigida para a acumulação de bens e valores que irão formar o patrimônio de uma pessoa e de sua família. Essa estratégia pode estar voltada para curto, médio ou longo prazos”.

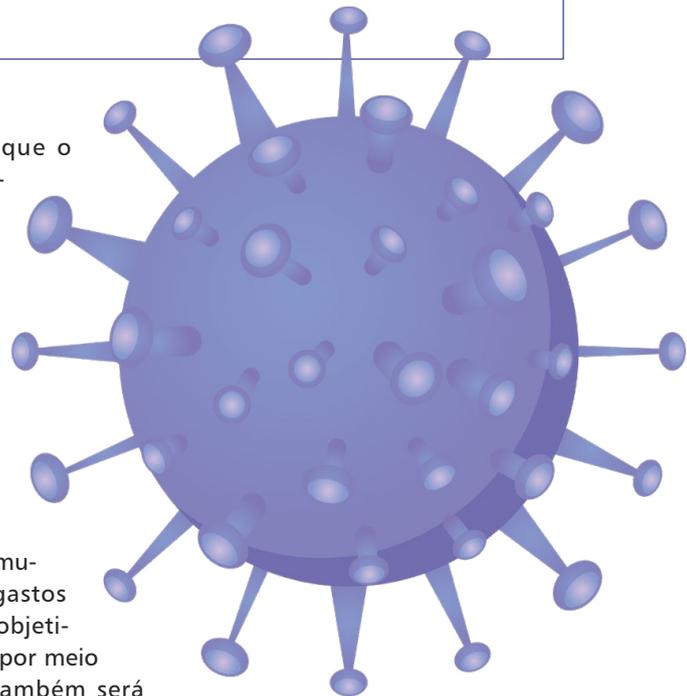
O planejamento financeiro é um processo compreensivo e dinâmico. Os objetivos financeiros de uma pessoa ou de uma família evoluem ao longo dos anos. Mudança no estilo de vida ou nas circunstâncias, como herança, alteração de carreira, casamento, compra de casa ou uma família em crescimento, pode ocorrer. Independentemente da faixa de renda, um plano financeiro permite haver uma visão clara do patrimônio, amplia as chances de lidar com contratempos financeiros e com as grandes mudanças na vida, além de evitar problemas de endividamento e crédito e orientar na decisão de onde investir a reserva financeira (CVM, 2019, p. 13).

Compreende-se que o planejamento financeiro é essencial para a organização da vida financeira de cada pessoa, e pode ser realizado de forma simples e objetiva, sem a exigência de planilhas complexas. Por ele, será possível analisar os hábitos de consumo que precisam ser mudados, verificar os gastos excessivos e atingir objetivos. Posteriormente, por meio dessa ferramenta, também será possível adquirir tranquilidade financeira para o futuro.

2.2 Orçamento Familiar

A realização do orçamento é fundamental para conhecer a situação financeira da família. Por meio dele, essa terá embasamento para tomar decisões eficientes, pois poderá ter uma visão clara de suas receitas e despesas.

Como resultado do consumo excessivo, muitas pessoas contraem dívidas que comprometem uma parcela significativa da sua renda e, em algumas situações, se tornam inadimplentes. E, para evitar isso, é



fundamental que as famílias registrem e monitorem todas as receitas e despesas realizadas em determinado período (SANTOS, 2014).

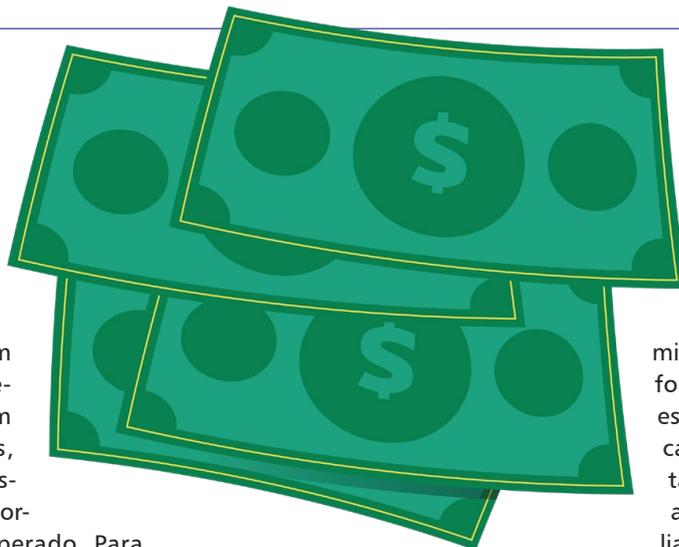
Conta de água, conta de luz, aluguel, fatura do cartão, boletos... Pagar tudo e ainda chegar ao fim do mês sem entrar no vermelho é um desafio para grande parte das famílias brasileiras. Uma das formas de se organizar melhor é montar um orçamento familiar, uma ferramenta simples que ajuda na hora de organizar e controlar as despesas (NUBANK, 2020, não paginado).

Por meio do planejamento, tem-se a oportunidade de organizar o uso do dinheiro para destiná-lo a seus devidos fins. Também é possível garantir um futuro financeiro seguro, prevenir-se com reservas financeiras, para, desse modo, estar preparado caso ocorra algum gasto inesperado. Para isso, tem-se o orçamento, que é um aliado do planejamento. Nele, mostram-se as despesas que ocorrerão em determinado período, antecipando a previsão das receitas. Assim, para planejar as finanças de uma pessoa ou de uma família são necessários tempo e organização (BUGARIM et al., 2012).

A planilha orçamentária é um poderoso instrumento de controle, pela quantidade de informações relevantes que contém e permite visualizar rapidamente. Inspecionando-a verticalmente (colunas) é possível perceber muito facilmente a composição dos gastos em cada mês e sua variação ao longo do ano. A partir daí, fica fácil detectar quais itens de despesa estão crescendo, diminuindo ou se mantendo constantes (PIRES, 2006, p. 38).

Segundo Cerbasi (2004, p. 17), “não requer cálculos complexos nem grande habilidade com números ou calculadoras. Boa parte das ferramentas necessárias ao planejamento pode ser obtida sem custo e está pronta para ser usada em casa”.

O orçamento familiar pode ser realizado de forma simples, com papel e caneta, mas também pode ser feito por meio de planilhas, de aplicativos e em outras formas de registro. Na internet, encontram-se diversos modelos de planilhas de orçamento familiar, desde mode-



los mais simples a mais complexos, atendendo às necessidades, às exigências e ao perfil de cada família.

2.3 Pandemia de Covid-19 e seus Efeitos sobre a Economia das Famílias

Além de afetar a saúde física de milhares de pessoas, a pandemia também ocasionou efeitos sobre a saúde financeira da população brasileira. Devido à recomendação dada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) (G1, 2021), para que os países adotassem a medida de isolamento social para conter a propagação do vírus, muitas atividades foram suspensas e trabalhadores foram orientados a ficarem em casa. Consequentemente, diversos setores foram afetados, bem como a renda de empregadores, empregados e trabalhadores informais.

Segundo levantamento feito pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV IBRE, 2020), mais da metade das famílias brasileiras sentiram os efeitos da pandemia. Além disso, em 2020, 20 estados do Brasil apresentaram taxa média de desemprego recorde. Constatou-se que, pela primeira vez, menos da metade da população que tem idade para trabalhar estava tendo alguma ocupação, sendo esse nível de 49,4% (IBGE, 2021).

Como consequência da pandemia, houve também o aumento nos preços dos alimentos, o que reduziu o poder de compra da população, pois muitos tiveram diminuição em sua renda. Conforme levantamento do Dieese (2021), realizado em 13 capitais brasileiras, na capital gaúcha um conjunto de alimentos para uma família com quatro pessoas custa R\$626,25, isso significa um aumento de 24,51% em 12 meses, o que coloca o custo de vida em Porto Alegre/RS como o quarto mais alto do país. Tendo em vista o valor da cesta básica R\$626,25, analisa-se que o trabalhador que recebe um salário mínimo, com base no mês de janeiro de 2021, compromete em torno de 56,93% do salário para garantir a alimentação da família.

Além das famílias em situação de vulnerabilidade, as famílias de classe média tiveram alguma perda de renda com a pandemia. Classificadas com renda mensal de R\$ 3,3 mil e R\$ 6 mil pelo critério Brasil, da Associação Brasileira das Empresas de Pesquisas, a classe média precisou se adaptar devido às mudanças que ocorreram impulsionadas pela pandemia (G1, 2021).

Muitos brasileiros perderam seus empregos no ano de 2020. Conforme Governo do Brasil (2020, não paginado), “Para garantir uma renda mínima a essa parcela da população e ajudar o país a enfrentar os desafios trazidos pela pandemia, o Governo federal criou o Auxílio Emergencial”. Esse benefício teve como objetivos auxiliar trabalhadores informais, autônomos, microempreendedores individuais (MEIs) e desempregados a adquirir poder de consumo para atravessar a crise, assim como também ajudar a diminuir a desigualdade de renda e a reduzir os níveis de pobreza no Brasil.

“Assim, diante do cenário de crise gerado pela pandemia, a maioria dos setores da economia, como também as famílias, necessitaram reorganizar suas finanças para amenizar os impactos e manter ou recuperar o equilíbrio financeiro.”

A pandemia trouxe incertezas para diversos setores da economia e também afetou o orçamento e consumo das famílias, tendo como uma das principais consequências a redução da renda familiar. Algumas famílias brasileiras receberam o Auxílio Emergencial e outras tiveram que buscar novas alternativas para manter o equilíbrio das finanças. Assim, diante do cenário de crise gerado pela pandemia, a maioria dos setores da economia, como também as famílias, necessitaram reorganizar suas finanças para amenizar os impactos e manter ou recuperar o equilíbrio financeiro.

3. Metodologia

Neste capítulo, serão explanados os métodos e procedimentos que foram utilizados para a construção da pesquisa. Por meio da metodologia, foi possível classificar, organizar e conduzir os processos para a execução do projeto, que resultou nos dados aqui apresentados.

Quanto aos objetivos, o estudo é de caráter descritivo, pois evidenciou a situação financeira das famílias de um município em período de pandemia. Conforme Gil (2008), diversos estudos podem ser classificados como pesquisa descritiva, tendo

essa como objetivo principal descrever as características de determinada população ou fenômeno, ou estabelecer relações entre variáveis.

Quanto aos procedimentos técnicos, a pesquisa foi definida como bibliográfica, *ex-post-facto* e levantamento (*survey*). Tratou-se de uma pesquisa bibliográfica, pois a autora buscou informações e conhecimentos sobre o tema em livros publicados, arquivos, notícias e informações disponibilizadas na internet. Envolveu a pesquisa *ex-post facto*, uma vez que foram analisadas as mudanças que ocorreram na situação financeira das famílias de Fortaleza dos Valos/RS em decorrência da pandemia. De acordo com Gil (2002, p. 49), “A tradução literal da expressão *ex-post facto* é “a partir do fato passado”. Isso significa que, neste tipo de pesquisa, o estudo foi realizado após a ocorrência de variações na variável dependente no curso natural dos acontecimentos”.

Para a obtenção de dados e informações sobre o tema proposto, utilizou-se a

pesquisa de levantamento (*survey*). Essa modalidade baseia-se na aplicação de um questionário a uma amostra de determinada população. De acordo com Gil (2008, p. 55), “As pesquisas deste tipo caracterizam-se pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer”.

Os objetivos da pesquisa foram atingidos por meio do levantamento de dados. Assim, foi possível contemplar os resultados e realizar a análise das informações relacionadas à situação financeira das famílias em tempos de pandemia, o perfil financeiro das famílias, abrangendo assuntos como orçamento familiar e planejamento financeiro.



Quanto à abordagem da pesquisa, o estudo contemplou a junção de quantitativa e qualitativa. Definida como quantitativa, pois se caracterizou pela quantificação e pela análise dos dados de modo estatístico; e qualitativa, pois buscou compreender e interpretar os dados obtidos a fim de realizar observações. Ao analisar os dados extraídos do instrumento de coleta de dados, foram considerados os números e também as informações.

O questionário foi o instrumento de coleta de dados utilizado para esta pesquisa, disponibilizado de forma eletrônica (elaborado na plataforma Google Forms), estruturado com 15 perguntas fechadas e de múltipla escolha. Os respondentes tiveram a garantia do anonimato e também contaram com tempo suficiente para refletirem acerca das perguntas, conforme sua disponibilidade e acessibilidade.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), há, no Município de Fortaleza dos Valos/RS, 1.475 famílias, sendo famílias residentes e famílias conviventes residentes em domicílios particulares. Para a pesquisa ser validada e obter informações confiáveis, foi necessário que um

grupo, definido como amostra, representasse toda a população. Para determinar o número de famílias que responderiam ao questionário, foi utilizada a calculadora amostral on-line (COMENTTO, 2018).

Portanto, tendo em vista a população de 1.475 famílias, utilizou-se para a pesquisa um grau de confiança de 90% e uma margem de erro de 10%, requerendo um tratamento mais heterogêneo da população. Assim, obteve-se um número de 65 famílias necessárias para que a pesquisa apresentasse resultados confiáveis. Dessa forma, foi selecionado um representante de cada família aleatoriamente e pelo critério de acessibilidade para responder ao questionário.

Para a interpretação dos dados, foi realizada uma análise descritiva em que, por meio do tratamento dos dados de forma estatística, as informações foram analisadas à luz do referencial teórico de modo a alcançar os objetivos propostos.

4. Síntese dos Resultados

Neste capítulo, serão apresentados os resultados da pesquisa, mediante os dados coletados via

questionário, representados por meio de gráficos para proporcionar melhor interpretação e visualização. Inicialmente, será apresentada a realidade do Município de Fortaleza dos Valos/RS, seguida do perfil financeiro das famílias e o impacto da pandemia de Covid-19 no orçamento familiar, bem como a importância de desenvolver o orçamento familiar alinhado ao planejamento financeiro.

4.1 Realidade do Município de Fortaleza dos Valos/RS

O estudo foi realizado no Município de Fortaleza dos Valos/RS, emancipado no dia 3 de maio de 1982 e conhecido como “Celeiro Mecanizado do Rio Grande do Sul” devido ao grande número de maquinários agrícolas presentes nas propriedades rurais. A economia da região é baseada no setor primário, tendo como principal atividade econômica a agricultura, seguida das demais atividades, como comércio, indústria, serviços e a administração pública. De acordo com o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, realizado em 2010, (IBGE, 2017), a população do município é de 4.575 pessoas e a população estimada para 2021 foi de 4.252 pessoas.

Conforme descrito no capítulo dos procedimentos metodológicos, foi necessário que 65 famílias participassem dos questionários para que a pesquisa apresentasse resultados confiáveis. Entre as 65 pessoas que responderam ao questionário, consideradas como representantes da família, 7,7% têm idade até 20 anos; 26,2% de 21 a 25 anos; 26,2% de 26 a 35 anos; 9,2% de 36 a 45 anos; 16,9% de 46 a 55 anos; e 13,8% acima de 56 anos. Houve uma participação maior de respondentes do sexo feminino, representando 60%, e 40% do sexo masculino.



Procurou-se saber qual é a composição do núcleo familiar dos respondentes, e os resultados encontrados são demonstrados no Gráfico 1:

Conforme o Gráfico 1, observa-se que a maioria das famílias é composta de 3 a 5 pessoas, o que representa 61,5%, seguida de 32,3% de 1 a 2 pessoas e 6,2% de 6 a 8 pessoas. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018), no Brasil, a média é de 3 pessoas por família. Portanto, o estudo revela que, no município estudado, a composição do núcleo familiar é similar à média nacional, pois segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), em Fortaleza dos Valos/RS, a média de composição do núcleo familiar é de 3,1 pessoas.

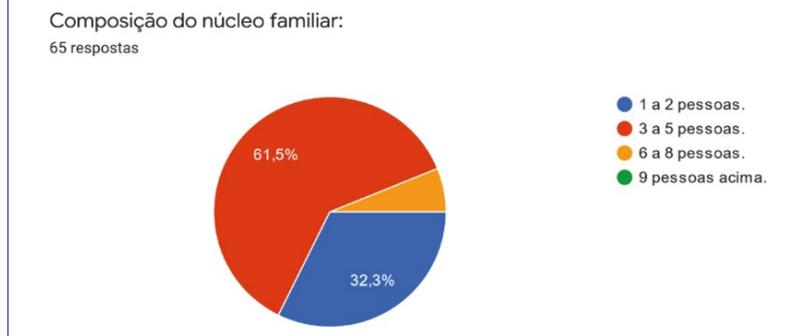
4.2 Perfil Financeiro das Famílias

Neste tópico, serão apresentados dados que revelam o perfil financeiro das famílias, tanto em relação à sua faixa de renda mensal quanto ao nível de conhecimento sobre finanças, bem como a verificação da realização de projeção de receitas e despesas, seguida das formas e dos procedimentos mais utilizados para o registro financeiro.

Em relação à faixa de renda mensal da família dos respondentes, apresenta-se o Gráfico 2 com os resultados:

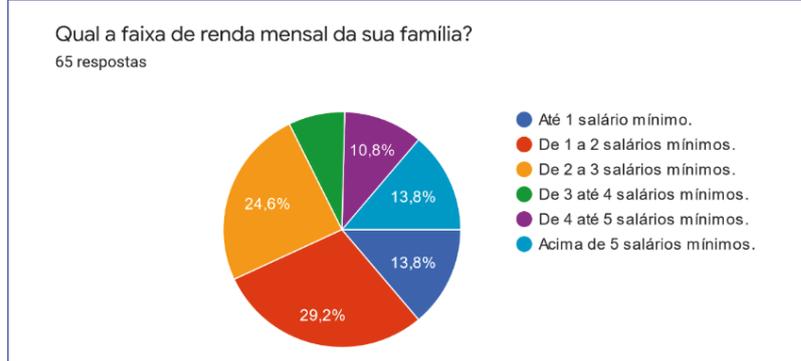
Conforme o Gráfico 2, 13,8% dos entrevistados responderam possuir a renda mensal familiar de até 1 salário mínimo; 29,2% de 1 a 2 salários mínimos; 24,6% de 2 a 3 salários mínimos; 7,8% de 3 a 4 salários mínimos; 10,8% de 4 a 5 salários mínimos; e 13,8% acima de 5 salários mínimos. A característica que prepondera em mais da metade dos respondentes é a renda de 1 a 3 salários mínimos.

Gráfico 1: Composição do núcleo familiar



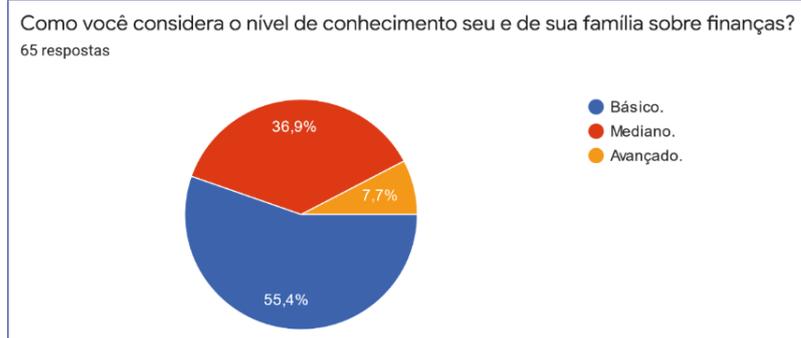
Fonte: dados da pesquisa (2021).

Gráfico 2: Renda familiar mensal



Fonte: dados da pesquisa (2021).

Gráfico 3: Nível de conhecimento dos respondentes e seus familiares sobre finanças



Fonte: dados da pesquisa (2021).

Buscou-se investigar o nível de conhecimento dos respondentes e de seus familiares sobre finanças, e os resultados encontrados, conforme demonstra o Gráfico 3, foram: Observa-se, no Gráfico 3, que

mais da metade dos entrevistados, representados por 55,4%, afirmam possuir conhecimento básico sobre finanças, seguida de 36,9% que consideram seu conhecimento mediano e 7,7%, conhecimento avançado.

Em um levantamento executado pelo Instituto Ipsos, em dezembro de 2020, constatou-se que 52% dos brasileiros avaliam saber pouco ou muito pouco sobre questões financeiras, ou seja, o conhecimento dos brasileiros sobre conceitos básicos de finanças é restrito, pois, na maioria das respostas da pesquisa, os respondentes apresentaram dificuldades na resolução de pequenos problemas matemáticos, como, por exemplo, questões relacionadas a juros (SEGALA, 2021, não paginado).

Por meio do estudo realizado no Município de Fortaleza dos Valos/RS e mediante levantamento do Ipsos, comprova-se que mais da metade da população avalia possuir conhecimento básico sobre finanças. Porém, esse conhecimento pode ser interpretado de duas formas: entre os que entendem pouco ou muito pouco e os que realmente compreendem os conceitos de finanças, ainda que básicos.

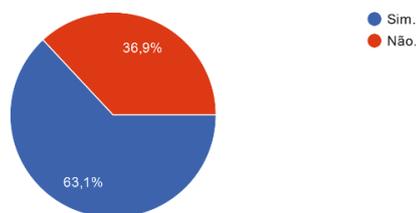
Também se buscou saber se as famílias costumam realizar a projeção de receitas, ou seja, recebimentos que irão compor a renda daquelas, bem como a projeção de despesas que acontecerão ou podem acontecer durante o mês. Os resultados são apresentados no Gráfico 4:



Gráfico 4: Projeção de receitas e despesas familiares

Sua família costuma elaborar o orçamento familiar, projetando os recebimentos que irão compor a renda da família e as despesas que acontecerão ou podem acontecer durante o mês?

65 respostas

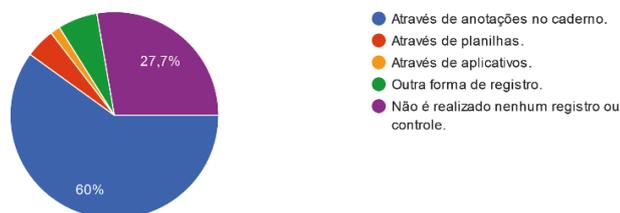


Fonte: dados da pesquisa (2021).

Gráfico 5: Formas de registro das finanças

Sua família realiza o registro/controla dos recebimentos e gastos financeiros de que forma?

65 respostas



Fonte: dados da pesquisa (2021).

Conforme o Gráfico 4, verifica-se que 63,1% das famílias costumam elaborar o orçamento familiar realizando a projeção das receitas e das despesas que poderão acontecer durante o mês. Já 36,9% das famílias não costumam fazer essas projeções.

Procurou-se saber se as famílias costumam realizar o registro dos recebimentos e dos gastos financeiros e qual a forma de registro utilizada, e os resultados, conforme demonstra o Gráfico 5, foram:

Constatou-se que 60% das famílias realizam o registro e o controle das finanças por meio de anotações no ca-

aderno; 6,4% por meio de outra forma de registro; 4,7% por meio de planilhas; 1,2% por meio de aplicativos; e 27,7% não realizam nenhum tipo de registro ou controle das finanças.

Verificou-se que a forma mais comum de registro é a realizada em anotações no caderno e o mecanismo menos utilizado para registro das finanças é feito em aplicativos. Segundo a economista Luiza Rodrigues, "Não importa a ferramenta, importa que o método seja organizado. Algumas pessoas têm facilidade com planilhas ou aplicativos, mas outras não. O fundamental é sempre registrar tudo o que se ganha e se gasta e jamais confiar na memória, porque ela falha" (SPC, 2014, não paginado).

É fundamental a realização do controle e do registro das finanças, a fim de se evitar situações inesperadas no fim do mês que possam comprometer o orçamento e ocasionar o endividamento. Dessa forma, o registro permite uma visão clara das receitas/entradas e das despesas/saídas financeiras da família, para atingir uma situação financeira saudável e equilibrada, e permite ações conscientes dentro da realidade do orçamento familiar. No caso em estudo, embora ainda seja utilizada a forma mais incipiente de controle, que é a anotação em caderno, é melhor do que se não fosse feito nenhum controle. Talvez, essa forma de controle que apareceu como sendo a mais utilizada tenha relação com a renda da maioria dos participantes, pois, em regra, é a mais simples e que despende de menos recursos e de menos conhecimentos para ser realizada.

Ainda sobre o perfil financeiro das famílias, procurou-se saber se as famílias destinam alguma parte da renda a investimentos, conforme demonstra o Gráfico 6:

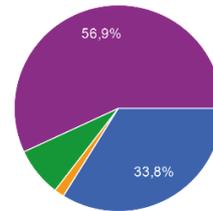
Entre as famílias dos respondentes da pesquisa, 33,8% destinam alguma parte da renda à poupança; 7,7% a ações ou a outros tipos de investimentos de renda variável; 1,6% a CDB ou a outros tipos de investimentos de renda fixa; e 56,9% não realizam nenhum tipo de investimento.

Conforme os dados da pesquisa, entre as famílias que destinam alguma parte da renda a investimentos, mesmo com a baixa rentabilidade, a maioria opta pela poupança, o que pode ser explicado pelo baixo risco que ela oferece, e mais da metade das famílias entrevistadas não realizam nenhum tipo de investimento. Dentre os principais motivos podem estar a falta de dinheiro, a falta de conhecimento sobre investimentos, a insegurança e o medo de perder dinheiro em investimentos com maior risco.

Gráfico 6: Investimentos

É destinada alguma parte da renda familiar a algum tipo de investimento?

65 respostas



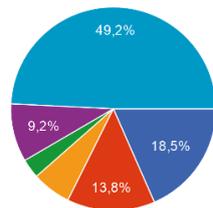
- Poupança.
- Tesouro direto.
- CDB ou outros tipos de investimentos de renda fixa.
- Ações ou outros tipos de investimentos de renda variável.
- Não é realizado nenhum tipo de investimento.

Fonte: dados da pesquisa (2021).

Gráfico 7: Impacto da pandemia sobre a renda familiar

Você saberia mensurar qual foi o impacto da pandemia de covid-19 sobre a renda de sua família?

65 respostas



- Redução de até 20% da renda.
- Redução de até 50% da renda.
- Redução de mais de 50% da renda.
- Perda total da renda.
- Aumento da renda.
- Não houve alterações sobre a renda.

Fonte: dados da pesquisa (2021).

4.3 Impacto da Pandemia de Covid-19 sobre as Finanças Familiares

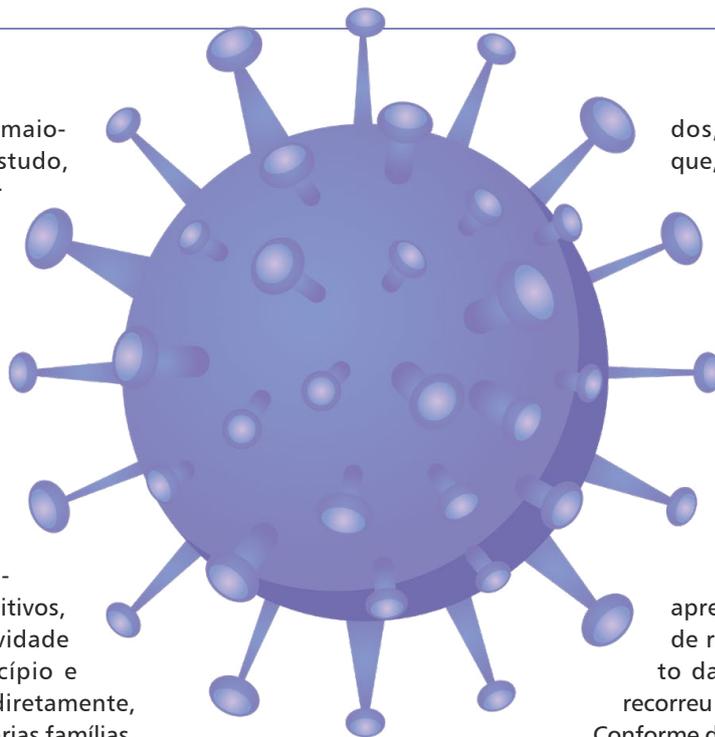
Neste tópico, serão apresentados os resultados da análise dos impactos decorrentes da pandemia sobre a renda familiar, seguidos dos principais motivos que impulsionaram uma possível perda de renda, a suficiência ou a insuficiência de renda para pagamento de despesas e o comportamento dos gastos das famílias de Fortaleza dos Valos/RS.

Foi questionado aos respondentes se eles saberiam mensurar qual o impacto da pandemia sobre a renda da sua família, e os resultados, conforme demonstram o Gráfico 7, foram:

Quanto ao impacto da pandemia sobre a renda das famílias, verificou-se que, para

49,2% das famílias, não houve alterações sobre a renda; já 18,5% apresentaram redução de até 20% da renda; 13,8% redução de até 50% da renda; 6,2% redução de mais de 50%; 3,1% sofreram a perda total da renda; para 9,2%, houve aumento da renda.





Percebe-se que a maioria das famílias em estudo, representadas por 58,4%, não apresentaram redução ou perda da renda, enquanto 41,6% tiveram redução ou perda da renda. Esses resultados podem ser explicados pelo desempenho do agronegócio que, mesmo em período de pandemia, apresentou resultados positivos, sendo a principal atividade econômica do município e da qual, direta ou indiretamente, depende a renda de várias famílias. Segundo o ex-ministro da Economia, Paulo Guedes, “o potencial do agronegócio brasileiro para produzir, exportar e abastecer o mercado interno, mesmo durante a pandemia, é um dos principais fatores de sustentação da economia do País” (SNA, 2021, não paginado).

Entre as famílias que tiveram perda parcial ou total de renda, 40,8% afirmam ser por outros motivos além dos citados, como a redução salarial de um ou mais membros da família, representados por 37%; 14,8% a perda de emprego de um ou mais membros da família; e 7,4% devido à morte de um ou mais membros da família. Esses motivos provavelmente têm relação direta com a situação posta pela pandemia, embora não tenha sido questionado qual a causa da morte de membros da família.

Em 2020, as maiores taxas de desocupação foram registradas em estados do Nordeste e as menores no Sul do país (IBGE, 2021). Esse dado comprova que, no município estudado, localizado na Região Sul, a maioria das famílias não foram afetadas pelo desemprego. Ainda que em algum período alguns tra-

balhadores tenham tido redução da carga horária de trabalho ou redução salarial, a maioria manteve o vínculo de emprego.

Acerca do impacto da pandemia sobre a renda das famílias, procurou-se saber se nesse período a renda mensal foi suficiente para pagar todas as despesas; e, caso em caso negativo, quais foram as alternativas buscadas para complementar a renda e pagar as despesas. Verificou-se que, para 50,8% das famílias, a renda mensal foi suficiente para pagar as despesas; para 12,3% a renda mensal foi o suficiente para pagar as despesas e ainda investir o restante; enquanto para 16,9% a renda mensal não foi suficiente para cobrir as despesas e foi necessário recorrer ao Auxílio Emergencial; para 10,8% também não foi suficiente, sendo necessário buscar uma renda extra; para 4,6% não foi o suficiente e foi necessário recorrer a empréstimos; e para 4,6% a renda não foi suficiente para cobrir as despesas e foi necessário resgatar algum investimento (como, por exemplo, poupança, CDB, ações, entre outras aplicações).

Por meio dos resultados obti-

dos, foi possível verificar que, para a maioria das famílias, representadas por 63,1%, a renda mensal foi suficiente para o pagamento das despesas, enquanto para 36,9% não, sendo necessário recorrer a outras alternativas para manter em dia o pagamento das despesas mensais.

Entre as famílias que apresentaram insuficiência de renda para o pagamento das despesas, a maioria recorreu ao Auxílio Emergencial. Conforme dados do Portal da Transparência da Controladoria-Geral da União (2021), foram disponibilizados, de abril a dezembro de 2020, R\$4.921.051,00 do benefício para residentes do Município de Fortaleza dos Valos/RS.

No que se refere ao consumo das famílias em período de pandemia, investigou-se o comportamento em relação aos gastos, verificando possíveis alterações, aumentos ou reduções. Dessa forma, os gastos foram separados em essenciais e não essenciais. Exemplos de gastos essenciais: aluguel, contas de água, luz, telefone, internet, condomínio, gás, alimentação básica, transporte, seguros, saúde e higiene. Exemplos de gastos não essenciais: roupas, acessórios, viagens, jogos, festas e tratamentos cosméticos e estéticos.

A maioria das famílias, representadas por 27,7%, apresentaram redução apenas dos gastos não essenciais e não tiveram alterações dos gastos essenciais. Devido às reduções de renda, algumas famílias tiveram que estabelecer prioridades e realizar o corte de gastos considerados supérfluos com a intenção de reequilibrar o orçamento e evitar o endividamento.

“Acerca do impacto da pandemia sobre a renda das famílias, procurou-se saber se nesse período a renda mensal foi suficiente para pagar todas as despesas; e, caso em caso negativo, quais foram as alternativas buscadas para complementar a renda e pagar as despesas.”

Além disso, mesmo para as famílias que não tiveram alterações na renda, os gastos não essenciais foram reduzidos em decorrência do distanciamento e do isolamento social, a fim de evitar a propagação e transmissão do vírus. Desse modo, houve a paralisação de atividades em restaurantes, academias, bares, setores de turismo e entretenimento, com redução do horário de funcionamento ou até mesmo o fechamento do estabelecimento. Independentemente da faixa de renda mensal da família, algumas frequentaram menos ou deixaram de frequentar esses lugares, o que reduziu tais gastos.

Diante do enfrentamento à pandemia, com o intuito de economizar e controlar o orçamento, a redução de todos os gastos, sejam eles essenciais ou não, foi a alternativa de 20% das famílias.

Devido ao aumento dos preços dos produtos e serviços, 13,8% apresentaram aumento apenas dos gastos essenciais, enquanto 13,8% tiveram aumento de todos os gastos, sejam eles essenciais ou não.

Os principais motivos para aumento das despesas foi o aumento de gastos com supermercado, gás, água, energia elétrica e despesas médicas. Conforme Ivan Venturi, “mesmo com as medidas de confi-

namento e isolamento social, que, em tese, deveriam reduzir os gastos básicos, a percepção do consumidor brasileiro foi a de que o custo de vida durante a pandemia ficou, em geral, mais caro” (O CONSUME- RISTA, 2020, não paginado).

Com base no Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP) realizou um levantamento o qual comprou que as despesas básicas das famílias, como alimentação – incluindo os principais alimentos –, combustível e residência, apresentaram, nos últimos meses, a média de preços com aumento de 33% no país (AGÊNCIA BRASIL, 2021). Para algumas famílias, o salário não acompanhou a alta dos preços, e reduziu o poder de compra do trabalhador que ganha menos e precisa gastar mais com as despesas essenciais.

A minoria das famílias, representadas por 1,6%, apresentaram aumento apenas dos gastos não essenciais, e para 6,2% houve redução apenas dos gastos essenciais. Pode-se perceber que a redução de gastos essenciais e o aumento dos gastos não essenciais foram as alternativas

menos escolhidas pelas famílias, enquanto para 16,9% delas os gastos essenciais e não essenciais não sofreram alterações, e permaneceram estáveis em período de pandemia.

4.4 Importância do Orçamento Familiar Alinhado ao Planejamento Financeiro

Neste tópico, será evidenciada a importância da utilização do orçamento familiar para a eficiente organização e adequado direcionamento das finanças.

Foi perguntado aos participantes se eles consideravam importante realizar um planejamento financeiro para organizar as finanças e atingir objetivos. Verificou-se que 100% dos respondentes, ou seja, todos consideraram importante a realização desse planejamento.



O orçamento familiar é um importante aliado do planejamento financeiro, pois possibilita o controle e a organização das receitas e das despesas. Dessa forma, realizam-se as projeções de receitas (entradas) e despesas (saídas); em seguida, registram-se os acontecimentos dessas receitas e despesas; e, ao final do período determinado, verificam-se os saldos comparando os valores projetados com os realizados. A partir disso, é possível analisar o orçamento, tendo-o como um mapa da situação financeira da família para a tomada de decisões coerentes que contribuem para o controle e o equilíbrio das finanças. Também, dessa forma, o orçamento servirá de embasamento para a realização do planejamento financeiro com o intuito de organizar as finanças em torno das metas e dos objetivos de curto, médio e longo prazo.

O primeiro passo para montar o orçamento familiar é estimar todas as receitas e despesas para o período determinado, separando-as entre receitas fixas, que não variam ou variam pouco, em termos de valor, como o salário, a aposentadoria, entre outras; e receitas variáveis, que podem variar de um mês para

outro, como também podem ocorrer, ou não, em determinados períodos, como comissões e trabalho extra, por exemplo. Quanto às despesas, devem ser separadas entre despesas fixas, como luz, aluguel, telefone, internet, por exemplo, e despesas variáveis, como passeios, roupas, viagens, entre outros. Pode-se utilizar as receitas e despesas passadas como base para estimar as receitas e despesas futuras.

Assim, por meio do registro das receitas e das despesas, é possível analisar o comportamento das finanças ao longo do mês, identificar para onde os ganhos estão sendo destinados e, dessa forma, realizar os ajustes necessários, a fim de reduzir gastos e obter resultados positivos, ou seja, ter alguma folga financeira.

É importante que seja feito o registro de todos os gastos, sejam eles valores altos ou pequenos. Muitas vezes, as pequenas despesas do dia a dia passam despercebidas e não são registradas, porém quando somadas podem impactar no orçamento.

Com a visualização clara dos ganhos e dos gastos, é possível tomar decisões eficientes e dentro da realidade do orçamento. O controle e o acompanhamento das finanças devem ser realizados em todos os momentos, independentemente da situação financeira em que se encontra a família.

Com o orçamento concluído dentro do período estabelecido, será possível refletir

sobre as seguintes questões e analisá-las: “A renda foi suficiente para cobrir as despesas? Caso não, o que devo fazer para mudar essa

situação? Corte de gastos? Quais gastos são realmente necessários? Quais são os objetivos? Eles são de curto, médio ou longo prazo? Quais metas financeiras estabelecer para alcançar os objetivos? De que forma economizar?” A partir dessas questões e com o orçamento sob controle, é possível estabelecer metas financeiras com maior clareza, a fim de realizar objetivos independentemente do prazo. Deve-se listar os objetivos e estimar uma quantia mensal, que deve ser economizada para que esses objetivos se concretizem.

A crise gerada pela pandemia de Covid-19 evidenciou ainda mais a importância de se ter uma reserva de emergência, pois ela permite passar por situações inesperadas com maior tranquilidade e segurança. Conforme André Bona (2019, não paginado), “o aconselhável é que a sua reserva de emergência consiga cobrir e manter o seu padrão de vida por, no mínimo, 6 meses”. Para análise, seguem as seguintes reflexões: “Caso a renda mensal da família fosse perdida, por quantos meses conseguiria se manter? A reserva seria suficiente para pagar todas as despesas da família por, no mínimo, 6 meses?” É hora de analisar essas questões e estar sempre preparado.

Foi perguntado aos respondentes se eles gostariam de fazer um curso ou treinamento sobre gestão das finanças pessoais e familiares com um profissional da área. Verificou-se que 63,1% responderam que sim e 36,9%, não.

Buscar o aprofundamento na temática das finanças é de grande relevância qualquer pessoa. Por meio da educação financeira, é possível desenvolver capacidade para gerir de forma competente e consciente as finanças, e fazer as escolhas com cautela, a fim de obter uma boa saúde financeira. Além disso, uma população educada financeiramente é essencial para o progresso econômico e social do país.



“Buscar o aprofundamento na temática das finanças é de grande relevância qualquer pessoa. Por meio da educação financeira, é possível desenvolver capacidade para gerir de forma competente e consciente as finanças, e fazer as escolhas com cautela, a fim de obter uma boa saúde financeira.”

5. Conclusão

Por meio desta pesquisa foi possível descobrir como a pandemia afetou a situação financeira das famílias do Município de Fortaleza dos Valos/RS e analisar a realidade do município, o perfil financeiro das famílias e os impactos sobre as finanças familiares.

Verificou-se que a maioria das famílias costumam fazer mensalmente as projeções de receitas e despesas e possuem apenas conhecimento básico sobre finanças. Como forma de registro, a maior parte delas se detêm a utilizar a famosa “caderneta”, ou seja, realizam o registro em anotações no caderno e não realizam nenhum tipo de investimento.

Pode-se perceber que, no município analisado, os impactos foram menores do que se poderia pensar no início do estudo. A pesquisa revelou que a maioria das famílias pesquisadas não tiveram redução ou perda de renda durante o período de pandemia, o que pode ser explicado devido ao desenvolvimento do agronegócio na região. Essa atividade da qual, direta ou indiretamente, depende a renda de várias famílias manteve a geração de emprego e renda, mesmo nesse período.



Também, constatou-se que a maioria das famílias não foram afetadas pelo desemprego. Porém, entre as que tiveram redução ou perda de renda, os principais motivos foram: redução salarial, perda de emprego de um ou mais membros da família, morte de algum membro do núcleo familiar, entre outros motivos diversos. Quanto ao consumo durante o período de pandemia, grande parte das famílias apresentaram redução de gastos não essenciais devido ao isolamento e ao distanciamento social, tendo sido aquela a primeira opção quando o assunto é corte de gastos. Algumas famílias ainda apresentaram aumento dos gastos essenciais, o que pode ser explicado pelo aumento dos preços de despesas básicas, como alimentação básica, água, gás e energia elétrica.

Dessa forma, a pesquisa enfatizou a importância de se ter controle sobre as finanças por meio da utilização de uma ferramenta bastante útil, que é o orçamento. Por

isso, independentemente da situação financeira em que se encontra a família, atentar-se para o controle financeiro com disciplina é fundamental para que se obtenha uma vida financeira saudável. Tendo a visualização clara do orçamento, é possível verificar para onde o dinheiro está sendo destinado e, a partir disso, revisar e fazer os ajustes necessários para cortar gastos e aumentar os rendimentos em direção ao equilíbrio financeiro.

O planejamento financeiro possibilita traçar estratégias para cumprir os compromissos e estabelecer metas para realizar os objetivos, bem como auxilia na organização do orçamento e no direcionamento das finanças para o rumo desejado, além de evitar o exagero de consumo e endividamento e suas consequências, como as desavenças e os problemas no âmbito familiar.

Como sugestões para próximos estudos, indica-se a aplicação do questionário em municípios com realidades diferentes, tanto em relação ao número de habitantes quanto ao perfil econômico. De qualquer modo, o que se pode perceber é que o planejamento financeiro é fundamental para a tomada de decisões, que certamente farão toda a diferença no futuro da família, com ou sem pandemia.

Referências

AGÊNCIA BRASIL. *Fecomercio SP: despesas básicas das famílias aumentam 33% em 12 meses*. 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-08/fecomerciosp-despesas-basicas-das-familias-aumentam-33-em-12-meses>. Acesso em: 30 set. 2021.

BONA, André. *Reserva de emergência: importância e alternativas para montá-la*. 2019. Disponível em: <https://andrebona.com.br/reserva-de-emergencia/>. Acesso em: 6 out. 2021.

BUGARIM, Maria Clara Cavalcante et al. *Orçamento familiar e controle social: instrumento de organização da sociedade*. 2. ed. Brasília: Fundação Brasileira de Contabilidade, 2012.

CERBASI, Gustavo. *Casais inteligentes enriquecem juntos*. 40. ed. São Paulo: Gente, 2004.

COMENTTO, *Calculadora amostral*. 2018. Disponível em: <https://comentto.com/calculadora-amostral/>. Acesso em: 31 mai. 2021.

CVM – Comissão de Valores Mobiliários. Associação Brasileira de Planejadores Financeiros. *Planejamento Financeiro Pessoal*. Rio de Janeiro: CVM, 2019.

DIEESE. *Pesquisa nacional da cesta básica de alimentos-janeiro de 2021*. 2021. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/2021/202101cestabasica.pdf>. 2021. Acesso em: 13 mai. 2021.

FRANKENBERG, Louis. *Seu futuro financeiro*. 12. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

FGV IBRE. *Pandemia já afeta trabalho de 53,5% das famílias, aponta FGV IBRE*. 2020. Disponível em: <https://portal.fgv.br/noticias/pandemia-ja-afeta-trabalho-535-familias-aponta-fgv-ibre>. Acesso em: 5 mai. 2021.

G1. *OMS reforça que medidas de isolamento social são a melhor alternativa contra o coronavírus*. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/03/30/oms-reforca-que-medidas-de-isolamento-social-sao-a-melhor-alternativa-contr-o-coronavirus.ghtml>. Acesso em: 12 abr. 2021.

G1. *Oito em cada dez famílias de classe média perdem renda na pandemia, diz estudo*. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2021/04/21/oito-em-cada-dez-familias-de-classe-media-perdem-renda-na-pandemia-diz-estudo.ghtml>. Acesso em: 9 jun. 2021.

GIL, Antonio Carlos. *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOVERNO DO BRASIL. *Auxílio Emergencial já pagou mais de R\$ 288 bilhões para garantir proteção social aos brasileiros*. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2020/12/auxilio-emergencial-ja-pagou-mais-de-r-288-bilhoes-para-garantir-protecao-social-aos-brasileiros-1>. Acesso em: 24 mai. 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Com pandemia, 20 estados têm taxa média de desemprego recorde em 2020*. 2021. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/30235-com-pandemia-20-estados-tem-taxa-media-de-desemprego-recorde-em-2020>. Acesso em: 20 mai. 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo. 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/fortaleza-dos-valos/pesquisa/23/24161?detalhes=true>. Acesso em: 9 jun. 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Panorama. 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/fortaleza-dos-valos/panorama>. Acesso em: 22 set. 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Histórico. 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/fortaleza-dos-valos/historico>. Acesso em: 20 set. 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Tabela 6971 - *Número de famílias e Tamanho Médio da família por situação do domicílio e classes de rendimento total e variação patrimonial mensal familiar*. 2018. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6971#resultado>. Acesso em 19 out. 2021.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

NETQUEST. *Qual é o tamanho da amostra que eu preciso?* 2013. Disponível em: <https://www.netquest.com/blog/br/blog/br/qual-e-o-tamanho-de-amostra-que-preciso>. Acesso em: 8 jun. 2021.

NUBANK. *Orçamento familiar simples: como montar o seu*. 2021. Disponível em: <https://blog.nubank.com.br/orcamento-familiar/>. Acesso em: 13 mai. 2021.

O CONSUMERISTA. *Brasileiros relatam aumento no custo de vida no isolamento*. 2020.

Disponível em: <https://www.oconsumerista.com.br/2020/07/brasileiros-relatam-aumento-no-custo-de-vida-no-isolamento/>. Acesso em: 29 set. 2021.

PIRES, Valdemir. *Finanças pessoais fundamentos e dicas*. Piracicaba: Equilíbrio, 2006.

PLANEJAR. *O que é o planejamento financeiro?* Disponível em: <https://planejar.org.br/planejamento-financeiro/>. Acesso em: 3 mai. 2021.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. *Detalhamento dos Benefícios ao Cidadão*. 2021. Disponível em: http://www.portaldatransparencia.gov.br/beneficios_consulta?paginacaoSimples=true&tamanhoPagina=&offset=&direcaoOrdenacao=asc&de=01%2F01%2F2020&ate=30%2F09%2F2021&tipoBeneficio=6&uf=RS&nomeMunicipio=fortaleza+dos+valos&colunasSelecionadas=linkDetalhamento%2ClinguagemCidada%2CmesAno%2Cu_f%2Cmunicipio%2Cvalor&ordenarPor=mesAno&direcao=desc

SANTOS, José Odálio dos. *Finanças pessoais para todas as idades: um guia prático*. São Paulo: atlas, 2014.

SEGALA, Mariana. *53% dos brasileiros conseguem se manter por menos de 3 meses caso percam a renda*. 2021. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/minhas-financas/53-dos-brasileiros-conseguem-se-manter-por-menos-de-3-meses-caso-percam-a-renda/>. Acesso em: 13 set. 2021.

SNA. *Paulo Guedes reconhece a importância do Agro na superação da crise*. 2021. Disponível em: <https://www.sna.agr.br/paulo-guedes-reconhece-que-o-agro-esta-mantendo-a-economia-funcionando-na-crise/>. Acesso em: 24 set. 2021.

SPC. *Oito em cada dez brasileiros não sabem como controlar as próprias despesas, mostra estudo do SPC Brasil*. 2014. Disponível em: <https://www.spcbrasil.org.br/pesquisas/pesquisa/874>. Acesso em: 22 set. 2021.

UOL. *Especialistas afirmam que planejamento financeiro é essencial principalmente após pandemia*. 2020. Disponível em: https://cultura.uol.com.br/noticias/7971_especialistas-afirmam-que-planejamento-financeiro-e-essencial-principalmente-apos-pandemia.html. Acesso em: 15 abr. 2021.

WALLIMAN, Nicholas. *Métodos de pesquisa*. 1. Ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2015.



Lei n.º 12.973

1.

2.

3.



Aplicação tributária da Lei n.º 12.973/2014 nos lançamentos contábeis societários

O objetivo desta pesquisa é apresentar a aplicação tributária da Lei n.º 12.973, de 13 de maio de 2014, à luz dos lançamentos contábeis societários de ajustes a valor justo, ajustes a valor presente e das perdas no valor recuperável de ativos. A metodologia para atingir o objetivo deste estudo foi documental, visto que foram analisados os pronunciamentos CPC 46, CPC 12 e CPC 01 (R1), que tratam de mensuração a valor justo, valor presente e redução ao valor recuperável (*impairment loss*) de ativos, respectivamente. Verificou-se que a utilização das subcontas representa uma importante ferramenta para fins fiscais nos lançamentos dos ajustes tributários, permitindo que o momento da tributação das respectivas práticas contábeis analisadas coincida com o momento da realização. Esta pesquisa contribui com contadores e acadêmicos no entendimento sobre o tema e serve como base para futuras pesquisas realizarem uma verificação prática nas empresas brasileiras.

Jamil Nassif Absy Júnior

Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Santa Catarina.

E-mail: jjabsy@hotmail.com

Maira Melo de Souza

Professora Doutora do Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina. Doutorado em Administração. Mestrado em Contabilidade.

E-mail: mairameloufsc@gmail.com

1. Introdução

Toda evolução ou desenvolvimento necessita de mudanças, e a contabilidade não está alheia a isso. O desenvolvimento de normas contábeis de alta qualidade e que pudessem ser adotadas em nível internacional teve início, em 1973, pelo *International Accounting Standards Committee (Iasc)*, substituído em 2001 pelo *International Accounting Standards Board (Iasb)*, que passou a emitir as normas denominadas *International Financial Reporting Standards (IFRS)* (LEMES; CARVALHO, 2010; GELBCKE et al., 2018).

Na contabilidade brasileira, esse marco na evolução se deu na primeira década do século XXI e é denominado convergência para as normas internacionais. A abertura para a possível convergência das normas internacionais no Brasil foi a aprovação da Lei n.º 11.638, de 28 de dezembro de 2007, que promoveu diversas alterações na Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações) e iniciou o processo de adaptação dos procedimentos contábeis no Brasil às normas emitidas pelo Iasb, seguido atualmente por mais de uma centena de países (MELLO, 2011).

Posteriormente, a Medida Provisória (MP) n.º 449, de 3 de dezembro de 2008, convertida na Lei n.º 11.941, de 27 de maio de 2009, corrigiu os erros ou desvios remanescentes após a Lei n.º 11.638/2007, e instituiu o Regime Tributário de Transição (RTT), impondo a neutralidade fiscal diante da convergência das normas internacionais (GELBCKE et al., 2018).

O RTT teve como objetivo principal a neutralidade tributária das alterações impostas pela convergência com as normas internacionais, que, de alguma forma, modificou o critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na escrituração contábil, para apuração do lucro líquido do exercício, fazendo com que as regras tributárias fossem as mesmas vigentes até 31/12/2007, o que contribuiu para a aprovação da Lei n.º 11.638/2007 e das demais normas dela decorrentes (MELLO, 2011).

A respeito do RTT, a pesquisa de Mello e Salotti (2013) verificou que as empresas que adotaram este regime pagaram menos impostos em comparação aquelas que não o adotaram. Isso porque o RTT proporcionou uma neutralidade tributária em relação as mudanças societárias decorrentes da convergência aos padrões do IASB.

Contudo, como o próprio nome diz, o RTT foi um regime transitório, ou seja, instituído para ser revogado ou alterado no momento que fosse aprovada uma lei tratando dos aspectos tributários atinentes à convergência às normas internacionais de contabilidade. Nessa intenção, ocorreu a publicação da Medida Provisória (MP) n.º 627, de 11 de novembro de 2013, convertida na Lei n.º 12.973, sancionada pelo Governo federal em 2014, em que, em um dos seus conteúdos especificou a data final para o RTT, ou seja, promoveu

a adequação das normas tributárias às novas regras contábeis introduzidas pelas Leis n.º 11.638/2007 e n.º 11.941/2009 e pelos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC (GELBCKE et al., 2018).

O estudo de Fontes, Brunozi Júnior e Sant'anna (2019) analisou uma amostra de 280 empresas e destacou a importância de estudos que contribuem para as discussões sobre a efetividade das IFRS e as leis derivadas, não somente na Contabilidade Financeira, mas também na Tributária.

Dessa forma, a Lei n.º 12.973/2014 foi aprovada com o objetivo principal de adequar as normas contábeis, das quais sofreram diversos ajustes durante os últimos anos, à legislação tributária, de modo a contribuir para o processo de convergência às normas internacionais, iniciada em 2007, com a Lei n.º 11.638.

Diante do exposto, elaborou-se o seguinte problema de pesquisa: **Quais são os ajustes tributários promovidos pela Lei n.º 12.973/2014 nos lançamentos contábeis de ajustes a valor justo, a valor presente e das perdas no valor recuperável de ativos?** O objetivo desta pesquisa é apresentar a aplicação tributária da Lei n.º 12.973/2014, à luz dos lançamentos contábeis societários de ajustes a valor justo, ajustes a valor presente e das perdas no valor recuperável de ativos.

A presente pesquisa delimita-se à exposição de uma análise da Lei n.º 12.973/2014 nos lançamentos contábeis de ajustes a valor justo, ajustes a valor presente e das perdas no valor recuperável de ativos, e possui natureza predominantemente qualitativa e documental. A extensão dos resultados está delimitada aos dispositivos da Lei n.º 12.973/2014 e das normas de contabilidade societária que tratam dos lançamentos contábeis dos temas delimitados, sendo estas: CPC 12, CPC 46 e CPC 01 (R1).



“O estudo é relevante, uma vez que apresenta como tratar tributariamente os procedimentos contábeis provenientes da contabilidade societária. Além disso, contempla um histórico sobre como aconteceu o processo da convergência contábil brasileira com as normas internacionais do Iasb.”

O estudo é relevante, uma vez que apresenta como tratar tributariamente os procedimentos contábeis provenientes da contabilidade societária. Além disso, contempla um histórico sobre como aconteceu o processo da convergência contábil brasileira com as normas internacionais do Iasb.

Esta pesquisa contribui com contadores e acadêmicos no entendimento sobre o tema e serve como base para futuras pesquisas realizarem uma verificação prática nas empresas brasileiras, visto que realiza uma análise documental das implicações tributárias dos aspectos societários relativos à convergência contábil aos padrões internacionais do Iasb.

2. Referencial Teórico

As práticas contábeis introduzidas pela Lei n.º 11.638/2007, em alguns casos, causariam o aumento de receitas ou a redução de custos ou despesas e, conseqüentemente, alterariam as bases de cálculos dos impostos e contribuições que utilizam informações contábeis para serem definidos. Com isso, essas mudanças impactariam inclusive no aumento ou na redução da carga tributária das sociedades. Por esse motivo, na época, foi estabe-

Quadro 1: Objetivos do CPC 46, CPC 12 e CPC 01 (R1)		
CPC 46	CPC 12	CPC 01 (R1)
O objetivo do CPC 46 é: (a) definir valor justo; (b) estabelecer em um único Pronunciamento a estrutura para a mensuração do valor justo; e (c) estabelecer divulgações sobre mensurações do valor justo.	O objetivo do CPC 12 é estabelecer os requisitos básicos a serem observados quando da apuração do ajuste a valor presente de elementos do ativo e do passivo quando da elaboração de demonstrações contábeis	O objetivo do CPC 01 (R1) é estabelecer procedimentos que a entidade deve aplicar para assegurar que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação.

Fonte: elaborado pelos autores com base no CPC 46 (2012), CPC 12 (2008) e CPC 01 (R1, 2010).

lecido o RTT, um regime de caráter provisório, que previu a neutralidade tributária dessas alterações, fazendo com que as regras tributárias fossem as mesmas vigentes até 31/12/2007 (MELLO, 2011).

Depreende-se que o RTT foi um regime provisório vigente apenas até o momento em que fosse aprovada uma lei específica tratando dos aspectos tributários pertinentes às alterações contábeis promovidas em função da convergência aos padrões internacionais do Iasb (GELBCKE et al., 2018).

Algumas das normas contábeis que entraram em vigor com a convergência às normas internacionais do Iasb dizem respeito aos ajustes a valor justo (tratado pelo CPC 46), aos ajustes a valor presente (abordado pelo CPC 12) e ao teste de redução ao valor recuperável de ativos (tratado pelo CPC 01 R1). O Quadro 1 demonstra os objetivos de cada

uma das normas do CPC pertinentes as práticas contábeis supracitadas.

Todas as situações apresentadas no Quadro 1 irão ter como consequência, em algum momento, um impacto no resultado do exercício das entidades. Tendo em vista que as práticas contábeis utilizadas pelas empresas afetam a base de cálculo do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), existem regras tributárias que as entidades devem seguir para apurar o valor dos impostos adequadamente e ficarem de acordo tanto com as normas societárias como com as regras fiscais.



A esse respeito, conforme a alínea “b” do art. 17 da Lei n.º 11.941/2009, para atender às regras fiscais, a sociedade deve realizar ajustes específicos no lucro líquido do período no Livro de Apuração do lucro real (Lalur), para, dessa forma, poder reverter o efeito da utilização de métodos e critérios contábeis diferentes daqueles da legislação tributária (BRASIL, 2009).

No final do ano de 2013, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, informou, na exposição de motivos da MP n.º 627/2013, que o RTT estava sendo baseado em uma legislação societária já revogada, e essa situação provocava inúmeros questionamentos, gerando insegurança jurídica e complexidade na administração dos tributos (BRASIL, 2013).

Dessa forma, o objetivo da MP n.º 627/2013 era a adequação da legislação tributária à legislação societária e às normas contábeis emitidas pelo CPC, assim como a extinção do RTT e o estabelecimento de uma nova forma de apuração do IRPJ e da CSLL, a partir de ajustes que deveriam ser efetuados no Lalur. Além disso, a MP trouxe as convergências necessárias para a apuração da base de cálculo da Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS)/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) (BRASIL, 2013).

Observa-se que o RTT apresentou grande importância no processo de convergência para as normas internacionais do lasb, já que participou como um facilitador do processo. Porém, por ser um regime transitório, o RTT foi extinto por meio da MP n.º 627/2013, convertida na Lei n.º 12.973/2014, que possui como principal objetivo a adaptação da legislação tributária à legislação societária.

A Lei n.º 12.973/2014 dispôs sobre como as sociedades deveriam proceder fiscalmente aos lançamentos contábeis provenientes da convergência após a extinção do RTT (BRASIL, 2014). Notou-se, neste ato, a contribuição da legislação fiscal brasileira para a convergência às normas internacionais do lasb, visto que a extinção do RTT mostrou a preocupação dos órgãos governamentais em consolidar as normas contábeis societárias vigentes com as normas tributárias brasileiras (GELBCKE et al., 2018).

Em relação ao valor justo, a Lei n.º 12.973/2014 especificou, por meio dos arts. 13 e 14, qual tratamento contábil e fiscal deverá ser adotado nos registros de ganho ou perda decorrentes da avaliação a valor justo e impôs a necessidade de evidenciação, por meio de subcontas vinculadas ao respectivo ativo ou passivo avaliado ao valor justo (BRASIL, 2014).

Assim, em se tratando da avaliação a valor justo, no caso de ganhos ou perdas, somente deverão ser computados na determinação do lucro real à medida que o ativo for sendo realizado, inclusive mediante depreciação, amortização, exaustão, alienação ou baixa, ou quando o passivo for liquidado ou baixado, se for o caso. Caso a entidade não efetue a evidenciação em subconta o ganho será tributado e a perda será considerada indedutível na apuração do lucro real (BRASIL, 2014).

Em suma, no que tange aos aspectos tributários de lançamentos de ajustes a valor justo, é necessário se atentar ao fato de que o ganho ou a perda não serão computados na determinação do lucro real, desde que o respectivo aumento ou redução aos valores do ativo ou do passivo sejam evidenciados contabilmente em subcontas vinculadas ao ativo ou ao passivo, no caso de não existir a evidenciação em subcontas o respectivo ganho ou perda deverão ser tributados.

No que compete ao ajuste a valor presente, a Lei n.º 12.973/2014 determina, por meio do art. 4º, os aspectos tributários, e orienta que, para as contas ajustadas no ativo, somente serão considerados na determinação do lucro real no mesmo período de apuração em que a receita ou resultado da operação deva ser oferecido à tributação (BRASIL, 2014).

Dessa forma, interpretando o art. 4º da Lei n.º 12.973/2014, é possível entender que, na situação de uma receita ser ajustada a valor presente, o respectivo ajuste (AVP) será lançado como uma dedução da receita bruta em contrapartida da conta de clientes, como a tributação deverá ocorrer quando a receita for oferecida à tributação, o valor do AVP deverá ser adicionado no Lalur e tributado neste momento. Posteriormente, conforme a entidade for reconhecendo a receita financeira, deverá deduzir essa no Lalur (visto que ela já foi tributada).

A Lei n.º 12.973/2014 também orienta, por meio do seu art. 5º, a necessidade de evidenciar o valor do ajuste a valor presente para as contas ajustadas no passivo, quando houver a aquisição a prazo de bens. Caso os valores dos ajustes não sejam evidenciados em subcontas, as despesas incorridas e relacionadas a esse ajuste serão consideradas indedutíveis na determinação do lucro real (BRASIL, 2014).



“É possível afirmar que a aprovação dessa lei contribuiu para a continuidade da convergência às normas internacionais de contabilidade, colaborando para que seu objetivo de adequar as normas tributárias às normas contábeis pudesse ser atingido no Brasil.”

Com isso, as entidades deverão observar a utilização das subcontas vinculadas ao ativo ou ao passivo que originou o ajuste a valor presente, caso não seja observado tal ajuste será tributado.

No que diz respeito às perdas por redução ao valor recuperável de ativos, a Lei n.º 12.973/2014 determina, no seu art. 32, que os valores contabilizados como perdas somente serão dedutíveis no Lalur quando da realização do respectivo ativo por meio de sua alienação ou baixa, e desde que a perda não tenha sido revertida (BRASIL, 2014).

Dessa forma, depreende-se que, no momento do reconhecimento da perda, a empresa deverá utilizar uma subconta vinculada ao ativo para reconhecer a redução ao valor recuperável. No Lalur, ela deverá adicionar o valor da perda ao resultado do exercício (ou seja, será tributada), essa perda somente será dedutível no Lalur no momento em que o respectivo ativo for alienado ou baixado, e desde que não tenha ocorrido reversão da perda.

Vale ressaltar que a Lei n.º 12.973/2014 trouxe, no art. 58, que os novos pronunciamentos e normas contábeis que possivelmente venham a ser emitidos após a sua publicação não exercerão efeitos na apuração dos tributos federais até

que uma nova lei tributária regule a matéria (BRASIL, 2014).

Com isso, os ajustes de ordem tributária decorrentes da Lei n.º 12.973/2014 devem ser realizados em subcontas. É possível afirmar que a aprovação dessa lei contribuiu para a continuidade da convergência às normas internacionais de contabilidade, colaborando para que seu objetivo de adequar as normas tributárias às normas contábeis pudesse ser atingido no Brasil.

A pesquisa de Caldeira et al. (2019) teve como objetivo analisar se existem implicações da Lei n.º 12.973/2014 no CPC 32, relativas às despesas com IRPJ e CSLL em empresas de capital aberto listadas no Brasil. O estudo analisou 256 empresas, no período entre 2003 até 2017. Os autores constataram que tanto o CPC 32 quanto a Lei n.º 12.973/2014 tenderam a reduzir as despesas de IRPJ e CSLL na amostra.

Souza (2015) teve como objetivo analisar o *disclosure* das práticas introduzidas pela Lei n.º 12.973/2014 nas demonstrações financeiras

das entidades que praticam atividade no setor de incorporação imobiliária. O autor constatou que, na amostra analisada, devido ao caráter de convergência das práticas fiscais às práticas societárias das companhias, as alterações introduzidas pela Lei n.º 12.973/2014 não ocasionaram efeitos materiais. Eles ressaltaram que impactos materiais poderiam ser ocasionados pela ausência de controle dos ajustes societários em subcontas contábeis.



3. Metodologia da Pesquisa

Com relação à abordagem do problema, utilizou-se a forma qualitativa. Richardson (2017) explica que essa abordagem visa compreender a essência de algum evento econômico social, no caso desta pesquisa em específico, a intenção foi esclarecer procedimentos tributários de ajustes contidos na Lei n.º 12.973/2014.

Para atingir os objetivos do trabalho, utilizou-se o tipo de pesquisa descritiva. Para Beuren et al. (2010, p. 81), “a pesquisa descritiva configura-se como um estudo intermediário entre a pesquisa exploratória e a explicativa, ou seja, não é tão preliminar como a primeira, nem tão aprofundada como a segunda”.

Quanto aos procedimentos, foi realizada uma pesquisa documental, visto que a base principal para elaborar os resultados deste estudo foi a legislação pertinente à delimitação dele, composta pelos pronunciamentos contábeis do CPC e pela Lei n.º 12.973/2014.

Martins e Theóphilo (2009, p. 55) explicam que “a estratégia de pesquisa documental é característica dos estudos que utilizam documentos como fonte de dados, informações e evidências”. Gil (1994, p. 51) acrescenta que “a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico”.

Para Cooper e Schindler (2011, p. 104), “Entre as fontes primárias estão memorandos, cartas, entrevistas ou discursos completos (em áudio, vídeo ou transcrição escrita), leis, regulamentações, decisões ou padrões judiciais”. Tais fontes, nesta pesquisa, referem-se à legislação pertinente ao tema, sendo constituída pela Lei n.º 12.973/2014, pela Lei n.º 6.404/1976, atualizada pelas Leis n.º 11.638/2007 e n.º 11.941/2009, e pelos pronunciamentos contábeis do CPC.

Quadro 2 - Comparativo do ajuste a valor justo em normas específicas com a Lei n.º 12.973/2014	
Pronunciamentos Contábeis do CPC	Lei n.º 12.973/2014
<p>CPC 48 (2016) Ganho ou perda decorrente de avaliação a valor justo deve ser reconhecido no resultado, com exceção dos disponíveis para venda futura que a contrapartida será registrada em conta de ajuste de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido.</p> <p>CPC 29 (2009) Ganho ou perda decorrente de avaliação a valor justo deve ser reconhecido no resultado.</p> <p>CPC 28 (2009) Ganho ou perda decorrente de avaliação a valor justo deve ser reconhecido no resultado.</p>	<p>Artigos 13 e 14</p> <p>O ganho ou perda decorrente de avaliação de ativo ou passivo com base no valor justo deverá ser evidenciado contabilmente em subconta vinculada ao ativo ou passivo. Deverão ser computados no LALUR apenas quando efetivamente realizados por meio de alienação ou baixa.</p>

Fonte: elaborado pelos autores com base no CPC 48 (2016), no CPC 29 (2009), no CPC 28 (2009) e na Lei n.º 12.973/2014.

De posse aos documentos foi possível obter os dados relativos ao tratamento contábil e fiscal dos ajustes a valor presente, ajustes a valor justo e das perdas no valor recuperável de ativos. O foco foi centrado no tratamento contábil e fiscal com a intenção de atingir o objetivo desta pesquisa.

O tratamento dos dados foi realizado a partir do levantamento das informações societárias e tributárias pertinentes aos ajustes a valor presente, aos ajustes a valor justo e às perdas no valor recuperável de ativos trazidos pelos pronunciamentos contábeis do CPC e pela Lei n.º 12.973/2014. Tais informações foram demonstradas nos resultados por meio de quadros para facilitar a visualização.

4. Análise e Descrição dos Resultados

4.1 Ajuste a Valor Justo

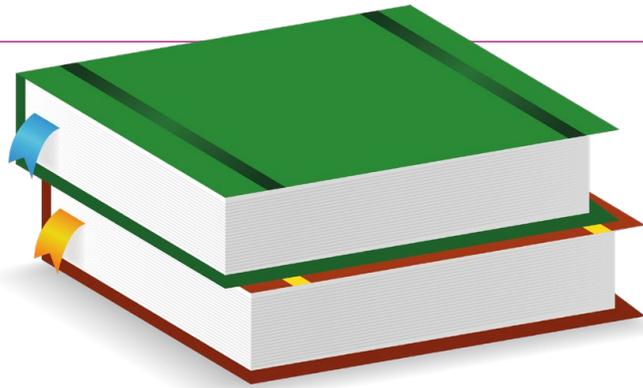
A norma CPC 46 (2012) não tem foco em quais ativos devem ser avaliados a valor justo, mas sim em seu conceito e sua forma de mensuração. O CPC 48 (Instrumentos Financeiros), o CPC 29 (Ativo Biológico e Produto Agrícola) e o CPC 28 (Propriedade para Investi-

mento) são pronunciamentos específicos que determinam a mensuração pelo valor justo e orientam os procedimentos contábeis que devem ser adotados nos lançamentos de ganho ou perda na avaliação a valor justo.

No Quadro 2, estão apresentados os reflexos em cada um dos pronunciamentos contábeis supracitados (CPC 48, CPC 29 e CPC 28) e também estão demonstrados os procedimentos de ajustes emanados pelos dispositivos da Lei n.º 12.973/2014.

É possível perceber, no Quadro 2, no que tange aos lançamentos contábeis, que a Lei n.º 12.973/2014 não especifica os procedimentos de avaliação a valor justo para cada ativo ou passivo, orientando o tratamento contábil de uma forma geral.

Também é possível entender, no Quadro 2, que, em termos societários, o CPC 29 (2009) e o CPC 28 (2009) orientam para que o lançamento decorrente de avaliação a valor justo nos ativos biológicos ou nos produtos agrícolas, assim como nas propriedades para investimentos, devem ser reconhecidos no ativo que lhe deu origem em contrapartida no resultado do exercício.



A esse respeito, para atender à legislação tributária, o ganho ou a perda decorrente da avaliação a valor justo de ativos biológicos, produtos agrícolas e propriedades para investimento deve ser reconhecido em subconta vinculada ao respectivo ativo em questão. Quando do cálculo do IRPJ e da CSLL, se tais ativos já tiverem sido realizados (alienados ou baixados), serão computados normalmente no cálculo desses impostos. Caso eles ainda não tenham se realizado, os ganhos ou as perdas decorrentes da avaliação a valor justo deverão ser ajustados no Lalur (se ganho – redução; se perda – adição).

Já o CPC 48 (2016), pronunciamento contábil que abrange para todos os instrumentos financeiros, definiu que a forma de mensuração está relacionada diretamente à classificação de cada instrumento financeiro, ou seja, não existe mensuração padrão para todos os instrumentos financeiros.

Dessa forma, é evidenciado, no referido pronunciamento contábil (2016), que existem dois tipos de instrumentos financeiros para fins de mensuração ao valor justo, sendo estes: i) disponíveis para venda imediata, eles são classificados como mensurados pelo valor justo por meio do resultado (os ajustes a valor justo são em contrapartida do resultado); e ii) disponíveis para venda futura, que serão mensurados pelo valor justo em contrapartida da conta 'Ajustes de Avaliação Patrimonial', diretamente no Patrimônio Líquido. A seguir, é apresentado um exemplo de avaliação ao valor justo de instrumento financeiro disponível para venda imediata.

Na mesma linha de raciocínio, em relação aos casos de instrumentos financeiros disponíveis para venda futura, o reconhecimento no resultado do exercício ocorrerá quando de sua realização, ou seja, quando efetivamente vendidos.

Em 1º/3/20X3, uma empresa possui um título de valor mobiliário (TVM) disponível para venda imediata no valor de R\$75,00. Em 31/3/20X3, realizando a avaliação do valor justo, a empresa constatou que o TVM estava com o valor de R\$80,00.

Lançamento contábil societário da avaliação pelo valor justo

D - Variação Valor Justo TVM (subconta no Ativo/Vinculada ao TVM) ... R\$ 5,00
C - Outras Receitas Operacionais (Resultado) R\$ 5,00

Perceber que, no ativo, foi utilizada uma subconta para registro da avaliação pelo valor justo no TVM da empresa. No momento da apuração do lucro real para cálculo do imposto de renda, a entidade deverá deduzir a receita de R\$5,00 da base de cálculo do imposto.

Posteriormente, quando efetivamente ocorrer a alienação (venda) do TVM, a empresa deverá baixar o valor do TVM e da sua respectiva subconta, a receita financeira será considerada para fins de tributação. Supondo que em abril de 20X3 o TVM foi vendido por R\$90,00, os lançamentos contábeis de baixa são apresentados a seguir:

D - Caixa 90,00
C - Título de Valor Mobiliário 75,00
C - Variação Valor Justo TVM
(subconta no Ativo/Vinculada ao TVM) 5,00
C - Receita Financeira 10,00

Diante dos fatos, é possível depreender que ajustes tributários contidos nos arts. 13 e 14 da Lei n.º 12.973/2014 não se distanciam dos pronunciamentos contábeis específicos citados no Quadro 2, porém trouxeram a obrigatoriedade da criação de subconta para evidenciar contabilmente o ganho ou a perda decorrente de avaliação do ativo ao valor justo. Os valores reconhecidos nas subcontas precisarão ser monitorados, considerando que deverão ser tributados quando da sua realização por alienação ou baixa.

Vale ressaltar que a Lei n.º 12.973/2014 impõe a necessidade

da evidenciação em subconta penalizando a sociedade que não a respeitar. O § 3 do art. 13 da referida lei informa que quando não houver a evidenciação do ganho por meio de subconta o valor deverá ser tributado, já o § 2 do art. 14 informa que quando a perda não for evidenciada por meio de subconta será considerada indedutível na apuração do lucro real.

A soma do saldo da subconta com o saldo da conta do respectivo ativo avaliado ao valor justo, resultará no valor do ativo mensurado de acordo com as disposições da legislação societária (respectivo pronunciamento contábil específico).

4.2 Ajuste a Valor Presente

O CPC 12 (2008) explica que o ajuste a valor presente evidencia a essência das operações a prazo, considerando seu valor futuro com juros embutidos nos preços das transações, e o relacionando com o valor presente correspondente. Estão apresentados, no Quadro 3, as informações societárias dispostas pelo pronunciamento contábil CPC 12 (2008) e o procedimento de ajuste tributário contido na Lei n.º 12.973/2014.

Observando o Quadro 3, é possível inferir que quando a empresa realiza uma venda com juros embutidos, o CPC 12 (2008) orienta a proceder o ajuste a valor presente no momento do lançamento contábil da receita de vendas, e utiliza como subcontas as contas redutoras do ativo e da receita bruta para registrar contabilmente essa operação. No que compete aos aspectos tributários, a Lei n.º 12.973/2014 discorre, em seu art. 4º, que os valores decorrentes de ajuste a valor presente devem ser considerados na tributação do lucro real no mesmo período de apuração em que a receita (receita que deu a origem à necessidade de ajuste) é oferecida à tributação.

Dessa forma, o valor do ajuste a valor presente deverá ser adicionado no Lalur para poder tributar seu valor juntamente com a receita originária. Posteriormente, quando for acontecendo o reconhecimento da receita financeira, o valor dela deverá ser deduzido no Lalur (pois a tributação já aconteceu anteriormente). A seguir, é apresentado um exemplo dessa situação.

Quadro 3 - Comparativo: ajuste a valor presente CPC 12(2008) e Lei n.º 12.973/2014

Pronunciamentos Contábeis (CPCs)	Lei n.º 12.973/2014
<p>GCPC 12 (2008)</p> <p>Nos ativos, orienta o lançamento em conta redutora do ativo de “juros a apropriar como receita” em contrapartida de conta redutora da receita bruta. Posteriormente, as receitas financeiras irão sendo reconhecidas no resultado em contrapartida da conta redutora do ativo.</p> <p>Nos passivos, orienta o lançamento em conta redutora do passivo de “juros a apropriar como despesa” com contrapartida do ativo adquirido. Posteriormente, as despesas financeiras irão sendo reconhecidas no resultado em contrapartida da conta redutora do passivo.</p>	<p>Artigo 4º</p> <p>Os valores decorrentes do ajuste a valor presente, relativos a cada operação, somente serão considerados na determinação do lucro real no mesmo período de apuração em que a receita ou o resultado da operação deva ser oferecido à tributação.</p> <p>Artigo 5º</p> <p>Na aquisição a prazo de bens, sujeitos ao valor presente, deverão ser evidenciados contabilmente em subconta vinculada ao ativo.</p>

Fonte: elaborado pelos autores com base no CPC 12 (2008) e na Lei n.º 12.973/2014.

O valor de um produto para venda à vista é de R\$100,00, e o mesmo produto vendido a prazo, para pagamento daqui a 60 dias, é de R\$130,00. Considerando que a empresa vendeu o produto a prazo, o lançamento contábil ficaria da seguinte forma:

Pelo reconhecimento da receita de venda

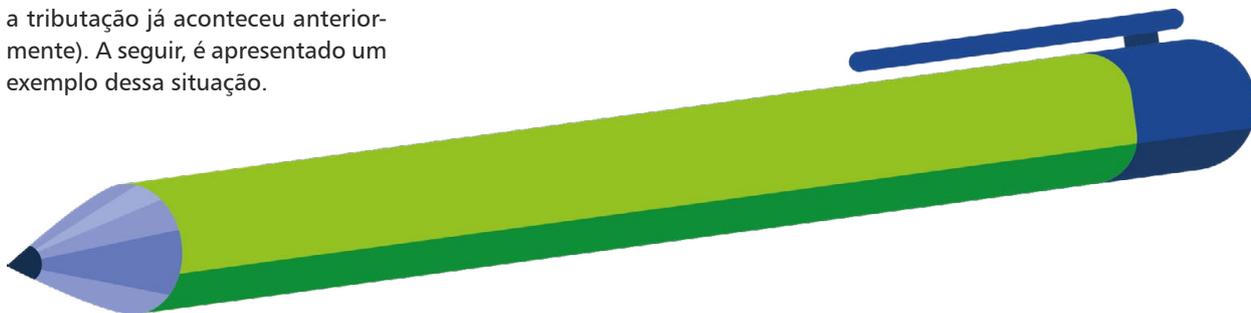
D - Clientes 130,00
C - Receita de Vendas 130,00

Pelo Ajuste a Valor Presente (utilizando as subcontas)

D - Ajuste a Valor Presente
(Redutora da Receita de Vendas/DRE) 30,00
C - Juros a Apropriar como Receita
(Redutora da Conta Clientes no Ativo) 30,00

No Lalur, a entidade deverá adicionar o valor de R\$30,00 que foi lançado na conta “Ajuste a Valor Presente (Redutora da Receita de Vendas/DRE)”, para, desta forma, tributar o valor no mesmo período de apuração em que a receita de vendas está sendo oferecida para tributação, conforme determina a Lei n.º 12.973/2014.

Posteriormente, quando as receitas financeiras forem sendo reconhecidas em contrapartida da conta “Juros a Apropriar como Receita (Redutora da Conta Clientes no Ativo)”, elas devem ser deduzidas no Lalur, visto que já foram tributadas anteriormente.



“No caso de ajuste a valor presente de contas do passivo (dívidas assumidas), pela aquisição de ativos, no que compete aos lançamentos societários, no momento da aquisição, não afeta o resultado do exercício, visto que o CPC 12 (2008) orienta o uso de conta redutora do passivo para a contabilização.”



No caso de ajuste a valor presente de contas do passivo (dívidas assumidas), pela aquisição de ativos, no que compete aos lançamentos societários, no momento da aquisição, não afeta o resultado do exercício, visto que o CPC 12 (2008) orienta o uso de conta redutora do passivo para a contabilização. Dessa forma, o ativo adquirido será registrado a valor presente, a dívida no passivo no valor integral e a conta redutora do passivo “juros a apropriar como despesa” irá conter o valor dos juros que posteriormente, conforme o regime de competência, serão apropriados como despesa.

No que compete aos aspectos tributários, do ajuste a valor presente nos passivos, a Lei n.º 12.973/2014 impõe a necessidade da evidenciação em subcontas, assim, tanto o ativo adquirido como o passivo assumido deverão conter as suas respectivas subcontas relativas ao ajuste a valor presente.

O art. 5º da Lei n.º 12.973/2014 orienta que, conforme a empresa for reconhecendo a despesa financeira no resultado, ela deverá ser adicionada no Lalur de forma a ser tributada no momento do respectivo reconhecimento. O valor do ajuste a valor presente realizado no ativo será dedutível, desde que o valor seja evidenciado em subcon-

Quadro 4 – Regras de dedução do ajuste a valor presente na aquisição de ativos a prazo

O registro em subconta no caso de aquisição a prazo de bem para revenda, será baixado no período de apuração em que o bem for revendido.

No caso de aquisição a prazo de bem a ser utilizado como insumo na produção de bens ou serviços, o valor evidenciado em subconta será baixado no período de apuração em que o bem for utilizado como insumo na produção de bens ou serviços.

Com relação à aquisição a prazo de outros ativos, o valor evidenciado na subconta será baixado à medida que o ativo for realizado, inclusive mediante depreciação, amortização, exaustão, alienação ou baixa.

Fonte: elaborado pelos autores com base no CPC 12 (2008) e na Lei n.º 12.973/2014.

ta, observando as seguintes situações destacadas no Quadro 4.

O inciso III do § 2 do art. 5º da Lei n.º 12.973/2014 informa que quando não houver a evidenciação por meio de subconta, a despesa será considerada indedutível na apuração do lucro real.

Vale ressaltar que o ajuste a valor presente se tornou obrigatório a partir da Lei n.º 11.638/2007 e, dessa forma, é determinada a avaliação de ativos e passivos de longo prazo, ou de curto prazo quando relevan-

tes, o que contribui para que as informações contábeis reflitam a real situação financeira da entidade.

É possível visualizar que a Lei n.º 12.973/2014 não causou grandes impactos para os lançamentos contábeis pertinentes aos ajustes a valor presente. Aquilo que se destacou, assim como nos lançamentos de ajuste a valor justo, foi a necessidade de criação da subconta vinculada ao ativo que possui características tanto contábeis como fiscais.



4.3 Perdas no Valor Recuperável de Ativos

Conforme o CPC 01 R1 (2010), quando um ativo estiver avaliado por valor superior ao valor recuperável por meio do uso ou da venda, a entidade deverá reduzir esse ativo ao seu valor recuperável, reconhecendo no resultado uma perda referente a essa desvalorização.

Estão apresentadas, no Quadro 5, as informações pertinentes aos lançamentos contábeis das perdas no valor recuperável de ativos tratado pelo CPC 01 R1 (2010), assim como também estão demonstrados os procedimentos dessas perdas apresentados pelos dispositivos tributários da Lei n.º 12.973/2014.

É possível perceber, no Quadro 5, que a Lei n.º 12.973/2014 não trouxe procedimentos novos no que tange às perdas no valor recuperável de ativos, trouxe somente aspectos tributários pertinentes ao tema, informando que a perda somente poderá ser dedutível quando o ativo for realizado por alienação ou baixa total, e desde que ela não tenha sido revertida.

Com o objetivo de demonstrar a linha do tempo das perdas no valor recuperável de ativos considerando a convergência com as normas internacionais do IASB, foi elaborado o Quadro 6, que realiza um comparativo geral dos procedimentos contábeis, e evidencia o antes e o depois das Leis n.º 11.638/2007, n.º 11.941/2009 e dos pronunciamentos contábeis do CPC e demonstra os aspectos da Lei n.º 12.973/2014.

Nota-se, por meio do Quadro 6, as melhorias que foram efetivadas após as Leis n.º 11.638/2007, n.º 11.941/2009 e os pronunciamentos contábeis do CPC. A partir do processo de convergência, foi formalizada a necessidade de realização de testes no valor recuperável dos ativos, o que contribuiu para informações contábeis mais fidedignas.

Quadro 5 - Comparativo perda no valor recuperável de ativos CPC 01 R1 (2010) e Lei n.º 12.973/2014

Pronunciamentos contábeis	Lei n.º 12.973/2014
<p>CPC 01 R1 (2010)</p> <p>A contrapartida da perda reconhecida no resultado será registrada em conta credora vinculada ao ativo (conta redutora/retificadora do ativo).</p>	<p>Artigo 32</p> <p>O contribuinte poderá reconhecer na apuração do lucro real somente os valores contabilizados como redução ao valor recuperável de ativos que não tenham sido objeto de reversão, quando ocorrer a alienação ou baixa do bem correspondente.</p>

Fonte: elaborado pelos autores com base no CPC 01 R1 (2010) e Lei n.º 12.973/2014.

Quadro 6 - Comparativo em linha do tempo dos lançamentos contábeis de perdas no valor recuperável de ativos

Antes das Leis n.º 11.638/2007, n.º 11.941/2009 e do pronunciamentos contábeis do CPC	Após as Leis n.º 11.638/2007, n.º 11.941/2009 e os pronunciamentos contábeis do CPC	Lei n.º 12.973/2014
<p>Apesar de existir o conceito de recuperabilidade de ativos como, por exemplo, as "perdas estimadas" de recebíveis ou investimentos, a perda por valor recuperável de ativos imobilizados não era formalmente mencionada na Lei n.º 6.404/1976.</p>	<p>O CPC 01 R1 esclarece o conceito, estabelece uma metodologia padronizada para sua execução e abrange claramente o imobilizado e intangível.</p> <p>Exemplo:</p> <p>1 - Uma empresa possui uma máquina para fabricar videocassete. Ela está registrada por um valor contábil de R\$ 600 e possui vida útil estimada de 5 anos. Ocorreu uma mudança significativa no ambiente tecnológico: foi lançado no mercado o DVD. Realizou-se o teste de recuperabilidade e deverá ser reconhecida uma perda por impairment no valor de R\$ 50.</p> <p>D - Perda no Valor Recuperável = R\$ 50 (Despesa/Resultado)</p> <p>C - Perdas Estimadas por Valor não Recuperável = R\$ 50 (Conta Redutora do Ativo Imobilizado)</p>	<p>A Lei n.º 12.973/2014 não trouxe procedimentos novos de contabilização no que tange às perdas no valor recuperável de ativos, trazendo somente aspectos tributários pertinentes ao tema.</p> <p>Exemplo:</p> <p>Considerando o exemplo supracitado, fiscalmente a empresa deverá adicionar a perda no valor recuperável de R\$ 50 no Lalur, dessa forma esse valor é tributado no momento do reconhecimento da perda.</p> <p>Posteriormente, se esse ativo que sofreu perda for alienado ou baixado totalmente, a empresa poderá deduzir o valor da perda de R\$ 50 no Lalur, desde que ela não tenha sido revertida em exercícios anteriores.</p>

Fonte: elaborado pelos autores.

“Conforme o CPC 01 R1 (2010), quando um ativo estiver avaliado por valor superior ao valor recuperável por meio do uso ou da venda, a entidade deverá reduzir esse ativo ao seu valor recuperável, reconhecendo no resultado uma perda referente a essa desvalorização.”

É possível perceber que, no caso das perdas pelo valor recuperável, é utilizada uma conta redutora do ativo para evidenciar as perdas ocorridas. A perda no valor recuperável de ativos somente será dedutível na apuração do lucro real quando realizada por meio de alienação do ativo ou da baixa total dele, portanto, para fins de comprovação desses valores, as entidades deverão portar controle extra com as informações dos valores recuperáveis de ativos, bem como as premissas utilizadas para realização dos testes.

Com a ausência de informações pertinentes aos lançamentos contábeis de perdas no valor recuperável de ativos, é possível concluir que os dispositivos trazidos pela Lei n.º 12.973/2014 aceitam os lançamentos contábeis emanados pelo CPC 01 R1 (2010) e trazem a possibilidade de dedução da despesa no lucro real quando o ativo é realizado.

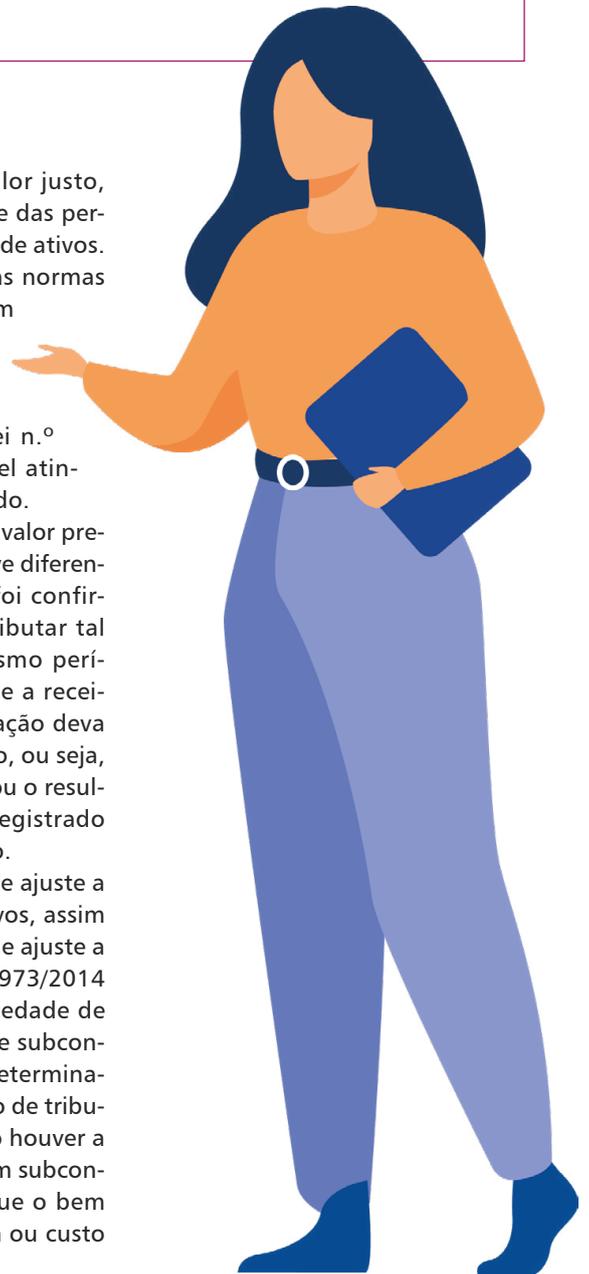
5. Conclusões

Esta pesquisa teve como objetivo apresentar a aplicação tributária da Lei n.º 12.973/2014, à luz dos lançamentos contábeis so-

cietários de ajustes a valor justo, ajustes a valor presente e das perdas no valor recuperável de ativos. Com base nas respectivas normas societárias, que tratam dos procedimentos contábeis estudados e observando as orientações tributárias da Lei n.º 12.973/2014, foi possível atingir o objetivo deste estudo.

No caso dos ajustes a valor presente de ativos, não houve diferenças relevantes, apenas foi confirmado o momento de tributar tal ajuste, que será no mesmo período de apuração em que a receita ou resultado da operação deva ser oferecido à tributação, ou seja, momento que a receita ou o resultado da operação seja registrado no resultado do exercício.

Já nos lançamentos de ajuste a valor presente dos passivos, assim como nos lançamentos de ajuste a valor justo, a Lei n.º 12.973/2014 determinou a obrigatoriedade de evidenciação por meio de subconta. Além disso, trouxe determinações quanto ao momento de tributar, que será quando não houver a evidenciação do ajuste em subconta, ou no período em que o bem for realizado e a despesa ou custo for incorrido.



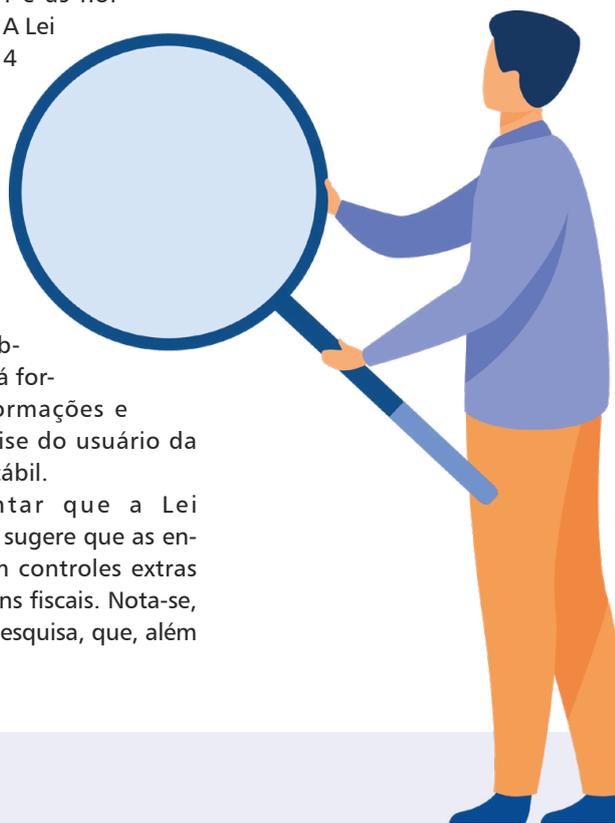
Para os lançamentos de ganho ou perda decorrente do ajuste de avaliação dos ativos ou passivos a valor justo, é possível destacar a obrigatoriedade imposta pela Lei n.º 12.973/2014 da evidenciação pela subconta. Destaca-se que a referida lei trouxe determinações quanto ao momento de tributar o ganho ou a perda, que será quando não houver evidenciação em subcontas ou à medida que o ativo for realizado, inclusive mediante depreciação, amortização, exaustão, alienação ou baixa, ou quando o passivo for liquidado ou baixado.

Os lançamentos de perdas ao valor recuperável de ativos não sofreram alterações com relação aos dispositivos trazidos pela Lei n.º 12.973/2014. A referida lei somente determinou aspectos tributários para esse ajuste, determinando que somente será dedutível na apuração do lucro real quando ocorrer a alienação ou baixa do bem correspondente e se o ativo não tiver sido objeto de reversão.

O surgimento da subconta representa uma importante ferramenta para fins fiscais no caso dos lançamentos dos ajustes a valor justo e a valor presente. É importante ressaltar que não foram identificados conflitos entre a Lei n.º 12.973/2014 e as normas societárias. A Lei n.º 12.973/2014 contribuiu para a qualidade da informação contábil como, por exemplo, ao trazer a obrigatoriedade de abertura em subconta que deverá fornecer mais informações e facilitar a análise do usuário da informação contábil.

Vale salientar que a Lei n.º 12.973/2014 sugere que as entidades possuam controles extras contábeis para fins fiscais. Nota-se, por meio desta pesquisa, que, além

de promover o fim do RTT, a Lei n.º 12.973/2014 obteve como objetivo principal adaptar as normas tributárias às novas regras contábeis introduzidas pela convergência contábil aos padrões internacionais do lasb.



Referências

BEUREN, I. M.; RAUPP, F. M. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In: BEUREN, Ilse Maria (Org.). *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010. Cap. 3. p. 76-97.

BRASIL. *Lei n.º 6.404*, de 15 de dezembro de 1976. Brasília, DF. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Brasília. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 23 jan. 2023.

BRASIL. *Lei n.º 11.638*, de 28 de dezembro de 2007. Brasília, DF. Altera e revoga alguns dispositivos da Lei das Sociedades por Ações, e dá outras providências. Brasília. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 23 jan. 2023.

BRASIL. *Lei n.º 11.941*, de 27 de maio de 2009. Brasília, DF. Institui o regime tributário de transição (RTT), e dá outras providências. Brasília. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 23 jan. 2023.

BRASIL. *Medida Provisória n.º 627*, de 11 de novembro de 2013. Brasília, DF, 18 nov. 2013. N.º 223, Seção 1. p. 6. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 23 jan. 2023.

CALDEIRA, I. T. BRUNOZI JÚNIOR, A. C.; SANT'ANNA, V. S.; LEROY, R. S. D. CPC 32, Lei n.º 12.973/2014 a as despesas de IRPJ/CSLL em empresas de capital aberto listadas no Brasil. *Revista Perspectivas Contemporâneas*, v. 14, n. 2, p. 64-86, mai./ago. 2019.

CPC – COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. CPC 01 (R1) – *Redução ao Valor Recuperável de Ativos, de 7 de outubro de 2010*. Brasília, DF: CPC. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/>. Acesso em: 23 jan. 2023.

CPC – COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. CPC 12 – *Ajuste a Valor Presente, de 17 de dezembro de 2008*. Brasília, DF: CPC. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/>. Acesso em: 23 jan. 2023.

CPC – COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. CPC 28 – *Propriedade para Investimento, de 31 de julho de 2009*. Brasília, DF: CPC. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/>. Acesso em: 23 jan. 2023.

CPC – COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. CPC 29 – *Ativo Biológico e Produto Agrícola, de 16 de setembro de 2009*. Brasília, DF: CPC. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/>. Acesso em: 23 jan. 2023.

CPC – COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. CPC 48 – *Instrumentos Financeiros, de 4 de novembro de 2016*. Brasília, DF: CPC. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/>. Acesso em: 23 jan. 2023.

CPC – COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. CPC 46 – *Mensuração do Valor Justo, de 20 de dezembro de 2012*. Brasília, DF: CPC. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/>. Acesso em: 23 jan. 2023.

COOPER, Donald R.; SCHINDLER, Pamela S. *Métodos de Pesquisa em Administração*, 10ª Edição. Bookman, 2011.

FONTES, H. C. O.; BRUNOZI JÚNIOR, A. C.; SANT’ANNA, V. S. IFRS, Lei n.º 12.973/2014 e tax avoidance em empresas de capital aberto listadas no Brasil. In: XVI CONGRESSO USP DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 16, 2019. Anais... São Paulo: Congresso USP, 2019.

GELBCKE, E. R.; SANTOS, A.; IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E. *Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1994.

LEMES, S.; CARVALHO, L.N. *Contabilidade internacional para graduação*. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, G. A.; THEÓFILO, C. R. *Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MELLO, H. R. *Lucros contábil e fiscal: efeitos do regime tributário de transição – RTT*. 2011. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade: Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: www.teses.usp.br/teses. Acesso em: 23 jan. 2023.

MELLO, H. R.; Salotti, B. M. Efeitos do regime tributário de transição na carga tributária das companhias brasileiras. *Revista Contabilidade e Organizações*, n. 19, p. 3-15, 2013.

RICHARDSON, R. J. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 4. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2017.

SOUZA, J. P. X. *Disclosure dos aspectos tributários e societários da Lei n.º 12.973/2014 nas empresas de incorporação imobiliária listadas na BM&FBOVESPA*. 2015. 54 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) – Departamento de Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.





Análise nos custos das polpas de frutas e açais a partir do Decreto n.º 2.673/2019/PR e seus reflexos na formação do preço

No Estado do Paraná, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) é a receita tributária mais expressiva e um dos impostos que mais sofrem mudanças na legislação. Quando na modalidade de substituição tributária (ST), estudos mostram que o imposto pode refletir no preço de repasse dos produtos ao longo da sua cadeia de valor. Isso quer dizer que os custos e preços de venda de produtos sofrem alterações quando excluídos desse regime. Diante disso, este trabalho tem por objetivo analisar o reflexo do Decreto n.º 2.673, de 10 de setembro de 2019, o qual exclui o ICMS substituição tributária das polpas de frutas e açais sobre os custos das mercadorias e a formação do preço de venda. Este é um estudo de caso, com abordagem qualitativa e adoção de dados primários, realizado em uma empresa que atua no comércio atacadista (distribuidor) de polpas de frutas e açais, localizada no Estado do Paraná. A base de dados é composta dos registros fiscais no período de 2019 – notas fiscais. O preço de venda foi calculado a partir do Mark-up. Os resultados mostram que a exclusão do regime de substituição tributária gera uma redução média de 25,98% no valor dos custos de aquisição das mercadorias. Como consequência, em média, o preço de venda é reduzido em 4,70%. Os achados da pesquisa confirmam que a interferência do Governo estadual na economia tributária tem impacto direto nos custos das mercadorias e nos preços de vendas. Adicionalmente, o cenário mostra que a empresa passa a ter um desembolso financeiro com os valores de débitos apurados de ICMS, o que indica a necessidade de adaptações à gestão e ao controle financeiros.

Franciele do Prado Daciê

Professora assistente na Universidade Estadual de Maringá. Atua nas linhas de pesquisas de Contabilidade Gerencial e Ensino e Pesquisa em Contabilidade.

E-mail: frandacie@gmail.com

Renata Bissi de Oliveira

Mestranda em Contabilidade pela Universidade Estadual de Maringá (UEM) e Contadora, com pós-graduação em Controladoria e Finanças na Gestão de Negócios e MBA em Auditoria e Perícia Contábil. Apresenta experiências nas áreas de Controladoria, Contabilidade, Tributária e Auditoria.

E-mail: renata_bissi@hotmail.com

1. Introdução

O ambiente cada vez mais competitivo traz alguns desafios aos empresários. A complexidade na tomada de decisões, na gestão de custos e de preços e a diversidade de obrigações tributárias são situações que demandam atenção, sobretudo, daqueles que almejam sucesso e competitividade da empresa no mercado. Nesse sentido, é essencial que haja a intensificação dos controles de custos das organizações e a formatação de ferramentas de gerenciamento de preços, garantindo a rentabilidade desejada (ZUCCOLOTTO; COLODETI FILHO, 2007).

O sistema tributário brasileiro envolve uma legislação tributária bastante complexa, que requer o conhecimento específico dos produtos comercializados, do seu enquadramento legal e, como con-

seqüência, dos tributos incidentes sobre uma operação. Além disso, o cálculo dos custos de aquisição e preços de venda têm em vista as opções tributárias adotadas pelas empresas que estão adquirindo os produtos, como também de seus fornecedores e prestadores de serviços (ZUCCOLOTTO; COLODETI FILHO, 2007; XAVIER FILHO; SOUZA; LOPES, 2011; MARTINS, 2013; MENDONÇA et al. 2016).

Dentre as arrecadações de impostos, o ICMS tem a receita tributária mais expressiva e é um dos impostos que mais sofrem mudanças na legislação do Estado do Paraná (ROCHA, 2016; IBPT, 2019). Sua regulamentação é dada pelo Decreto n.º 7.871, de 29 de setembro de 2017 (RICMS PR, 2017), que determina itens de comércio que se enquadram no regime comum, e aqueles que atendem ao regime específico de ICMS substituição tributária (ICMS ST). Recentemente, por meio do Decreto n.º 2.673/2019, houve a exclusão de alguns produtos do setor alimentício do regime de substituição tributária, dentre eles, polpas de frutas e açaís.

Embora o emprego do ICMS ST desencadeie maior controle e fiscalização dos contribuintes, estudos que analisam o efeito desse imposto sobre os custos e os preços de venda de produtos mostram que o enquadramento ou a exclusão de itens do regime ICMS ST pode apresentar resultados significativos às empresas (FERREIRA; LORANDI; IMBRÓSIO, 2011; DORNELLES et al. 2015; MATTOZO; KLOSOWSKI, 2015; FERREIRA; LORANDI; IMBRÓSIO, 2011; DORNELLES et al. 2015; MATTOZO; KLOSOWSKI, 2015; FERREIRA; LORANDI; IMBRÓSIO, 2011; DORNELLES et al., 2016). Nas organizações que revendem peças (MATTOZO; KLOSOWSKI, 2015),

no comércio varejista de mercadorias em geral (CORREIA et al., 2016), em artigos de papelaria (FERREIRA; LORANDI; IMBRÓSIO, 2011) e em vinícolas (DORNELLES et al., 2015), essa ferramenta de tributação aumentou o custo dos produtos e, como consequência, o preço de repasse aos consumidores.

Diante dos achados anteriores, este estudo estabeleceu o objetivo de analisar o reflexo do Decreto n.º 2.673/2019, que exclui o ICMS substituição tributária das polpas de frutas e açaí, sobre os custos das mercadorias e a formação do preço de venda. Ao longo desse trabalho, busca-se responder à seguinte questão: **Qual o reflexo do Decreto n.º 2.673/2019 sobre os custos das mercadorias e a formação do preço de venda em um comércio atacadista de polpas de frutas e açaís localizado no Estado do Paraná?**

Sabe-se que a constituição de uma política de preços de venda é assunto complexo, pois depende de fatores exógenos, como os potenciais consumidores, o mercado de atuação, a criação de interesse no produto, as condições de atuação, dentre outros (HORNGREN; DATAR; FOSTER, 2004). No entanto, uma análise tributária que identifique como as mudanças na legislação altera a prática de preços (de compra e venda) torna-se relevante àquelas empresas de atuação comercial, que incorporam tanto o valor do produto quanto os impostos ao custo de aquisição. Assim, considerando a necessidade da gestão das operações organizacionais e da análise dos reflexos que as legislações exercem sobre os preços praticados, acredita-se na contribuição dos resultados para aplicação e reflexão empírica, uma vez que estimula o emprego na análise tributária como ferramenta de competitividade e propensão ao sucesso no mercado de atuação.



“O ICMS é o imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior.”

Além disso, os objetos de estudo – polpas de frutas e açaís – fazem parte do setor de alimentos, que representa 9,6% do Produto Interno Bruto (FIESP, 2019). Ressalta-se também o efeito das operações desse setor mundialmente, uma vez que o Brasil é o segundo maior exportador de alimentos do mundo (ABIA, 2018). Assim, entende-se que, embora existam outros estudos que abordem o tema, empiricamente a pesquisa com essas mercadorias pode trazer contribuições significativas. Por fim, os resultados contribuem na compreensão sobre as mudanças na legislação tributária paranaense por meio do Decreto n.º 2.673/2019.

2. Revisão de Literatura

2.1 ICMS Incidentes na Atividade Comercial

O ICMS é o imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior, e tem como base constitucional o art. 155 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988). No Estado do Paraná, a tributação do ICMS é re-

gida pelo Decreto n.º 7.871/2017, que regulamenta a Lei n.º 11.580, de 14 de novembro de 1996. Dentre os aspectos tributários, o ICMS é visto como um dos mais importantes e complexos dos impostos, pois é comum em toda a cadeia produtiva. Além disso, a arrecadação do ICMS paranaense representa 5,59% da arrecadação no país, e ocupa a 6ª posição no *ranking* nacional (IMPOSTÔMETRO, 2020).

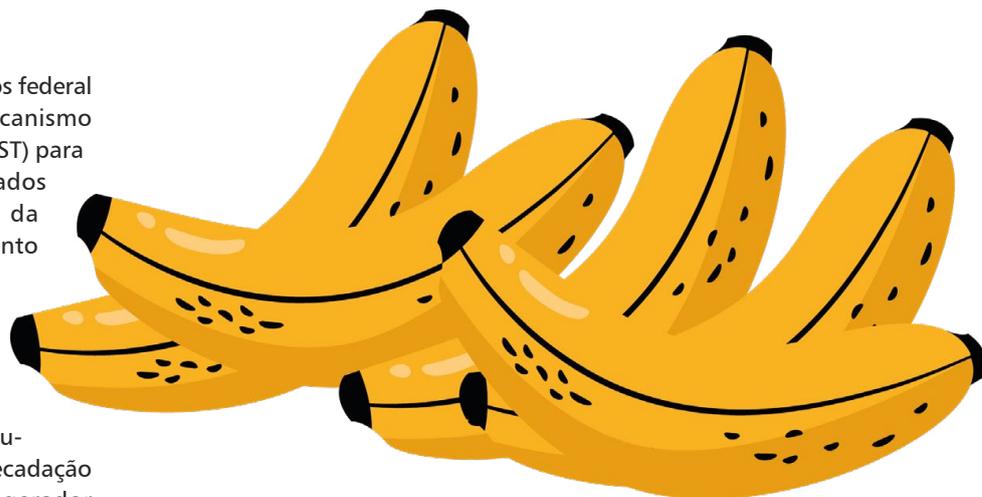
O ICMS tem como fato gerador as operações relativas à circulação de mercadorias e prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (PARANÁ, 2017); e representa uma relação entre o sujeito passivo (contribuinte), que pratica o fato gerador tributário, e o sujeito ativo (Estado). Dessa forma, com a essência do fato gerador surge a obrigação tributária e, consequentemente, a exigência da relação ao recolhimento do imposto (CASSONE, 1999; MACHADO, 2010). Em sua apuração pelo regime normal (ICMS normal), por meio dos débitos e dos créditos fiscais, o imposto atende ao regime da não cumulatividade, compensando os créditos passíveis de cada operação relativa à circulação de mercadorias ou

à prestação de serviços anteriores do valor que é devido. As operações podem ser internas ou interestaduais, apuradas por período, por mercadoria ou serviço de cada operação ou prestação, ou ainda, por estimativa (PARANÁ, 2017).



No entanto, os governos federal e estaduais criaram o mecanismo de substituição tributária (ST) para operações com determinados produtos, com o intuito da antecipação do recolhimento do imposto, da praticidade tributária e da facilidade na fiscalização (BIAVA JUNIOR; OYADOMARI, 2010; PAULA, 2011). A substituição tributária é uma técnica de arrecadação do ICMS, na qual o fato gerador (imposto) passa a ser de responsabilidade do primeiro representante na cadeia de tributação (o substituto) – geralmente as indústrias ou os importadores (BARATTO, 2007; ROSA, 2009; MARTINS, 2013). Os contribuintes dessas operações são (I) substituto, que assume a condição de responsável pela retenção e pagamento do imposto incidente sobre as operações subsequentes – que destinem mercadorias e serviços ao consumidor final, localizados em território paranaense; e (II) substituído, aquele que recebe a mercadoria do substituto e a comercializa, não tendo nenhuma responsabilidade tributária perante o fisco (CARVALHO, 2006; BECKER, 2007; PARANÁ, 2017).

No Paraná, os produtos classificados como hortícolas e frutas, vinculados ao Decreto n.º 7.871/2017, Anexo IX, Seção XXII, Item X, possuíam a incidência de ICMS ST. No entanto, com a vigência do Decreto n.º 2.673/2019, o regime de ICMS ST é excluído dessas mercadorias. Assim, as aquisições e vendas passam a ter a incidência de ICMS normal sobre sua operação. Diante das alterações constantes na legislação, um cenário de desafios para a gestão do ambiente empresarial é criado, que envolve, por um lado, a compreensão da incidência tributária e, por outro, a competitividade no mercado em decorrência dos reflexos tributários nos valores das



operações de compra e venda (BORGES, 1998; CHAVES, 2010).

Diante da relevância dos aspectos tributários nas operações comerciais, sobretudo em relação ao controle das operações de compra e venda (relação direta com tributos), a próxima seção apresenta estudos que adotam perspectivas semelhantes a essa pesquisa, aplicados em diferentes estados e produtos, que permitem verificar os principais achados referentes ao tema estudado.

2.2 Estudos Correlatos

A aplicação do regime de substituição tributária prevê maior controle e racionalidade no recolhimento do imposto pelo Estado (BIAVA JUNIOR; OYADOMARI, 2010; PAULA, 2011). Todavia, pesquisas realizadas em diversos setores e estados atestam que esse tipo de intervenção na tributação sobre a circulação de mercadorias tem impacto direto na cadeia de valor, pois aumenta os custos dos produtos e o preço de venda (FERREIRA; LORANDI; IMBROSIO, 2011; DORNELLES et al. 2015; MATTOZO; KLOSOWSKI, 2015).

Na análise de Biava Junior e Oyadomari (2010), o ICMS ST representa um aumento “indevido” dos custos tributários em virtude do fisco tributar as operações por uma margem de substituição maior do que o preço comercializado ao consumidor final. Mattozo e Klo-

sowski (2015), por exemplo, mostram que a base de cálculo para o recolhimento do ICMS ST gera o pagamento de parcela de imposto maior se comparado ao recolhimento de ICMS pelo regime normal. Dessa forma, estudos mostram que esse “desembolso antecipado” aumenta o custo financeiro do capital da empresa e diminui a margem de contribuição, afetando o fluxo de caixa, o capital de giro, a liquidez, a rentabilidade e a lucratividade das organizações (BIAVA JUNIOR; OYADOMARI, 2010; FERREIRA; LORANDI; IMBROSIO, 2011; MENDONÇA et al., 2016).

No aspecto econômico de um setor, a análise de Dornelles et al. (2015), aplicada em uma cadeia vinícola, mostra que o reflexo causado por essa tributação pode diminuir o consumo do produto, pois aumenta os custos e os preços de venda, levando os fabricantes a reduzir a produção. Como em um círculo vicioso, a produção não avança estoques, aumenta-se o custo agregado de produção e, como consequência, os preços de venda. Além disso, a forma de recolhimento por meio de ICMS ST afeta negativamente as empresas que adotam regimes de tributação simplificados – como é o caso de empresas de pequeno porte que se enquadram no Simples Nacional (BORTOLON; MÜLLER; CASAGRANDE, 2011).

Bortolon, Müller e Casagrande (2011) verificam que o emprego do ICMS normal nas operações proporciona mais benefícios às organizações, isto porque a aquisição/operação de mercadorias com ICMS ST onera os custos e reflete em menor lucratividade. Medidas de ajuste do capital de giro precisam também ser adotadas quando o ICMS ST é calculado por um preço maior do que o realmente comercializado (MENDONÇA et al., 2016). Diante disso, liquidez e lucratividade são reduzidas, ou seja, quando a margem de valor agregado é maior que o valor de comércio ao consumidor, como em Correia et al. (2016).

Dentre os achados observados, somente Xavier Filho, Souza e Lopes (2011) mostram que a margem de valor agregada na aplicação do ICMS ST é menor que a margem real praticada no comércio. A pesquisa foi realizada no setor de autopeças e apresenta que, embora os custos das mercadorias aumentem, o recolhimento de ICMS ST para a cadeia de valor é menor se comparado ao emprego do ICMS normal. Desse modo, uma análise específica por tipo de produto é necessária para tirar conclusões sobre a incidência dessa tributação.

Costa e Barroso (2020) relatam que a aplicação do ICMS ST é uma manobra para mitigar a sonegação de impostos e promover o controle dos contribuintes. No entanto, essa metodologia de cobrança tem causado grandes dúvidas, uma vez que não permite que os demais contribuintes se beneficiem do crédito nas operações posteriores. Além disso, questionamentos são também relacionados ao aumento da obrigação principal, já que a margem de valor agregada pode ser superior ao preço destinado ao consumidor final, fato que leva a um recolhimento do imposto supervalorizado ao primeiro indivíduo da cadeia de valor – comprometendo,

Tipo da mercadoria	Categoria	Tamanho	NCM*	Valor de aquisição
Polpas de frutas	Polpa abacaxi com hortelã	1 kg	2008.99.00	7,00
	Polpa acerola	1 kg	2008.99.00	6,00
	Polpa laranja	1 kg	2008.30.00	7,90
	Polpa limão	1 kg	2008.30.00	5,70
	Polpa maracujá	1 kg	2008.99.00	11,30
Açaí	Açaí com morango/granola	220 gr	2008.99.00	3,45
	Açaí tradicional/granola	220 gr	2008.99.00	3,45

Fonte: elaborado pelos autores com base no Decreto n.º 2.673/2019.
Nota: NCM* = Nomenclatura Comum do Mercosul.

então, o capital de giro da empresa. Os apontamentos apresentados nesta seção ressaltam a relevância do tema estudado.

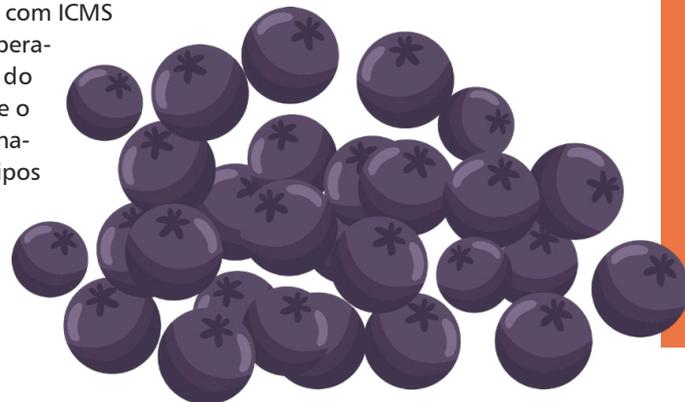
3. Procedimentos Metodológicos

O estudo foi realizado com os dados de uma sociedade limitada situada no Paraná, que tem como atividade econômica o comércio atacadista (distribuidor) especializado em produtos alimentícios – polpas de frutas e açaís, e opção tributária o regime de lucro real. A empresa recebe as mercadorias acabadas de uma indústria também optante pelo lucro real, não modifica sua forma e composição, e apenas as revende em território paranaense para o comércio varejista. Assim, a aquisição tem como incremento no custo o valor de substituição tributária na compra.

Diante do objetivo desta pesquisa, empregou-se uma abordagem qualitativa, avaliando os aspectos tributários em operações com ICMS ST e ICMS normal das operações realizadas dentro do Estado do Paraná durante o ano de 2019. O estudo analisou os dois principais tipos de mercadorias comercializadas pela empresa, polpas de frutas e açaís, que foram segmentadas em sete ca-

tegorias (Quadro 1), e possuem representatividade de quase 50% das vendas do comércio atacadista.

O Quadro 1 apresenta os itens analisados por esta pesquisa. Os elementos foram segmentados em dois tipos: (1) polpa de frutas e (2) açaí; e sete categorias: (1) polpa de abacaxi com hortelã, (2) polpa de acerola, (3) polpa de laranja, (4) polpa de limão, (5) polpa de maracujá, (6) açaí com morango/granola e (7) açaí tradicional/granola. O valor de aquisição é o preço que a distribuidora paga pela compra dos pacotes de polpas e pelas unidades (um pote) de açaís – que serão base para o cálculo do custo. Esses valores foram extraídos das notas fiscais de aquisição da indústria, utilizando como base um mesmo fornecedor. As compras das polpas de frutas são realizadas por pacote contendo 10 unidades (polpas) de 100 gramas (gr) cada – total de 1 quilo (kg), enquanto os açaís são comercializados individualmente em potes de 220 gramas.



Sobre os valores de compras, são também analisados os tributos incidentes na operação. Para esse procedimento, realizou-se a consulta da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) dos produtos. Segundo a Receita Federal (2019), o NCM é um sistema ordenado de codificação numérica que determina a incidência tributária nas operações realizadas na região do Mercosul para uma dada mercadoria. Para o estabelecimento do ICMS nas operações realizadas no Paraná, de acordo com o Decreto n.º 7.871/2017, as alíquotas internas podem ser de 7%, 12%, 18%, 25% ou 29%, distintas em função da essencialidade dos produtos.

Para verificar o reflexo do Decreto n.º 2.673/2019 sobre os custos e os preços de venda das mercadorias, o estudo foi segmentado em dois momentos. No primeiro, houve o cálculo do custo e do preço de venda com a incidência de ICMS ST nas operações (antes do decreto). No segundo momento, o mesmo procedimento de análise foi empregado, enquadrando as mercadorias no regime de ICMS normal.

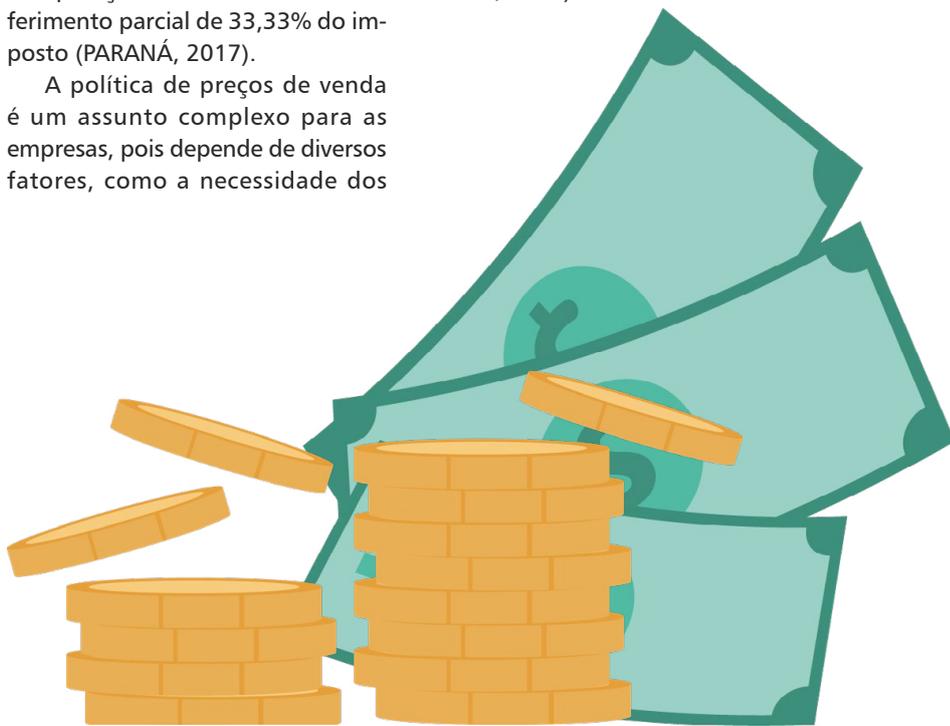
No cálculo do valor de aquisição das mercadorias e dos preços de venda antes do Decreto n.º 2.673/2019, foram aplicadas as alíquotas para os tributos federais de 1,65% para o PIS (BRASIL, 2002) e 7,6% para o Cofins (BRASIL, 2003). Não foi compensado o ICMS nessas operações por se tratar de produtos com incidência de ICMS ST, uma vez que cabe ao estabelecimento industrial fabricante, situado no território paranaense, a condição de sujeito passivo por substituição (PARANÁ, 2017).

A partir do Decreto n.º 2.673/2019, que exclui o regime de ICMS ST dessas mercadorias, a aquisição e a venda passam a ter a incidência de ICMS normal sobre sua operação. Desse modo, no momento da venda dos produtos do

estabelecimento industrial, há a incidência de ICMS, PIS e Cofins sobre operação relativa à circulação de mercadorias. Assim como no regime de ICMS ST, a alíquota de PIS empregada foi de 1,65% e de Cofins de 7,6% (tributos federais). Já o reconhecimento do ICMS normal da operação é de 18% com um diferimento parcial de 33,33% do imposto (PARANÁ, 2017).

A política de preços de venda é um assunto complexo para as empresas, pois depende de diversos fatores, como a necessidade dos

consumidores; o mercado de atuação do produto; os custos de fabricação, de administração e de comercialização; a geração de interesse pelo produto; e, ainda, as condições de produção e de vendas esperadas (HORNGREN; DATAR E FOSTER, 2004; WENKE, 2004; BERNARDI, 2007).



Dessa forma, o preço de venda da mercadoria envolve conhecer o custo do produto, as despesas, os tributos e o lucro desejado pelos administradores (BRUNI; FAMÁ, 2004; BERNARDI, 2007; MARTINS, 2010). A metodologia utilizada para o cálculo do preço de venda foi o Mark-up, com o cálculo foi adaptado de Crepaldi (2009) e Martins (2010). A partir da Fórmula 1, temos que: (a) são os impostos incidentes na operação de venda (em %); (b) são os despesas fixas (em %); (c) são as comissões incidentes sobre as vendas (em %) e (d) é o lucro desejado (em %).

$$\text{Índice Mark-Up divisor} = \frac{100}{100\% - (a + b + c + d)} \quad (1)$$

Nota: os itens (b), (c) e (d) são obtidos com a empresa em estudo.

A partir da identificação do índice de Mark-Up divisor, é calculado o preço de venda, como mostra a Fórmula 2 (CREPALDI, 2009; MARTINS, 2010):

$$\text{Preço de venda} = \frac{\text{Custo da mercadoria}}{\text{Índice Mark-Up divisor}} \quad (2)$$

Dessa forma, o processo de coleta e estruturação dos dados se refere ao período de 2019 e a operacionalização dos procedimentos metodológicos são sintetizados no Quadro 2.

A próxima seção apresenta os cálculos aplicados na pesquisa, os resultados encontrados com a exclusão do regime de ICMS ST das mercadorias analisadas, a comparação entre os regimes e, por fim, as análises para o caso.

4. Apresentação e Análise dos Resultados

O setor alimentício no Paraná passou por mudanças na sistemática do ICMS a partir do Decreto n.º 2.673/2019. Esse decreto regulamenta que as operações com produtos alimentícios classificadas no NCM 20.08, descritos no Anexo IX, Inciso X do Decreto n.º 7.871/2017, não estão mais sujeitos ao regime de substituição tributária. Nessa mudança, cada empresa é responsável pelo recolhimento de sua parte do imposto quando realizar a saída das mercadorias, ou seja, as mercadorias são adquiridas com ICMS normal e, depois, em sua venda, deverá também ser realizada a tributação do ICMS normal.

O estudo foi realizado com os dados de uma empresa de sociedade limitada situada no Estado do Paraná que tem como atividade econômica o comércio atacadista (distribuidor) especializado em produtos alimentícios. Na análise, foram selecionados os dois principais tipos de mercadorias comercializadas pela empresa: as polpas de frutas e os açais. Os tipos de mercadorias e categorias são classificados conforme evidenciado no Quadro 1.

Para realizar a formulação do preço de venda, foi, primeiramente, identificado o custo da mercadoria no momento da aquisição e os tri-

Quadro 2 - Procedimentos metodológicos aplicados na coleta e análise dos dados

Fases	Processo	Operacionalização
Fase 1	Seleção dos produtos do gênero alimentício cuja forma de recolhimento do ICMS no Estado do Paraná foi alterada	Acessou-se o site https://receita.pr.gov.br e, mediante leitura do Decreto n.º 2.673/2019, publicado no dia 10 de setembro de 2019, identificou-se que as polpas de frutas e açais não estariam mais sujeitas ao regime de substituição tributária.
Fase 2	Leitura das legislações vigentes	Procedeu-se com a leitura do Decreto n.º 7.871/2017 e n.º Decreto 2.673/2019 a fim de verificar e confirmar as orientações para incidência do imposto sobre as mercadorias.
Fase 3	Coleta de dados relativos ao comércio das mercadorias	A coleta de dados foi realizada por meio de documentos fornecidos pela empresa participante da pesquisa. A seleção das mercadorias foi identificada manualmente, por meio dos itens descritos nas notas fiscais de compras.
Fase 4	Segmentação das mercadorias em tipos/ classes	A partir da identificação dos itens que sofreram alteração de incidência de substituição tributária, classificou-se os itens em dois tipos e sete categorias.
Fase 5	Apuração dos custos das categorias e preço de venda	Levantamento e cálculo do custo de aquisição das mercadorias (a partir das notas fiscais) e dos tributos incidentes sobre a operação antes e após o Decreto n.º 2.673/2019. Em seguida, foi determinado o preço de venda das mercadorias, por meio do princípio Mark-Up em ambas as situações.
Fase 6	Análise dos reflexos antes e após o Decreto n.º 2.673/2019	Em posse das informações calculadas na fase 5, foi realizada a análise dos reflexos da incidência da substituição tributária na mensuração dos custos das mercadorias e da formação de preços de venda antes e após o Decreto n.º 2.673/2019.

Fonte: elaborado pelos autores.

Tabela 1 - Dados relativos à aquisição das mercadorias com a incidência do ICMS ST

Descrição das Mercadorias	(+) Custo	(+) ICMS ST	(-) Impostos Recuperáveis	(=) Custo Final
(1) Polpa de abacaxi com hortelã	7,00	1,10	-0,65	7,45
(2) Polpa de acerola	6,00	0,94	-0,56	6,39
(3) Polpa de laranja	7,90	1,24	-0,73	8,41
(4) Polpa de limão	5,70	0,89	-0,53	6,06
(5) Polpa de maracujá	11,30	1,77	-1,05	12,02
Total: polpas de frutas	37,90	5,94	3,52	40,32
(6) Açai com morango/granola	3,45	0,54	-0,32	3,67
(7) Açai tradicional/granola	3,45	0,54	-0,32	3,67
Total: açais	6,90	1,08	0,64	7,34
Total	44,80	7,02	4,16	47,66

Fonte: elaborada pelos autores.

butos inclusos na operação. Na Tabela 1, é apresentado o cálculo do custo final da mercadoria, que é o valor de aquisição (custo), o ICMS ST da operação e os impostos recuperáveis. Os custos das mercadorias e o valor do ICMS ST foram extraídos por meio das notas fiscais de aquisição. Em seguida, a apuração dos impostos recuperáveis teve como base o valor do custo, em

que foram aplicadas as alíquotas de 1,65% para o PIS e 7,6% para o Cofins. Segundo decisão do Recurso Extraordinário (RE) 574706, o ICMS ST não incorpora o patrimônio do contribuinte, nem integra a base de cálculo do PIS e da Cofins (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2013). O ICMS também não gera direito a crédito por se tratar de mercadoria com incidência de substituição tributária.

Conforme Tabela 1, identificou-se que o custo final da aquisição de polpas de frutas somou R\$ 40,32, sendo (1) polpa de abacaxi com hortelã = R\$7,45, (2) polpa de acerola = R\$6,39, (3) polpa de laranja = R\$8,41, (4) polpa de limão = R\$6,06, (5) polpa de maracujá = R\$12,02; e R\$7,34 dos açais, correspondente a (6) açai com morango/granola = R\$3,67, (7) açai tradicional/granola = R\$3,67

No caso simulado pela Tabela 1, observa-se o ICMS ST torna-se um custo sobre a aquisição das mercadorias adquiridas para revenda, posteriormente distribuídas ao comércio varejista. A partir de 1º de novembro de 2019, o Decreto n.º 2.673/2019 trouxe alterações na sistemática do ICMS e a apuração passou a ser pelo regime normal, ou seja, tornou-se não cumulativo, apurado mediante a diferença entre débitos e créditos fiscais devidos em cada operação (PARANÁ, 2017, Art. 25).

A Tabela 2 determina o custo final da mercadoria, que inclui o valor pago pela aquisição, deduzidos os impostos recuperáveis. Inicialmente, foi identificado o valor do custo das mercadorias – valor da nota fiscal (com base no mesmo fornecedor de que trata a Tabela 1). Logo após, foi realizado o cálculo dos impostos recuperáveis, a partir do valor de custo das mercadorias, aplicando as alíquotas de 1,65% para PIS, 7,6% para o Cofins e 18% para o ICMS – empregando, em seguida, o diferimento parcial de 33,33% (PARANÁ, 2017).

A Tabela 2 apresenta o custo final de R\$29,85 na aquisição de polpas de frutas – sendo (1) polpa de abacaxi com hortelã = R\$5,51, (2) polpa de acerola = R\$4,73, (3) polpa de laranja = R\$6,22, (4) polpa de limão = R\$4,49, (5) polpa de maracujá = R\$8,90; e R\$5,44 para a aquisição de mercadorias do tipo açais, sendo (6) açai com morango/

granola = R\$2,72, (7) açai tradicional/granola = R\$2,72. O valor identificado como custo final é diferente do apresentado com a inclusão com ICMS ST nas operações (Tabela 1), isto porque, no primeiro caso, o imposto torna-se parte do custo de aquisição.

Além disso, há compensação de créditos relativos ao ICMS normal nessa operação, aumentando o valor dos impostos recuperáveis. Dos impostos recuperáveis apresentados na Tabela 2, a empresa atacadista apurou o crédito de ICMS normal no valor de R\$5,37, respectivamente relacionado a (1) polpa de abacaxi com hortelã = R\$0,84; (2) polpa de acerola = R\$0,72; (3) polpa de laranja = R\$0,95; (4) polpa de limão = R\$0,68; (5) polpa de maracujá = R\$1,36; (6) açai com morango/granola = R\$0,41; (7) açai tradicional/granola = R\$0,41. Os saldos individuais de PIS e Cofins não foram apresentados nessa etapa por não fazerem parte do escopo deste trabalho.

O destaque feito por Costa e Barroso (2020) reforça as análises apontadas, mostrando que a aplicação do ICMS ST impede que os contribuintes se beneficiem do crédito nas operações posteriores ao recolhimento. Como visto neste estudo, a característica de

compensação do ICMS nas operações submetidas ao regime da não cumulatividade permite que as organizações recolham o valor proporcional ao valor destinado ao próximo contribuinte da cadeia de valor, tornando a cobrança mais justa. Ademais, a substituição tributária onera o primeiro contribuinte – aquele obrigado a recolher o imposto – o que indica maior recolhimento de ICMS e maior necessidade de capital de giro. Assim, verifica-se que a exclusão do regime de ICMS ST para essas mercadorias reduz, aproximadamente, 25% dos custos totais (das polpas e dos açais).



Tabela 2 - Dados relativos à aquisição das mercadorias sem a incidência do ICMS ST

Descrição das Mercadorias	(+) Custo Mercadoria	(-) Impostos Recuperáveis	(=) Custo Final da Mercadoria
(1) Polpa de abacaxi com hortelã	7,00	-1,49	5,51
(2) Polpa de acerola	6,00	-1,28	4,73
(3) Polpa de laranja	7,90	-1,68	6,22
(4) Polpa de limão	5,70	-1,21	4,49
(5) Polpa de maracujá	11,30	-2,40	8,90
Total: polpas de frutas	37,90	8,06	29,85
(6) Açai com morango/granola	3,45	-0,73	2,72
(7) Açai tradicional/granola	3,45	-0,73	2,72
Total: açais	6,90	1,46	5,44
Total	44,80	9,52	35,28

Fonte: elaborada pelos autores.

“A partir de 1º de novembro de 2019, o Decreto n.º 2.673/2019 trouxe alterações na sistemática do ICMS e a apuração passou a ser pelo regime normal, ou seja, tornou-se não cumulativo, apurado mediante a diferença entre débitos e créditos fiscais devidos em cada operação (PARANA, 2017, Art. 25).”

A formação do preço de venda das mercadorias comercializadas empregou a fórmula do Mark-Up. Os indicadores empregados no cálculo foram: (a) impostos incidentes na operação de venda (em %); (b) despesas fixas (em %); (c) comissões incidentes sobre as vendas (em %); e (d) lucro desejado pelos administradores (em %) – levantados mediante informações obtidas junto aos gestores da empresa em estudo e são apresentados na Tabela 3.

Conforme Tabela 3, antes do Decreto n.º 2.673/2019, quando as mercadorias são comercializadas pelo regime de ICMS ST, o Mark-Up apurado foi de 46,25%, composto de 9,25% relativo a impostos sobre vendas; 25% de despesas fixas; 2% de comissões sobre vendas; e 10% de lucro desejado. O resultado apurado a partir do emprego da Fórmula 1 totaliza em um índice de Mark-Up divisor igual a 0,5375 (100% - 46,25%). Após a vigência desse decreto, o Mark-up de 58,25% foi calculado a partir de 21,25% com os impostos incidentes nas operações de venda (18% para ICMS – considerando o diferimento de 33,33%); 25% de despesas fixas; 2% de comissões sobre vendas; e 10% de lucro desejado – percentuais de despesas, comis-

sões e lucro não sofreram alterações. Assim, o resultado do índice Mark-Up divisor calculado é de 0,4175 (100% - 58,25%). Após esse processo, definiu-se os preços de venda das mercadorias.



Tabela 3 - Formação dos indicadores para cálculo do Mark-Up

Elementos do Mark-Up	(%)	Elementos do Mark-Up	(%)
(a) Impostos sobre a venda		(c) Comissões sobre as vendas	
PIS	1,65%	Comissões	2%
Cofins	7,60%		
ICMS	18%		
(b) Despesas fixas		(d) Lucro desejado	
Despesas da empresa	25%	Expectativa de lucro desejado	10%
Mark-Up sem ICMS (a+b+c+d)			46,25%
Mark-Up com ICMS (a+b+c+d)			58,25%

Fonte: elaborada pelos autores.

Após realizado o cálculo apresentado na Fórmula 1 (índice Mark-Up divisor), houve a aplicação da Fórmula 2, cujo resultado (quociente encontrado pelo custo da mercadoria e o índice Mark-Up divisor) corresponde ao preço de venda a ser comercializado. As descrições das categorias de polpas e açais são apresentadas na Tabela 4.

Nota-se, na Tabela 4, que a partir da alteração da legislação – em novembro de 2019, foi apurado um reflexo também no preço de venda, cuja redução média foi de aproximadamente 4,70%. A incidência de

ICMS ST nas operações fez com que os preços de venda totais das polpas de frutas fossem de R\$75,03, sendo (1) polpa de abacaxi com hortelã = R\$13,86; (2) polpa de acerola = R\$11,89; (3) polpa de laranja = R\$15,65; (4) polpa de limão = R\$11,27; (5) polpa de maracujá = R\$22,36; de R\$13,66 para os açais, em que (6) açai com morango/granola = R\$6,83; (7) açai tradicional/granola = R\$6,83.

A partir da exclusão do ICMS ST, verificou-se que os preços calculados para a comercialização das polpas de frutas passaram a ser de R\$71,50, em que (1) polpa de abacaxi com hortelã = R\$13,20; (2) polpa de acerola = R\$11,33; (3) polpa de laranja = R\$14,90;

(4) Polpa de limão = R\$10,75; (5) polpa de maracujá = R\$21,32; e dos açais foram de R\$13,02, sendo (6) açai com morango/granola = R\$6,51; (7) açai tradicional/granola = R\$6,51.

Os resultados encontrados até o presente momento assemelham-se a outras pesquisas com o mesmo foco. Os achados de Dornelles et al. (2015), aplicados na análise da cadeia vinícola, mostram que o regime da substituição tributária do ICMS tem como reflexo um aumento nos preços dos produtos. Fato semelhante é encontrado em produtos que são vendidos no comércio varejista, nos mais diversos estados, como apontado por Correia et al. (2016).

Correia et al. (2016) destacam também que, embora a substituição tributária seja um mecanismo mais racional de controle para o fisco, pois simplifica os processos operacionais a um contribuinte da cadeia de valor, essa forma de tributação contribui para um potencial acréscimo nos custos das comercializações, e, como consequência, sobre o índice de formação do preço de venda das mercadorias. Diante de um aumento nos valores para comércio, espera-se uma desaceleração econômica da demanda por mercadorias e vice-versa.



Tabela 4 - Cálculo do preço de venda

Descrição das Mercadorias	Mercadorias com ICMS ST			Mercadorias sem ICMS ST			Variação
	Custo mercadoria	Divisor Mark-Up	Preço de venda	Custo mercadoria	Divisor Mark-Up	Preço de venda	
(1) Polpa de abacaxi com hortelã	7,45	0,5375	13,86	5,51	0,4175	13,20	-4,76%
(2) Polpa de acerola	6,39	0,5375	11,89	4,73	0,4175	11,33	-4,71%
(3) Polpa de laranja	8,41	0,5375	15,65	6,22	0,4175	14,90	-4,79%
(4) Polpa de limão	6,06	0,5375	11,27	4,49	0,4175	10,75	-4,61%
(5) Polpa de maracujá	12,02	0,5375	22,36	8,90	0,4175	21,32	-4,65%
Total: polpas de frutas	40,33	0,5375	75,03	29,85	0,4175	71,50	-4,70%
(6) Açai com morango/granola	3,67	0,5375	6,83	2,72	0,4175	6,51	-4,69%
(7) Açai tradicional/granola	3,67	0,5375	6,83	2,72	0,4175	6,51	-4,69%
Total: açais	7,34	0,5375	13,66	5,44	0,4175	13,02	-4,70%
Total	47,67		88,69	35,29		84,52	-4,70%

Fonte: elaborada pelos autores.

Nota: PV (%)* corresponde ao percentual de variação do preço de venda das mercadorias, comparando antes e após o Decreto n.º 2.673/2019.

“A apuração do valor de ICMS para o cenário exposto, considerou os créditos de ICMS normal extraídos da Tabela 2. Já o débito de ICMS foi apurado a partir do emprego da alíquota de ICMS (18% com diferimento de 33,33%) sobre o preço de venda das mercadorias sem ICMS.”

Vale ressaltar que a partir do Decreto n.º 2.673/2019, o comércio atacadista estudado tornou-se contribuinte normal. Como visto na Tabela 2, o direito de recuperar ICMS normal diminui o preço de aquisição da mercadoria. Por outro lado, a obrigatoriedade de recolhimento de ICMS nas saídas afeta o indicador de formação do preço de venda. Assim, adicionalmente, a Tabela 5 apresenta a apuração dos valores de ICMS normal nas operações realizadas com as mercadorias (compra e venda), a partir do regime da não cumulatividade.

A apuração do valor de ICMS para o cenário exposto, considerou os créditos de ICMS normal extraídos da Tabela 2. Já o débito de ICMS foi apurado a partir do emprego da alíquota de ICMS (18% com diferimento de 33,33%) sobre o preço de venda das mercadorias sem ICMS ST, apresentado na Tabela 4. Com isso, foi calculado o saldo a recolher do imposto mediante a apuração dos créditos e dos débitos de cada uma das categorias em estudo (pacote de polpa e um pote de açaí).

Assim, a Tabela 5 mostra que cada mercadoria faturada irá recolher ICMS nas seguintes proporções, (1) polpa de abacaxi com hortelã = R\$0,74; (2) polpa de acerola = R\$0,64; (3) polpa de laranja = R\$0,84; (4) polpa de limão =

R\$0,61; (5) polpa de maracujá = R\$1,20; (6) açaí com morango/granola = R\$0,37; (7) açaí tradicional/granola = R\$0,37. Portanto, como resultado das apurações de ICMS normal, a empresa atacadista passou a ter um desembolso financeiro de R\$4,77. No entanto, como mostra a Tabela 1, quando essas mercadorias estavam enquadradas no regime ICMS ST, o valor desembolsado antecipadamente na compra era de R\$7,02, ou seja, R\$2,25 a mais em relação ao novo cenário. Além disso, a empresa não tinha a possibilidade de recuperar créditos da operação. Isso indica que, semelhante aos estudos anteriormente evidenciados, o ICMS ST onera os gastos operacionais da empresa.

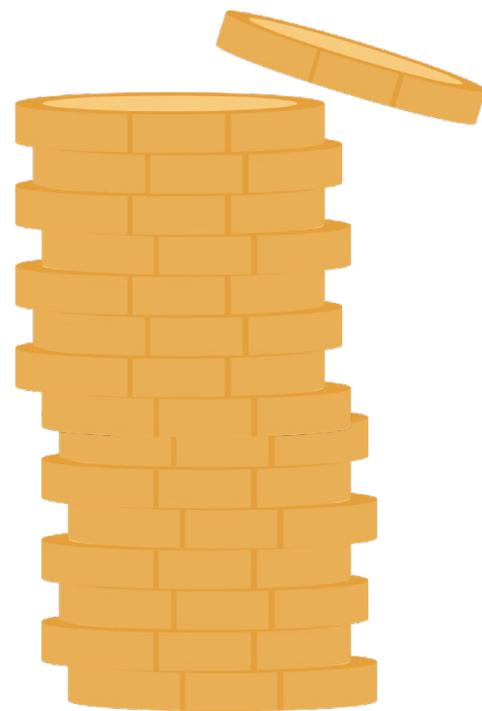


Tabela 5 - Apuração do ICMS após Decreto 2.673/2019

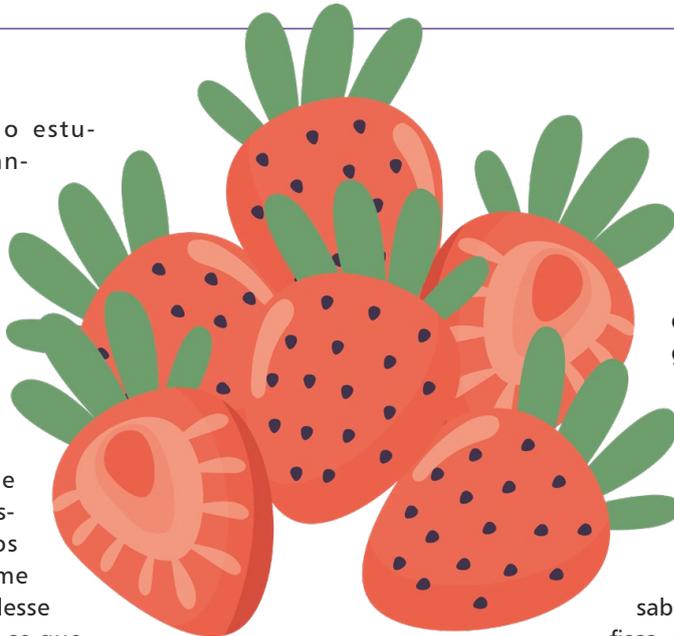
Descrição das mercadorias	Base de cálculo: Custo Mercadoria	Crédito ICMS (18%)*	Base de cálculo: Preço de Venda	Débito ICMS (18%)*	(=) Saldo a Recolher
(1) Polpa de abacaxi com hortelã	7,00	0,84	13,20	1,58	0,74
(2) Polpa de acerola	6,00	0,72	11,33	1,36	0,64
(3) Polpa de laranja	7,90	0,95	14,90	1,79	0,84
(4) Polpa de limão	5,70	0,68	10,75	1,29	0,61
(5) Polpa de maracujá	11,30	1,36	21,32	2,56	1,20
Total: polpas de frutas	37,90	4,55	71,50	8,58	4,03
(6) Açaí com morango/granola	3,45	0,41	6,51	0,78	0,37
(7) Açaí tradicional/granola	3,45	0,41	6,51	0,78	0,37
Total: açaís	6,90	0,82	13,02	1,56	0,74
Total	44,80	5,37	84,52	10,14	4,77

Fonte: dados da pesquisa (2020).

Nota: ICMS*: sobre a alíquota de 18% há um diferimento de 33,33% para as operações realizadas no Estado do Paraná (Decreto n.º 7.871/2017).

Como exemplo, o estudo de Ferreira, Loran-di e Imbrósio (2011), aplicado a artigos de papelaria, mostrou que, além do efeito no aumento dos custos, a instituição do ICMS ST provocou um aumento no recolhimento do imposto de até 199,82% no trimestre, se comparado aos pagamentos no regime ICMS normal. Diante desse apontamento, sugere-se que outras pesquisas busquem identificar os reflexos e/ou motivos que levaram o fisco a excluir as polpas de frutas e açais desse regime de tributação. Acredita-se que um estudo empírico pode mostrar falhas em relação à margem de valor agregada para esses itens, o que poderia causar menores recolhimentos, assim como evidenciado por Xavier Filho, Souza e Lopes (2011).

Por fim, nota-se que o advento da exclusão do regime de substituição tributária refletiu em uma diminuição no custo da mercadoria e, conseqüentemente, no preço de venda. Por outro lado, o comércio atacadista antes da exclusão do regime era considerado contribuinte substituído. A partir do enquadramento no ICMS normal, as operações realizadas (compra e venda) geram créditos e débitos tributários mensais relativos a esse imposto, levando a empresa a ter um desembolso financeiro mensal, devido às mudanças na legislação. Desse modo, além das previsões de custos e de valores de venda, torna-se também necessário se adaptar à nova maneira de recolhimento, e, assim, avaliar a gestão no planejamento do fluxo de caixa para o controle financeiro.



5. Considerações Finais

O objetivo desta pesquisa foi analisar o reflexo do Decreto n.º 2.673/2019, o qual exclui o ICMS substituição tributária das polpas de frutas e açais sobre os custos das mercadorias e a formação do preço de venda. O estudo foi realizado com os dados de uma empresa de sociedade limitada situada no Estado do Paraná, que tem como atividade econômica o comércio atacadista de produtos alimentícios e tem como opção tributária o regime de lucro real, com a abordagem qualitativa em operações com ICMS substituição tributária e ICMS normal no período de 2019.

Na análise da mensuração dos custos, identificou-se que a exclusão do ICMS ST refletiu uma redução média de 25,98% no custo de aquisição das mercadorias e, como decorrência, uma redução média total de 4,70% no preço de venda. Isto é, os resultados confirmam que a interferência do Governo estadual na economia tributária tem impacto direto nos custos das mercadorias e nos preços de vendas. Em especial, para uma empresa de atuação comercial, que possui o custo

de aquisição formado pelo valor do produto mais os tributos, é relevante a aplicabilidade do estudo tributário, a fim de identificar os impactos de decretos e legislações vigentes sobre o preço adotados e a capacidade competitiva de mercado.

Anteriormente, com o regime de substituição tributária, identificou-se que o contribuinte substituído não tinha responsabilidade tributária perante o fisco, mas desembolsava pela antecipação do imposto um total de R\$7,01 (repassado à cadeia de valor). Com o Decreto n.º 2.673/2019, a apuração do ICMS foi alterada para o regime não cumulativo, e, embora a empresa compense os créditos da operação de compra, a comercialização das polpas de frutas e açais passa a gerar débitos de R\$4,77. Isto é, com o fim da substituição tributária para esses produtos, a empresa passa a ter mensalmente um desembolso financeiro vinculado as vendas desses itens, o que antes não ocorria. A mudança na forma de recolhimento do imposto pode gerar adaptações de gestão e controle financeiro para a empresa.

Estudos como o de Correia et al. (2016), Dornelles et al. (2015) e Mattozo e Klosowski (2015) relatam que, embora o uso da técnica de ICMS ST proporcione maior controle de recolhimento do imposto à cadeia de valor, é frequente o uso de uma margem de valor agregada superior à de comercialização ao consumidor final, onerando, portanto, aqueles que operam com os produtos pertencentes a esse regime de tributação. Diante desse cenário, torna-se relevante empregar revisões sistemáticas sobre a metodologia empregada, a fim de adequar as margens estabelecidas ao preço real de comércio.

“Aliás, considerando que ICMS é o imposto que tem maior representatividade de arrecadação para os cofres públicos, sugere-se análises que verifiquem o reflexo do decreto sobre as arrecadações e também sobre o valor de comércio destinado ao consumidor final.”



Por outro lado, Xavier Filho, Souza e Lopes (2011) observaram que no comércio varejo de autopeças, o recolhimento por substituição tributária é menor se comparado à aplicação do ICMS normal nas operações, uma vez que a margem de valor real (aplicada pela empresa) é maior que a margem de valor legal (definida pelo fisco). Os achados apontados pelos autores indicam que outros produtos, sobretudo aqueles que foram excluídos do regime de ST, podem se enquadrar em um cenário semelhante. Pesquisas futuras podem se aprofundar se isso ocorre com o recolhimento de ICMS sobre a comercialização das polpas de frutas e açaís, ou seja, se a exclusão do regime de ICMS ST foi estrategicamente empregada pelo fisco devido a falhas no valor legal agregado (menor que valor real de comércio).

Os resultados encontrados nesta pesquisa contribuem para a compreensão do reflexo do Decreto n.º 2.673/2019 sobre as mudanças na legislação tributária paranaense. Além disso,

permite novos *insights* para atribuição de uma análise financeira para a gestão do novo cenário de créditos e débitos de ICMS. As limitações deste estudo estão ligadas ao fato de que, em virtude de a análise explorar um caso único, os resultados da pesquisa abordam o comércio de produtos de polpas de frutas e açaís, em uma só região (Paraná), em um regime exclusivo de tributação, em um período delimitado de vigência do decreto e na adoção da tributação exclusiva do ICMS. Dessa forma, nem sempre seus resultados podem ser generalizados.

Para possibilidade de estudos futuros, recomenda-se a ampliação da base de pesquisa, com a investigação dos impactos na lucratividade das empresas que sofreram com as alterações do Decreto n.º 2.673/2019. Aliás, considerando que ICMS é o imposto que tem maior representatividade de arrecadação para os cofres públicos, sugere-se análises que verifiquem o reflexo do decreto sobre as arrecadações e também sobre o valor de comércio destinado ao consumidor final. Além disso, o emprego de modelos quantitativos pode auxiliar na explicação do efeito que essa legislação exerce sobre o cenário.

Referências

- ABREU, A. *Gestão fiscal nas empresas: principais conceitos tributários e sua aplicação*. São Paulo: Atlas, 2008.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE ALIMENTOS, ABIA. Relatório Anual de 2018. Disponível em: <https://www.abia.org.br/vsn/temp/z2019422RelatorioAnual2018.pdf> Acesso em: 18 mar. 2020.
- BARATTO, G. Regime tributário do ICMS nas transações interestaduais harmonização tributária ou autonomia estadual? *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, v. 113, p. 9-30, 2007.
- BECKER, A. A. *Teoria geral do direito tributário*. 4. ed. São Paulo: Noeses, 2007.
- BERNARDI, L. A. *Manual de formação de preços: políticas, estratégias e fundamentos*. 3 ed. São Paulo: Atlas.
- BIAVA JÚNIOR, R.; OYADOMARI, J. C. T. Impactos da Substituição Tributária do ICMS na Lucratividade e nos Custos Empresariais. *Revista de Contabilidade da UFBA*, v. 4, n. 2, p. 71-91, 2010.
- BORGES, H. B. *Gerência de impostos: IPI, ICMS e ISS*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1998.
- BORTOLON, B. R.; MÜLLER, N.; CASAGRANDE, M. D. H. Impactos da substituição tributária do ICMS sobre a carga tributária das empresas optantes pelo simples nacional: um estudo multicase em duas empresas de Santa Catarina. In: CONGRESSO UFSC DE CONTROLADORIA E FINANÇAS & INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE, 4; 2011. Anais... Florianópolis: 2011.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União, seção 1, p. 1, 5 de outubro de 1988.
- BRASIL. Lei n.º 10.637/2002, de 30 de dezembro de 2002. *Diário Oficial da União*, edição extra, seção 1, p. 2, 31 dez. 2002.
- BRASIL. Lei n.º 10.833/2003, de 29 de dezembro de 2003. *Diário Oficial da União*, edição extra-A, 30 dez. 2003.
- BRUNI, A. L.; FAMÁ, R. *Gestão de custos e formação de preços: com aplicação na calculadora HP 12C*. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- CARVALHO, P. B. *Direito tributário: fundamentos jurídicos da incidência*. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2006.
- CASSONE, V. *Direito tributário: fundamentos constitucionais, análise dos impostos, incentivos à exportação, doutrina, prática e jurisprudência*. 11 ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- CASTRO, F. A. V. et al. *Gestão e planejamento de tributos*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.
- CHAVES, F. C. *Planejamento tributário na prática: gestão tributária aplicada*. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- CORREIA, J. J. A. et al. O impacto do ICMS substituição tributária no custo das mercadorias adquiridas pelo Comércio varejista de alimentos. *Id on line Revista Multidisciplinar e de Psicologia*, n.10, v.32, 2016.
- COSTA, K. G. M.; BARROSO, K. A. O efeito da substituição tributária do ICMS que incide sobre a pessoa jurídica. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*, v.1, n.2, 2020.
- CREPALDI, S. A. *Curso básico de contabilidade de custos*. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- DORNELLES, M. T, et al. Efeitos da adoção do regime de substituição tributária do ICMS na cadeia vinícola do vale dos vinhedos. *Revista Ambiente Contábil*, v.7, n.2, p.135-152, 2015.
- FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, FIESP. Indústria de alimentos representa quase 10% do PIB brasileiro. 2019. Disponível em <https://www.fiesp.com.br/noticias/industria-de-alimentos-representa-quase-10-do-pib-brasileiro/>. Acesso em: 18 março 2020.

FERREIRA, L. F.; LORANDI, J. A.; IMBRÓSIO, M. A. *ICMS por substituição tributária e a formação do preço de venda de artigos de papelaria*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 18; 2011. *Anais...* Rio de Janeiro, 2011.

HORNGREN, C. T.; DATRA, S. M.; FOSTER, G. *Contabilidade de custos: uma abordagem gerencial*. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

IMPOSTÔMETRO. *Arrecadação nos estados – tributos federais, estaduais e municipais*. 2020. Disponível em: <https://impostometro.com.br/>. Acesso em: 18 março 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO, IBPT. Boletim do Impostômetro mostra que ICMS tem a maior fatia de impostos recolhidos no país. *Mato Grosso Econômico*, 30 ago. 2019.

MACHADO, H. B. *Curso de direito tributário*. 31 ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

MARTINS, E. *Contabilidade de custos*. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, I. G. S. *Curso de direito tributário*. São Paulo: Saraiva, 2013.

MATTOZO, M. A.; KLOSOWSKI, A. L. M. ICMS – ST e MVA: um estudo dos reflexos do imposto na formação do preço de venda no setor de revenda de peças. In: CONGRESSO EMPRESARIAL DOS PRESTADORES DE SERVIÇO; 2015. *Anais...* Ponta Grossa, 2015.

MENDONÇA, F. M. et al. O impacto do ICMS por substituição tributária na liquidez e rentabilidade das empresas do setor metalúrgico: estudo de caso. In: CONGRESSO DE ADMINISTRAÇÃO, SOCIEDADE E INOVAÇÃO – CASI; 2016. *Anais...* Juiz de Fora, UFJF, 2016.

OLIVEIRA, L. M. et al. *Manual de contabilidade tributária: textos e testes com as respostas*. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

PARANÁ. Decreto n.º 2.673/2019, de 10 de setembro de 2019. *Diário Oficial do Estado*, 10 set. 2019.

PARANÁ. Decreto n.º 7.871/2017, de 29 de setembro de 2017. *Diário Oficial do Estado*, n. 10041, 3 out. 2017.

PAULA, F. V. *O impacto do regime de substituição tributária sobre o preço de produtos derivados do leite no Estado de São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Ciências). Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2011.

RECEITA FEDERAL. *NCM – Nomenclatura Comum do Mercosul*. 2019. Disponível em: <https://receita.economia.gov.br/orientacao/aduaneira/classificacao-fiscal-de-mercadorias/ncm>. Acesso em: 5 mai. 2020.

ROCHA, A. I. ICMS é tributo que mais contribui para cofres públicos. *Exame*, 8 jul. 2016. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/economia/icms-e-tributo-que-mais-contribui-para-cofres-publicos/>. Acesso em: 6 maio 2020.

ROSA, J. R. *Substituição Tributária no ICMS*. 2 ed. Itu: Editora Ottoni, 2009.

SANTOS, J. J. *Fundamentos de custos para a formação do preço e do lucro*. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2005.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – STF. *Recurso Extraordinário: RE 574.706 Paraná*. Ementa: recurso extraordinário com repercussão geral. Exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e Cofins. Definição de faturamento. Apuração escritural do ICMS e regime de não cumulatividade. Publicado acórdão. Relator Ministra Carmem Lúcia, data do julgamento: 1º/8/2013. Publicação: DJe-151. Divulgação: 5/8/2013. Publicado em 6/8/2013.

WERNKE, R. *Gestão de Custos*. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

XAVIER FILHO, J. L. J.; SOUZA, E. S.; LOPES, C. C. V. M. *O impacto da substituição tributária do ICMS em Pernambuco no custo e preço de venda praticado pelo varejo de autopeças*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 18; 2011. *Anais...* Rio de Janeiro, 2011.

ZUCCOLOTTO, R.; COLODETI FILHO, E. Gerenciamento de preços em empresas de pequeno porte por meio do custeio variável e do método de Monte Carlo. *Enfoque Reflexão Contábil*, v. 26, n. 3, p. 39-52, 2007.



$$\frac{b \pm \sqrt{b^2 - 4ac}}{2a}$$

A educação financeira como diferencial nas decisões de consumo e investimentos dos docentes e discentes de uma instituição de ensino superior privada na cidade de Parnaíba/PI

Este estudo possui como objetivo investigar o papel da educação financeira nas tomadas de decisões dos atores acadêmicos dos cursos de uma instituição de ensino superior privada, na cidade de Parnaíba, no Estado do Piauí, no que tange aos investimentos no mercado corporativo. O método escolhido foi de cunho quantitativo, e utilizou a abordagem descritiva e explicativa, por meio da coleta de dados, ou *survey*, empregando a escala Likert para a compreensão dos dados. Embora os respondentes afirmem que possuem conhecimento acerca da temática financeira, muitos informam que não foram ensinados sobre o tema na escola ou na universidade. Parte dos respondentes afirmam desconhecer o mercado de investimentos e, os que conhecem, afirmam que as informações sobre controle financeiro e investimentos não auxiliaram durante os investimentos. Apesar de ter sido notada a falta da educação financeira, a maior parte dos participantes relatam ter interesse em futuros projetos que envolvam o tema. Conclui-se que é necessário maior enfoque do tema nas grades curriculares das instituições de ensino, e que sejam desenvolvidos projetos, a fim de aproximar a população da gestão financeira e do mercado de investimentos., Isso assegurará maior controle e a possibilidade de retorno financeiro por meio de investimentos.

Andres Aguiar Lyra Lopes

Graduando em Administração pela Universidade Federal do Delta do Parnaíba – UFDPAR
E-mail: andresaguiar01@hotmail.com

Henrique César Melo Ribeiro

Professor do curso de Administração da Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAR).
Doutor em Administração.
E-mail: hcmribeiro@gmail.com

Patrícia Cantuária Cardoso de Araújo

Professora titular/Assistente da Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAR), Campus Ministro Reis Velloso (CMRV). Mestre em Gestão Pública (UFPI/2018).
E-mail: patriciacantuaria@ufpi.edu.br;
cantury_phb@hotmail.com

Rosany Corrêa

Professora Adjunta da Universidade Estadual do Piauí, Dra. em Administração.
E-mail: rosanycorrêa@hotmail.com

1. Introdução

O tema finanças pessoais está se tornando cada vez mais presente. E, assim como as pessoas estão mudando seus hábitos alimentares, perceberam a necessidade de alterar também a forma de gerir seus recursos pessoais (MASSARO, 2015). Problemas nessa área podem afetar de maneira negativa a qualidade da alimentação e o lazer; não é difícil deparar-se com pessoas com alto grau de insatisfação e estresse, gerados por problemas familiares com origem na gestão dos recursos disponíveis (GAMA; CORREIA, 2013). A educação financeira permite explicar o funcionamento das finanças, como: taxa de juros, financiamentos, empréstimos, poupanças, créditos e parcelamentos, e possibilita ao cidadão melhores escolhas financeiras (CORDEIRO; COSTA; SILVA, 2018). Já seu estudo contribui para que os indivíduos possam exercer a cidadania no mundo capitalista, com seu ensi-

no abrangendo todos os indivíduos, visto que, independentemente de profissão, raça, cor ou sexo, todos exercem atividades financeiras. Desse modo, poupar dinheiro e compreender como funcionam as aplicações são aspectos que podem ser a diferença para uma vida financeiramente saudável (BRANCO, 2016).

No entanto, embora seja percebida a necessidade da educação financeira, no Brasil, os estudos sobre o tema ainda não são abordados na grade curricular na maioria das escolas de ensino médio, fundamental, e superior, não havendo disciplinas sobre orçamento familiar e pessoal, ou planejamento financeiro pessoal (BORGES, 2013). Dessa maneira, são necessários o fomento e a cultura da educação financeira em todo o país, ampliando o acesso ao cidadão, para que este seja capaz de tomar decisões conscientes no que tange aos seus recursos financeiros, de modo a contribuir para a eficiência e

a solidez dos mercados financeiro, de capitais, de investimentos, entre outros (CORDEIRO; COSTA; SILVA, 2018). Em concordância com o autor, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), afirma que a educação financeira é a forma usada pela população para aperfeiçoar a compreensão em relação aos diversos conceitos e produtos financeiros existentes e, assim, conseguir fazer as escolhas mais acertadas para administrar seus rendimentos para que melhorem seu bem-estar, contribuindo de modo mais consistente para a formação de sociedades responsáveis e comprometidas com o futuro (OCDE, 2005).

A educação financeira tem se mostrado fundamental no auxílio às pessoas quanto ao planejamento, ao gerenciamento da renda, à orientação aos investimentos financeiros, tendo em vista a relevância decorrente do desenvolvimento dos mercados financeiros e da inclusão bancária, bem como das mudanças demográficas, econômicas e políticas. Os consumidores possuem acesso a uma gama de instrumentos bancários, de crédito e de poupança, disponíveis em vários canais, inclusive até programas de universidades para suporte financeiro às famílias de baixa renda (BORGES, 2013). O tema mostra-se de tal forma relevante no Brasil que o Ministério da Educação (MEC), em parceria com a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), lançou, em agosto de 2021, o Programa Educação Financeira nas Escolas, que tem o objetivo de oferecer aos professores cursos gratuitos de formação em educação financeira, para que o tema esteja presente nas salas de aula (BRASIL, 2021).



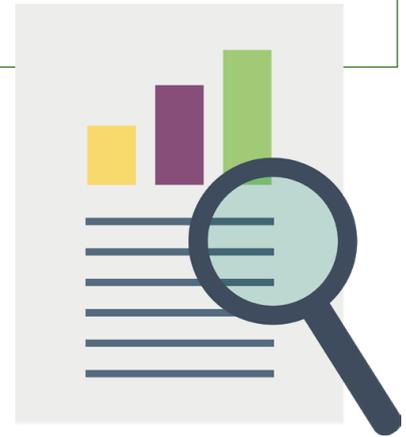
“O tema finanças pessoais está se tornando cada vez mais presente. E, assim como as pessoas estão mudando seus hábitos alimentares, perceberam a necessidade de alterar também a forma de gerir seus recursos pessoais.”

Este estudo se justifica pela necessidade de desenvolver a educação financeira entre as famílias brasileiras, visto que quando o assunto passa despercebido por elas o resultado é a má administração das contas domésticas, despesas descontroladas e, até mesmo, falta de dinheiro (ORIENTE; LIMA; RIBEIRO, 2015). Além disso, é notada a relevância do tema, pois é por meio do planejamento financeiro que é possível a gestão coerente dos recursos financeiros dos indivíduos e das empresas, em como utilizá-los, o que evidencia o melhor momento de compra, investimento e acúmulo de ativos (BRAIDO, 2014).

Para tanto, este estudo será guiado pela pergunta norteadora: **Qual o papel da educação financeira na tomada de decisões dos atores acadêmicos dos cursos de uma Instituição de Ensino Superior privada da cidade de Parnaíba, no Estado do Piauí, no que tange aos investimentos no mercado corporativo?** Para que a pergunta fosse respondida, a pesquisa possuiu como objetivo geral investigar o papel da educação financeira na tomada de decisões dos atores acadêmicos, dos cursos de uma instituição de ensino superior privada na cidade de Parnaíba, no Estado do Piauí, no que se refere aos investi-

mentos no mercado corporativo. Já o objetivo específico é verificar se a educação financeira contribui para o controle das finanças e dos investimentos.

O levantamento dos dados da amostra foi realizado com os docentes e discentes matriculados nos dois últimos períodos dos cursos de graduação em Administração, Ciências Contábeis, Direito, Enfermagem e Pedagogia de uma instituição privada de ensino superior na cidade de Parnaíba/PI. A escolha dos participantes desses cursos se deu por serem os principais cursos de graduação da instituição, e os dois últimos blocos foram selecionados visto que, conforme avançam na graduação, mais conhecimento acumulam. Para alcançar os objetivos, foi realizada uma pesquisa de natureza quantitativa, com dados obtidos a partir de uma amostra por levantamento de caráter e descritivo, por meio do método *survey*, sendo elaborado um questionário on-line, contendo 15 perguntas semiestruturadas que serviram para análise científica, a fim de responder à pergunta norteadora e cumprir os objetivos do estudo. O questionário foi desenvolvido através da plataforma Google Forms e divulgado pelo e-mail e pelo WhatsApp de coordenadores, docentes e discentes dos cursos



que, de acordo com as coordenações, correspondem a 52 docentes e a 439 discentes matriculados nos cursos de Administração, Ciências Contábeis, Direito, Enfermagem e Pedagogia.

A amostra considerou o intervalo de confiança de 95% e a margem de erro foi definida como sendo 5%, compondo um total de 165 participantes. A margem está definida por meio de cálculo amostral realizado em calculadora amostral on-line, disponível no endereço eletrônico: <https://comentto.com/calculadora-amostral/>. Em seguida, efetuou-se uma análise explicativa sobre os dados obtidos, e observou-se qual o papel que a educação financeira possui no mercado de investimentos. Além de observar se a educação financeira contribui para o planejamento pessoal e no mercado de investimentos. Para isso, se utilizou a escala de Likert que auxiliou na análise científica do estudo proposto.

2. Referencial Teórico

2.1 Gestão Financeira

Gestão financeira é o conjunto de atividades administrativas que envolve o planejamento, a análise e o controle, com o objetivo de maximizar os resultados econômicos e financeiros (BITTENCOURT; PALMEIRA, 2012), e consiste em estabelecer e seguir uma estratégia mais ou menos deliberada e dirigida para a manutenção ou acumulação de bens e valores que irão formar o patrimônio de uma pessoa e de sua família (CAMARGO, 2007). Em uma economia que é baseada no sistema de moeda e crédito, finanças pessoais diz respeito ao manejo do dinheiro, seja ele próprio e/ou de terceiros, a fim de se adquirir mercadorias, como também alocação de recursos físicos – força de trabalho e ativos pertencentes ao

indivíduo – com o propósito de se obter dinheiro e crédito (LIZOTE; SIMAS; LANA, 2012).

O planejamento pessoal deve ser iniciado com objetivos para a vida, pois muitas famílias brasileiras assumem compromissos a longo prazo sem clareza, sem planejamento e sem informações sobre os riscos (CARVALHO; SHOLZ, 2018). Dessa forma, o planejamento se torna necessário e deve começar por meio de objetivos, sejam eles de curto ou de longo prazo. Assim, o indivíduo terá objetivos a serem atingidos, como, por exemplo, em investimentos, quando a expectativa é que o dinheiro “trabalhe” para a pessoa, sendo esperado o maior retorno possível por meio da aplicação de recursos (POYARES; POEYS; PUSSIARELI, 2015). Em síntese, ganhar bem e gastar bem são os problemas com que trabalham as finanças pessoais (PIRES, 2007).

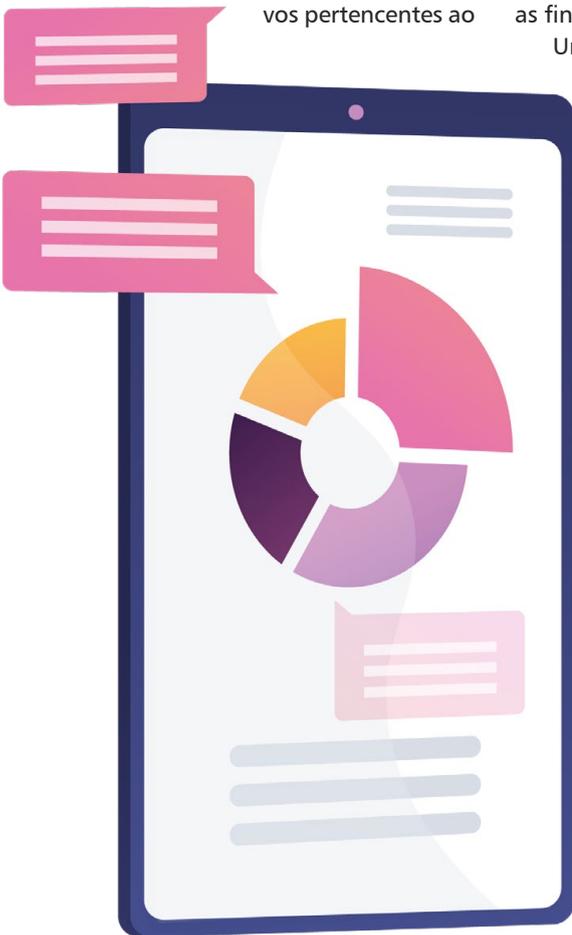
Um bom planejamento financeiro busca seguir os três pilares da segurança financeira: a) promoção e garantia do pagamento das despesas, como alimentação, moradia, educação, lazer, entre outras; b) proteção contra imprevistos, por meio de reservas ou seguros; c) estabilidade, buscada a poupança, a fim de garantir um bom padrão de vida (KRUGER, 2020). No entanto, apesar da importância do tema, o oferecimento de disciplinas que o abordem em cursos regulares de colégio, Instituições de Ensino Superior é praticamente inexistente (SOUSA; TORRALVO, 2008). Dessa forma, o aluno, nos onze anos de educação básica, não estuda noções de comércio, economia, finanças ou impostos, ou seja, o sistema educacional ig-

nora o assunto. Sem esse conhecimento básico, o estudante chega à fase adulta com pouca noção de educação financeira (MARTINS, 2004).

Essa constatação evidencia a necessidade da conscientização dos governantes e das instituições de ensino de modo geral para que o assunto “finanças” seja incluído como ensino regular nas grades curriculares, e também a possibilidade de as universidades auxiliarem na compreensão do tema por meio iniciativas educacionais e de oficinas que discutam o tema, sejam elas presenciais ou a distância, a fim de garantir para a comunidade maior conhecimento e melhores decisões (BRAIDO, 2014) (CAMPARA et al., 2016) (DIETRICH; BRAIDO, 2016).

2.2 Educação Financeira e Tomada de Decisão em Investimentos

Em um sentido restrito, investimento é o ato de aplicar recursos, em dinheiro ou em títulos, que serão capazes de trazer um retorno maior do que o que foi aplicado inicialmente (LIZOTE et al., 2016). Além disso, de acordo com os autores, investimento também pode ser a aplicação em bens, como a aquisição de veículos, terrenos ou imóveis, mas que tragam ao investidor expectativas de lucro sobre os recursos que foram gastos com eles. No entanto, para que sejam realizados investimentos no mercado financeiro, é necessário que os interessados em adentrar nesse mercado organizem primeiro suas finanças pessoais, agindo com racionalidade e organizando prioridades (LIZOTE et al., 2016).



“A educação financeira não tem a tarefa apenas de cortar gastos e poupar, ela tem a função de conscientizar as pessoas para que busquem uma melhor qualidade de vida e consigam manter um equilíbrio financeiro sustentável.”

É importante elaborar um planejamento financeiro principalmente em razão das perspectivas de recompensas, tais como: aquisição da cultura de disciplina com gastos; aprimoramento do processo de tomada de decisão; racionalização de uso do dinheiro; prevenção contra situações inesperadas; formação de uma poupança para a aposentadoria; independência financeira; sentimento de liberdade e de melhoria da qualidade de vida e retorno sobre investimentos (SOUSA; TORRALVO, 2008).

No mercado de investimentos, existem duas classes distintas de investidores: os totalmente racionais e os quase racionais, que tentam tomar boas decisões, mas cometem erros previsíveis. A maioria desses erros resulta de falhas no processo racional, devido a interferências de motivação dos seres humanos. Descobrir e estudar quando esses motivos podem prejudicar os indivíduos é o objetivo das finanças comportamentais (SILVA et al., 2008).

Nas últimas décadas, foram descobertos dois fatos muito importantes para as teorias financeiras, o primeiro é que as emoções que determinam a tomada de risco dos investidores são a esperança e o medo; enquanto que o segundo é que os investidores cometem os mesmos erros, repetidamen-

te (COSTA, 2010). Surge, então, no conceito da teoria das Finanças Comportamentais a aversão à perda, em que as pessoas sentem muito mais a dor da perda que o prazer obtido com um ganho equivalente (FERREIRA, 2008).

Para a teoria das Finanças Comportamentais, os homens não são totalmente racionais, agem frequentemente de maneira irracional, tendo decisões influenciadas pelas emoções, o que faz com que cada um entenda um mesmo problema de formas diferentes, dependendo da maneira como é analisado. (HALFELD; TORRES, 2001). Percebe-se, dessa forma, que a educação financeira é necessária para controlar as finanças e ensinar a poupar; ela extrapola esse simples conceito, estendendo-se aos conhecimentos obtidos para que se tenha condições e informações necessárias para realizar, com segurança, futuros investimentos e, conseqüentemente, aquecer a economia do país. A educação financeira não tem a tarefa apenas de cortar gastos e poupar, ela tem a função de conscientizar as pessoas para que busquem uma melhor qualidade de vida e consigam manter um equilíbrio financeiro sustentável. É evidente que, além das finanças pessoais serem importantes para que seja exercida a ci-

dadania, é necessário que o indivíduo que almeja realizar investimentos no mercado financeiro tenha conhecimento, preparo e esteja apto para lidar com esse mercado, tendo em vista a sua alta complexidade, sendo necessários conhecimento técnico e preparo durante a tomada de decisão.

2.3 Educação Financeira em Instituições de Ensino Superior

No Brasil, estudos sobre educação financeira não englobam a grade curricular na maioria das escolas do ensino básico, mesmo nas universidades há dificuldades em relação a disciplinas que contemplem a temática (BORGES, 2013). A inexistência do hábito de poupar dos brasileiros está diretamente ligada à falta de disciplinas nas diferentes fases do ensino que apresentam conhecimentos básicos sobre finanças, contabilidade e economia (OLIVEIRA et al., 2013). A educação financeira deveria ser matéria obrigatória, desde o ensino básico até às instituições de ensino superior (BORGES, 2013).



Um estudo realizado em uma Instituição de Ensino Superior do Rio Grande do Sul investigou onde os alunos foram educados financeiramente e os resultados apontaram que 51,96% desses alunos foram orientados pelos pais, seguidos de 19,12%, que buscaram informações por conta própria, 14,22%, que aprenderam no ensino superior, e apenas 6,86% foram educados financeiramente na escola (ensino fundamental ou médio). (BRAIDO, 2014). Outro estudo feito em uma Instituição de Ensino Superior do Vale do Taquari encontrou um resultado semelhante, e verificou que 1,9% dos alunos indica não ter sido educado financeiramente, vale ressaltar o elevado percentual de alunos que foram orientados pelos pais sobre o assunto (58,3%) ou que buscaram informações por conta (23,3%). Tais resultados indicam falta de incentivo por parte da rede de ensino, tanto de escolas como de Instituições de Ensino Superior, gerando aprendizado informal (RA-DAELLI, 2018).

O jovem universitário que souber elaborar e administrar suas finanças

ampliara seus conhecimentos, e avaliará melhor uma compra, o preço aplicado, as formas de pagamento, os tipos de investimentos, o retorno sobre investimentos e como buscar sua independência, de modo a refletir uma sociedade que valoriza e usufrui melhor o dinheiro (PIRES, 2007). Dessa forma, acredita-se que o conhecimento em finanças individuais por parte dos universitários é limitado, já que possuem problemas com o manejo de dinheiro. (STEIGER; BRAIDO, 2021). A falta de preparo das instituições de ensino, em disciplinas que contemplem a temática traz efeitos negativos, visto que, quando adultos atuantes na economia, essas pessoas continuam ignorando os conceitos de planejamento e controle das finanças, e possuem, então, pouca competência para administrar o dinheiro (FERREIRA ; CASTRO, 2020), se torna mais evidente a necessidade do ensino do tema nas instituições de ensino, em razão de que ninguém está livre dos problemas financeiros (MARTINS, 2004).

Torna-se evidente a necessidade do tema ser discutido nas instituições de ensino superior, das mais distintas áreas, visando preparar o cidadão para lidar com as questões financeiras no dia a dia e, até mesmo, que possibilite a ele adentrar o mercado de investimentos.

3. Procedimentos Metodológicos

3.1 Procedimentos de Coleta de Dados

A pesquisa é de abordagem quantitativa, sendo utilizada devido ao estudo feito por meio de explicações matemáticas, a partir de gráficos e números para a análise dos dados (MUSSI et al., 2019), a qual também se deu por cunho descritivo, tipo *survey*, e explicativo. A pesquisa descritiva é aquela em que os

fatos são observados, registrados, classificados e interpretados sem a interferência do pesquisador, enquanto a descritiva é utilizada para descrever fatos e fenômenos, com o objetivo de promover explicações para o que foi observado, essa pode analisar um indivíduo, um grupo, uma organização ou organizações (GOMES; GOMES, 2019). Já o método *survey* possui como função a descrição e exploração (FINK, 2015; PARANHOS et al., 2013), por meio da interrogação direta das pessoas, cujo comportamento se deseja conhecer (GtIL, 1999). Além disso, foi utilizada a escala Likert para a coleta de dados, visto que com ela é possível obter respostas, uma vez que possuem grau de alta concordância ou de baixa concordância, sendo um método de fácil compreensão e de ampla utilização (FEIJÓ; VICENTE; PETRI, 2020).

Este estudo teve como campo de pesquisa uma instituição de ensino superior de caráter privado, localizada no município de Parnaíba/PI, cuja escolha se deu em razão de uma maior facilidade de acesso à instituição pelo fato de essa ofertar e possuir turmas dos cursos aplicados na pesquisa. O levantamento dos dados da amostra foi realizado com os docentes e os discentes matriculados nos dois últimos blocos dos cursos de graduação em Administração, Ciências Contábeis, Direito, Enfermagem e Pedagogia de uma instituição privada de ensino superior, na cidade de Parnaíba/PI. A escolha dos participantes desses cursos se deu por serem esses os principais cursos de graduação da instituição, e os dois últimos blocos foram selecionados por se entender que quanto mais avançam em seus respectivos cursos, mais conhecimento acumulam durante a graduação, por meio das disciplinas cursadas e de outras atividades, como, por exemplo, projetos de extensão e estágios extracurriculares (ROCHA; DIAS, 2020).



3.2 Procedimento de Análise dos Dados

A coleta dos dados foi executada por meio de um questionário semiestruturado, elaborado na plataforma Google Forms, entre abril e maio de 2022, direcionado aos alunos ativos dos cursos escolhidos para participarem da pesquisa, contendo 15 perguntas semiestruturadas, com foco nos objetivos do estudo, sendo utilizada a escala Likert para auxiliar na análise científica. A população do presente trabalho é representada pelo total de alunos regularmente matriculados nos dois últimos blocos dos cursos: 439 discentes matriculados nos cursos de Administração, Ciências Contábeis, Direito, Enfermagem e Pedagogia e pelos 52 docentes. É necessário ressaltar que tais dados foram disponibilizados pelas coordenações mediante solicitação.

É importante destacar que 6 docentes foram desconsiderados da pesquisa, visto que, nos cursos de Administração e Ciências Contábeis, há o rodízio de docentes, restando 52 desses. A amostra considerou o intervalo de confiança de 95% e a margem de erro foi definida como sendo 5%, o que totalizou 165 participantes. Essa margem está definida por meio de cálculo amostral realizado em calculadora amostral on-line, disponível no endereço eletrônico: <https://comentto.com/calculadora-amostral>. O acesso aos pesquisados efetuou-se mediante autorização da direção da instituição de ensino privada da cidade de Parnaíba/PI, tendo sido feita a solicitação, via e-mail e WhatsApp dos coordenadores e dos líderes das turmas, para socialização dos questionários às turmas participantes. As informações foram coletadas de forma anônima, de modo que, durante a realização do estudo, os nomes dos participantes não foram citados, sendo os respondentes comu-

Tabela 1 - Dados da amostra

Curso	Professores ativos	Alunos ativos	Alunos nos dois últimos blocos
Administração	8	71	26
Ciências Contábeis	8	55	31
Direito	17	711	146
Enfermagem	17	512	186
Pedagogia	8	115	50
Total	58	1464	439

Fonte: dados da pesquisa (2022).

Tabela 2. Escala Likert utilizada

Discordo Totalmente	Discordo	Neutro	Concordo	Concordo Totalmente
1	2	3	4	5

Fonte: dados da pesquisa (2022).

Tabela 3. Questionário utilizado

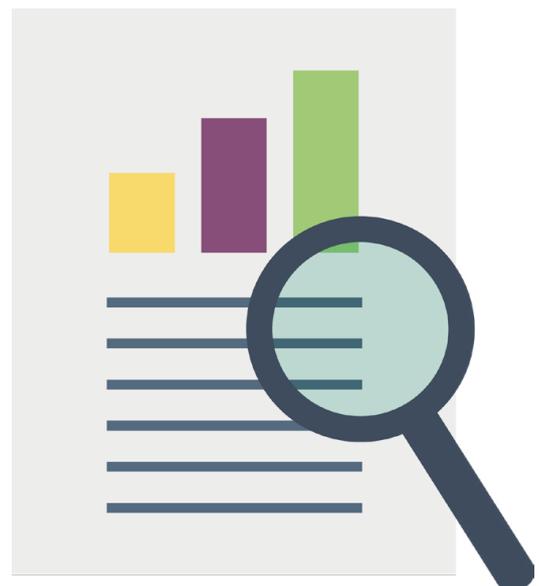
Questionário Utilizado
Qual sua faixa etária?
Qual seu sexo?
Você é docente ou discente?
Qual seu curso de graduação ou curso em que desenvolve a atividade docente?
Considero que meus conhecimentos sobre métodos de controle de finanças são bons?
Ao longo da vida fui ensinado sobre finanças na escola e/ou na faculdade?
Considero que a educação financeira é muito importante?
Possuo controle dos meus gastos financeiros?
Tenho conhecimento sobre o mercado financeiro de investimentos?
Utilizo meu dinheiro e, caso queira, consigo realizar investimentos?
Já realizei investimentos?
Recebi orientações e utilizo planejamento para realizar investimentos?
Durante o investimento, já consegui retorno sobre a aplicação realizada?
A educação financeira auxiliou durante os investimentos realizados?
Teria interesse em participar de projetos voltados para educação financeira voltada para investimentos na universidade?

Fonte: dados da pesquisa (2022).

nicados sobre a confiabilidade dos dados.

A escala Likert foi utilizada para que os participantes pudessem classificar suas opções a partir de um método científico facilitador. Portanto, eles utilizaram as seguintes classificações (Tabela 2).

Além disso, foram feitos 15 questionamentos, sendo 4 para conhecer o perfil dos participantes e 11 direcionados ao objetivo do estudo (Tabela 3).



4. Análise e Discussão dos Dados

4.1 Análise dos Dados

Por meio do questionário aplicado aos participantes dos cursos da pesquisa, foram obtidas 53 respostas, o que possibilitou que fossem desenvolvidas tabelas e gráficos demonstrativos dos dados coletados, seguidos de uma análise discursiva e individual para cada questionamento realizado. Foi observado que, das 53 respostas, 32 se encontram na faixa etária entre 16 a 25 anos de idade, com 9 participantes com idade entre 26 e 35 anos, enquanto 8 estão no grupo de 36 a 45 anos, 3 estão no grupo de 46 a 55 anos e apenas 1 está no grupo acima de 55 anos.

Em relação ao gênero, 26 dos participantes se identificaram com o gênero feminino, enquanto 27 participantes se identificam com o gênero masculino. Observa-se que o gênero masculino é predominante entre os estudantes que responderam à pesquisa. Em relação ao perfil dos participantes, foram obtidas 39 respostas dos discentes, enquanto foram obtidas 14 respostas dos docentes. Já com relação aos cursos, os respondentes seguem da seguinte maneira: Administração – 8 respostas, Ciências Contábeis – 18 respostas, Direito – 7 respostas, Enfermagem – 14 participantes e Pedagogia – 6 participantes.

A partir dos questionamen-



Tabela 4 - Perfil dos participantes

Nomenclatura	Dados e Informações	% dos participantes
Faixa etária	16 a 25 anos	60,40%
	26 a 35 anos	17%
	36 a 45 anos	15,00%
	46 a 55 anos	5,70%
	Acima dos 55 anos	1,90%
Gênero	Masculino	50,90%
	Feminino	49,10%
	Prefiro não dizer	0
Participante	Discente	73,60%
	Docente	26,40%
Curso de graduação ou atuante	Administração	15,10%
	Ciências Contábeis	34,00%
	Direito	13,20%
	Enfermagem	26,40%
	Pedagogia	11,30%

Fonte: dados da pesquisa (2022).

tos específicos do estudo, a primeira afirmativa é sobre considerarem que os conhecimentos sobre métodos de controle de finanças são bons. Como resultado, foi possível observar que 5,7% dos estudantes discordam, 45,3% não concordaram, 45,3% não concordaram, enquanto 32,1% concordam e 17% concordam totalmente.

A próxima afirmativa busca identificar se os participantes em algum momento foram ensinados sobre finanças na escola ou na faculdade. O resultado obtido foi que 24,5% discordam totalmente da afirmativa, 24,5% também discordam, evidenciando que 49% afirmam que não foram ensinados sobre o assunto ao longo de suas vidas. Enquanto 15,1% foram neutros na afirmativa, 18,9% concordaram e 17% concordam totalmente. A ter-

ceira afirmativa questiona sobre a importância da educação financeira, não houve respostas que discordam totalmente ou que discordam, enquanto que 1,9% está neutro, 3,8% concordam e 94,3% concordam totalmente.

A quarta afirmativa questiona os participantes sobre o controle que possuem sobre suas finanças, enquanto 11,3% discordam sobre ter controle das suas finanças, 28,3% estiveram neutros com a afirmativa, 28,3% concordam e 32,1% concordam totalmente sobre ter controle dos gastos financeiros. A quinta afirmativa questiona sobre os participantes terem conhecimentos acerca do mercado financeiro, enquanto 22,6% discordam totalmente e 15,1% discordam quanto a possuírem conhecimento sobre o mercado financeiro, 28,3% estiveram neutros na afirmativa, 20,8% concordam e 13,2% concordam totalmente afirmando que possuem conhecimento sobre o tema. Na sexta afirmativa, é questionado sobre a possibilidade de investimento dentro do orçamento dos pesquisados, 22,6% discorda totalmente, 15,1% discorda, enquanto 30,2% estiveram neutros na afirmativa, 24,5% concordam e 7,5% concordam totalmente.

“Na análise dos dados coletados, em um primeiro momento, foi observado que o público participante da pesquisa é majoritariamente jovem, dos 16 aos 25 anos, embora seja notada a presença de participantes de todos os grupos etários.”

A sétima afirmativa questiona se os participantes já realizaram investimentos, 30,2% discordam totalmente, enquanto 15,1% discordam; 17% estiveram neutros na afirmativa, enquanto 15,1% concordam e 22,6% concordam totalmente. Ainda sobre investimentos, na afirmativa sobre terem recebido orientações ou terem utilizado algum planejamento para investirem, 37,7% discordam totalmente e 17% discordam, enquanto 15,1% estiveram neutros na afirmativa, 20,8% concordam e 9,4% concordam totalmente. A nona afirmativa diz respeito aos retornos sobre investimentos realizados, enquanto 37,7% discordam totalmente, 17% discordam. Com relação às respostas neutras, foram obtidas 15,1%, enquanto 7,5% concordam e 22,6% concordam totalmente.

A décima afirmativa diz respeito ao auxílio que a educação financeira recebida proporcionou durante os investimentos, enquanto 35,8% discordam totalmente, 9,4% discordam e 13,2% estiveram neutras. No entanto, 24,5% concordam e 17% concordam totalmente que a educação financeira auxiliou durante os investimentos realizados.

Com relação ao interesse em participar de futuros projetos na universidade voltados para a educação financeira, 1,9% discorda total-

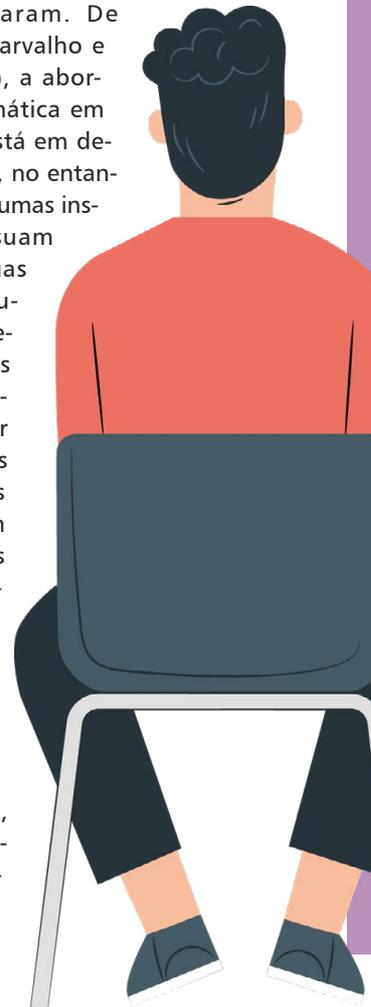
mente e 1,9% discorda. Já 17% estiveram neutros, 20,8% concordam e 58,5% concordam totalmente em participar de projetos relacionados ao mercado financeiro.

4.2 Discussão dos Dados

Na análise dos dados coletados, em um primeiro momento, foi observado que o público participante da pesquisa é majoritariamente jovem, dos 16 aos 25 anos, embora seja notada a presença de participantes de todos os grupos etários. Com relação aos participantes, os do sexo masculino foram maioria, no entanto, observa-se participação do sexo feminino, visto que a diferença entre ambos se deu por apenas uma resposta; além disso, foram 39 discentes e 14 docentes, sendo identificado o engajamento dos participantes na pesquisa e com a temática.

Quanto às questões específicas do estudo, na primeira assertiva, 26 afirmaram ter bons conhecimentos sobre métodos de controle de finanças, enquanto 24 estiveram neutros na afirmativa, não concordando nem discordando. Em contrapartida, apenas 3 respondentes afirmaram não possuir bom conhecimento sobre o tema. Já na segunda afirmativa, que trata dos ensinamentos sobre finanças na escola e/

ou na faculdade, as respostas foram distribuídas, 26 afirmam não terem sido ensinados, enquanto 19 afirmam que obtiveram o ensinamento ao longo da vida. Já com relação aos neutros, 8 não concordaram nem discordaram. De acordo com Carvalho e Scholz, (2019), a abordagem da temática em sala de aula está em desenvolvimento, no entanto, embora algumas instituições possuam o tema em suas grades curriculares, os conteúdos aplicados ainda não conseguem atender às demandas necessárias dos alunos. Com isso, outros meios são utilizados para o aprendizado do tema, como internet, propagandas, televisão, revistas, entre outros recursos (CORDEIRO; COSTA; SILVA, 2018).



No que se refere à importância da educação financeira, apenas uma resposta foi neutra, enquanto 52 foram positivas, de modo que os respondentes reconhecem que é necessária uma boa educação financeira para que a cidadania possa ser exercida. Isso porque ela é um fator de grande importância para todos os atores sociais, haja vista que engloba todos os níveis do mercado de finanças (SILVA; RIBEIRO; MOREIRA, 2018), sendo necessária para garantir a segurança financeira, como: despesas básicas, imprevistos, estabilidade e investimentos (KRUGER, 2020).

Já com relação a possuir controle dos gastos financeiros, 6 respostas foram negativas, enquanto 32 foram positivas e 15 neutras. Desse modo, é possível identificar que grande parte dos participantes controlam, de alguma maneira, suas finanças, indo de encontro ao que foi ensinado ao longo de suas vidas, no entanto, é necessário observar as respostas sobre a falta de controle financeiro, visto que muitas famílias

assumem compromissos sem a devida clareza e sem informações sobre os riscos (CARVALHO; SCHOLZ, 2018), uma vez que os indivíduos que não possuem interesse em buscar conhecimentos básicos sobre a área dificilmente estarão financeiramente saudáveis (POYARES; POEYS; PUSSIARELI, 2015).

Na afirmativa sobre conhecimento do mercado de financeiro de investimentos, 20 respostas foram negativas, enquanto 18 foram positivas e 15 neutras, evidenciando que a maior parte dos participantes ainda não conhecem o mercado financeiro. Essa falta de conhecimento sobre o assunto se dá devido à necessidade de as instituições de ensino e os governantes inserirem a temática em sala de aula, de modo que facilite a compreensão do tema (BRAIDO, 2014) (CAMPARA et al., 2016) (DIETRICH e BRAIDO, 2016). Já com relação à possibilidade de realizar investimentos com o orçamento mensal, 20 respostas foram negativas e 17 positivas, enquanto os neutros foram 16, sendo identificado que a maior parte dos respondentes não conseguem ajustar ao orçamento mensal a possibilidade de investimentos, corroborando o que afirma Santos; Gresele e Walter, (2021 p. 2) os quais apontam que “o dinheiro que se tem em mãos só serve para o pagamento de dívidas, e os investimentos não vão além de comprar bens, como carro e casa”. Além disso, a falta de educação financeira no ambiente escolar da nossa sociedade demonstra grande dificuldade que o brasileiro possui de controlar suas finanças, o consumo, a falta de economia e a inexistência do hábito de investir (GELINGER; KAISER, 2022).

Já na afirmativa sobre a realização de investimentos em algum momento de suas vidas, 24 respostas foram negativas, enquanto 20 foram positivas e 9 neutras. Embora os respondentes afirmem possuir conhecimento sobre o mercado de finanças, a afirmativa vai de encontro ao que foi identificado na anterior, que é a indisponibilidade de recursos para a realização de investimentos. São vários os motivos para a falta de investimentos, entre eles é possível destacar que parte das pessoas possuem dívidas e não conseguem economizar, não há dinheiro disponível para investimentos e que ainda pouco se fala sobre investimentos, sendo quase inexistente a cultura de investir (GELINGER; KAISER, 2022).

No que se refere à afirmativa sobre orientações recebidas e planejamento para realização e investimentos, 29 respostas foram negativas, 16 foram positivas e 8 neutras; enquanto na afirmativa sobre o retorno em aplicações realizadas, 29 respostas foram negativas, 16 positivas e 8 neutras, o que confirma que é necessário difundir o pensamento sobre as finanças e o mercado financeiro para a população, sendo ainda mais necessário que haja conhecimento e preparo durante a realização de investimentos, uma vez que a maioria dos respondentes afirmaram não ter tido retorno. A falta de orientação durante investimentos é corroborada por Carvalho e Scholz (2018), visto que as ações desenvolvidas no mercado de finanças, por vezes, é impulsiva, como em investimentos impulsivos, e acarreta dívidas não programadas devido ao mau uso dos recursos financeiros. Tendo em vista que boa parte dos participantes afirmam não ter tido orientações durante o investimento realizado, na afirmativa sobre a educação financeira ter auxiliado durante os investimentos, 24 respostas foram negativas, 22 positivas e 7 neutras, sendo percebido que a falta de conhecimento e de orientação afetou os resultados obtidos no investimento.



Com relação ao interesse em participar de projetos voltados para o mercado de finanças, 2 respostas foram negativas, 42 foram positivas e 9 neutras, sendo evidenciado que, embora alguns respondentes afirmem que foram orientados e que possuem conhecimento sobre o mercado de finanças, existe ainda o interesse em participar de projetos relacionados ao tema, a fim de agregar e de adquirir mais conhecimento. Nas universidades, a evolução do assunto é um grande suporte para alavancar o indivíduo enquanto profissional intelectual, pois isso facilitará seu aprendizado sobre conceitos mais complexos do tema durante a vida acadêmica (CARVALHO e SCHOLZ, 2018), sendo necessário que esse esteja presente em todos os cursos, uma vez que os alunos que possuem conhecimento sobre o tema preocupam-se em controlar e em administrar suas rendas, organizando de maneira eficiente seus gastos (POYARES; POEYS; PUSSIARELI, 2015).

Para responder à pergunta norteadora: **Qual o papel da educação financeira na tomada de decisões dos atores acadêmicos dos cursos de uma Instituição de Ensino Superior Privada da cidade de Parnaíba, no Estado do Piauí, no que tange aos investimentos no mercado corporativo?**, é preciso compreender que a educação financeira possui papel relevante em toda a vida do cidadão e, principalmente, durante a tomada de decisões no mercado de investimentos, visto o alto risco desse mercado. No entanto, é necessário ressaltar que o tema ainda não é enfatizado nas instituições de ensino, sejam elas de ensino básico ou de ensino superior.

É necessário maior enfoque no tema, visto que grande parte dos respondentes entendem a necessidade do assunto e possuem interesse em participar de projetos para aprofundamento de seus co-

nhcimentos. Além disso, percebe-se maior foco no tema com o objetivo de auxiliar a população a exercer atividades financeiras, como o planejamento de gastos, de modo que possibilite também investimentos dentro de seus orçamentos com maior preparo para que seja possível a obtenção de retorno. No entanto, é necessária maior abrangência do tema tanto no ensino básico, para que seja criada a cultura de planejamento, como no ensino superior, a fim de que o tema seja ainda mais enfatizado.



5. Considerações Finais

O presente estudo teve como objetivo investigar o papel da educação financeira na tomada de decisões dos atores acadêmicos dos cursos de uma Instituição de Ensino Superior privada na cidade de Parnaíba, no Estado do Piauí, no que tange aos investimentos no mercado corporativo. Por meio da análise e da discussão dos dados, foi possível obter clareza sobre o tema investigado; dessa forma, foi identificado que, embora seja um tema necessário para o dia a dia das pessoas, e educação financeira ainda não está presente em sala de aula e nas universidades.

No que tange ao conhecimento sobre o mercado de investimentos, são necessários maiores investimentos no conhecimento fornecido aos docentes e aos discentes. Isso se verifica, pois, embora eles realizem investimentos, percebeu-se a alta quantidade de respostas no que se refere à falta de retorno sobre o investimento realizado, o que

podeo ser explicado pela afirmativa que obteve respostas ao enfatizar que não houve auxílio ou planejamento durante o processo de investimento. Foi possível identificar que os docentes e os discentes informam possuir controle sobre os gastos e possuem interesse no tema, no caso de futuros projetos desenvolvidos na universidade e que envolvam o tema.

Este estudo buscou contribuir com a educação financeira no mercado de investimentos, e evidenciar a necessidade de que o tema seja enfatizado em sala de aula e ao longo da vida de todos, sendo necessário maior apoio por parte das instituições de ensino e do Governo sobre o assunto. Por fim, a pesquisa teve como limitação os cinco cursos pesquisados, visto que poderia abranger toda a instituição. Assim, fica como sugestão uma maior abrangência do tema entre discentes e docentes da instituição e de outras instituições da cidade.

Referências

BORGES, P. R. S. *A influência da educação financeira pessoal nas decisões econômicas dos indivíduos*. Paraná, UEP, p. 15, 2013.

BRAIDO, G. M. *Planejamento financeiro pessoal dos alunos de cursos da área de gestão: estudo em uma instituição de ensino superior do Rio Grande do Sul*. Estudo e Debate, Lajeado, v. 21, n. 1, p. 37-58, 2014.

BRANCO, A. *Matemática financeira aplicada*. São Paulo: Cengage Learning. Ed n. 15, 2016.

BRASIL. *CVM e MEC lançam plataforma para capacitar meio milhão de professores em Educação Financeira*. Disponível em: <<https://www.gov.br/cvm/pt-br/assuntos/noticias/cvm-e-mec-lancam-plataforma-para-capacitar-meio-milhao-de-professores-em-educacao-financeira>>. Acesso em: 10 mai. 2022.

BITTENCOURT, M.; PALMEIRA, E. M. Gestão financeira. *Revista Acadêmica de Economia*, n. 165, 2012.

CAMARGO, C. *Planejamento financeiro pessoal e decisões financeiras organizacionais: relações e implicações sobre o desempenho organizacional no varejo*. Curitiba, 2007. Centro de Pesquisa e Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Paraná, 2007.

CAMPARA, J. P.; VIEIRA, K. M.; COSTA, V. M. F.; SANTOS, F. L. O dilema dos inadimplentes: antecedentes e consequentes do “nome sujo”. *Revista Brasileira de Marketing* (2016).

CARVALHO, L. A.; SCHOLZ, R. H. Se vê o básico do básico, quando a turma rende: cenário da educação financeira no cotidiano escolar. *Revista Brasileira de Gestão e Inovação – Brazilian Journal of Management e Innovation*, v. 6, n. 2, janeiro/abril 2019.

CORDEIRO, N. J. N.; COSTA, M. G. V.; SILVA, M. N. Educação financeira no Brasil: uma perspectiva panorâmica. *Rev. Ensino da Matemática em Debate*, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 69-84, 2018

COSTA, Fernando Nogueira da. *Finanças comportamentais para trabalhadores*. 2010. Disponível em: <<https://fernandonogueiracosta.files.wordpress.com/2021/03/fernando-nogueira-da-costa-financas-comportamentais-para-trabalhadores-2.pdf>>. Acesso em: 8 mai. 2022.

DIETRICH, J.; BRAIDO, G. Planejamento financeiro pessoal para aposentadoria: um estudo com alunos dos cursos de especialização de uma instituição de ensino superior. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, América do Norte, 11, ago. 2016.

FEIJÓ, A. M.; VICENTE, E. F. R.; PETRI, S. M. O uso das escalas Likert nas pesquisas de contabilidade. *Revista Gestão Organizacional*, v. 13, n. 1, p. 27-41, 2020.

FERREIRA, V. R. M. *Psicologia econômica: estudo do comportamento econômico e da tomada de decisão*. Rio de Janeiro: Campus, 2008.

FERREIRA, J. B.; CASTRO, I. M. Educação financeira: nível conhecimentos dos alunos de uma instituição de ensino superior. *Revista de Administração e Negócios da Amazônia*, v. 12, n. 1, jan/abr, 2020.

FINK, Arlene. *How to conduct surveys: A step-by-step guide*. Sage Publications, 2015.

GAMA, B. S.; CORREIA, M. V. Planejamento financeiro pessoal e a importância da gestão dos próprios recursos: um estudo de caso com os estudantes de administração da Faculdade Paraíso do Ceará – FAP-CE. *Revista Científica Semana Acadêmica, Fortaleza*, v. 01, p. 01-14, jul. 2013.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GELINGER, C. T.; KAISER, C. O perfil de investimento dos alunos de administração e gestão comercial da Faccat. *Revista de Administração de Empresas Eletrônica – RAEE*, n. 16, p. 19-43, 2022.

GOMES, A. S.; GOMES, C. R. A. Classificação dos tipos de pesquisa em informática na educação. *Metodologia de pesquisa em informática na educação: concepção da pesquisa*.

HALFELD, M.; TORRES, F. F. L. Finanças comportamentais: aplicações no contexto brasileiro. *Revista de Administração de Empresas – RAE*. v. 41, n. 2, p. 64-71., abr./jun., 2001.

JAQUES, P. A.; PIMENTEL, M.; SIQUEIRA, S.; BITTENCOURT, Ig. (Org.) *Metodologia de pesquisa em informática na educação: concepção da pesquisa*. Porto Alegre: SBC, 2019.

KRUGER, J. M; MATOS, N. B.; OLIVEIRA, E. L. *Finanças pessoais no contexto de pandemia: repensando nossos hábitos*. Manaus, AM: Editora UEA, 2020.

LIZOTE, S. A.; SIMAS, J.; LANA, J. *Finanças pessoais: um estudo envolvendo os alunos de ciências contábeis de uma instituição de ensino superior de Santa Catarina*. In: Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia. IX SEGET 2012. Anais [...] Resende, 2012.

MARTINS, J. P. *Educação financeira ao alcance de todos: adquirindo conhecimentos financeiros em linguagem*. São Paulo: Fundamentos Educacional, 2004.

MASSARO, A. *Como cuidar de suas finanças pessoais*. Brasília, DF: CFA, 2015.

MUSSI, R. F. F. et al. Pesquisa quantitativa e/ou qualitativa: distanciamentos, aproximações e possibilidades. *Revista Sustinere*, v. 7, p. 414-430, 2019.

OECD. *Improving financial literacy: analysis of issues and policies*. Paris: Organization for Economic Cooperation and Development, 2005.

OLIVEIRA, D. C. et al. *Manual como elaborar controles financeiros*. Belo Horizonte: SEBRAE 2013.

ORIENTE, A. C. N.; LIMA, L. L. F.; RIBEIRO, A. J. M. *Como as famílias utilizam a educação financeira*. Anais do Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, v. 1, p. 1-16, 2015.

PARANHOS, R. et al. Corra que o survey vem aí: noções básicas para cientistas sociais. *Revista Latinoamericana de Metodología de la Investigación Social*, Buenos Aires, n. 6, p. 7-24, mar. 2013.

PIRES, V. *Finanças pessoais fundamentos e dicas*. Piracicaba: Editora Equilíbrio, 2007.

POYARES, A.A.; POEYS, L. A. M.; PUSSIARELI, D. A. F.; *Finanças pessoais: uma pesquisa descritiva a respeito da aplicação de instrumentos financeiros entre a comunidade acadêmica no Centro Universitário São José de Itaperuna/RJ*. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Administração) – Centro Universitário São José de Itaperuna. Orientadora: Danielle Alves Fortuna Pussiareli. 2015.

RADAELLI, F. *Estudo sobre as finanças pessoais dos alunos de ciências contábeis de uma instituição de ensino superior do Vale do Taquari*. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade do Vale do Taquari – Univates, Lajeado, 2018.

ROCHA, K. V.; DIAS, L. F. O. B. *Percepção do graduando de educação física em relação às áreas de atuação*. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Educação Física) – Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos. Orientadora: Lorena Cruz Resende. 2020

SILVA, W. V. et al. Finanças comportamentais: análise do perfil comportamental do investidor e do propenso investidor. *Revista Eletrônica de Ciência Administrativa – RECADM*. v. 7, n. 2, p. 1-14. 2008.

SOUSA, A. F.; TORRALVO, C. F. *A gestão dos próprios recursos e a importância do planejamento financeiro pessoal*. In: VII SEMEAD – Seminários em Administração, 2004, São Paulo. Anais do VII SEMEAD, 2008.

STEIGER, G. A.; BRAIDO, G. M. *Finanças pessoais na adolescência: conhecimento financeiro dos estudantes de ensino médio das escolas Públicas da Comarca de Arroio do Meio/RS*. In: SIMPOI – Simpósio de Administração da Produção, Logística e Operações Internacionais, São Paulo. 2016.



Artigo Convidado

Percepção empreendedora acerca do sucesso de pequenas empresas

Esta pesquisa teve como objetivo identificar, com base na visão dos próprios empreendedores, a intensidade dos elementos do sucesso empreendedor percebidos e o papel do contador no apoio à gestão e à geração do sucesso de pequenas empresas. Metodologicamente, trata-se de pesquisa exploratória, realizada por meio de *survey*, com aplicação de questionário respondido por 102 empreendedores. Os resultados obtidos indicaram que o elemento balizador do sucesso encontra-se no âmbito da subjetividade do empreendedor, em que cada indivíduo possui personalidade própria e, conseqüentemente, motivações diferentes para empreender, o que certamente também provoca percepções diferentes acerca do que melhor mede o sucesso. Conclui-se que, na visão dos empreendedores pesquisados, o sucesso é mensurado majoritariamente pelas medidas operacionais não financeiras. Adicionalmente, quando instigados, reconhecem o auxílio da contabilidade como elemento que coopera para o sucesso. Este estudo contribui para o estudo do empreendedorismo ao inserir a contabilidade nesse contexto multidisciplinar e os resultados encontrados contribuem para a formação de uma literatura mundial sobre o tema, podendo ser utilizados na formação de políticas públicas e parcerias para o desenvolvimento do empreendedorismo no Brasil.

Marcia Athayde Moreira

Professora e pesquisadora da Universidade Federal do Pará, editora-chefe da Revista *Parense de Contabilidade*. É doutora em Contabilidade pela USP.

E-mail: mathayde@ufpa.br

Jorge Guilherme Rodrigues Braga

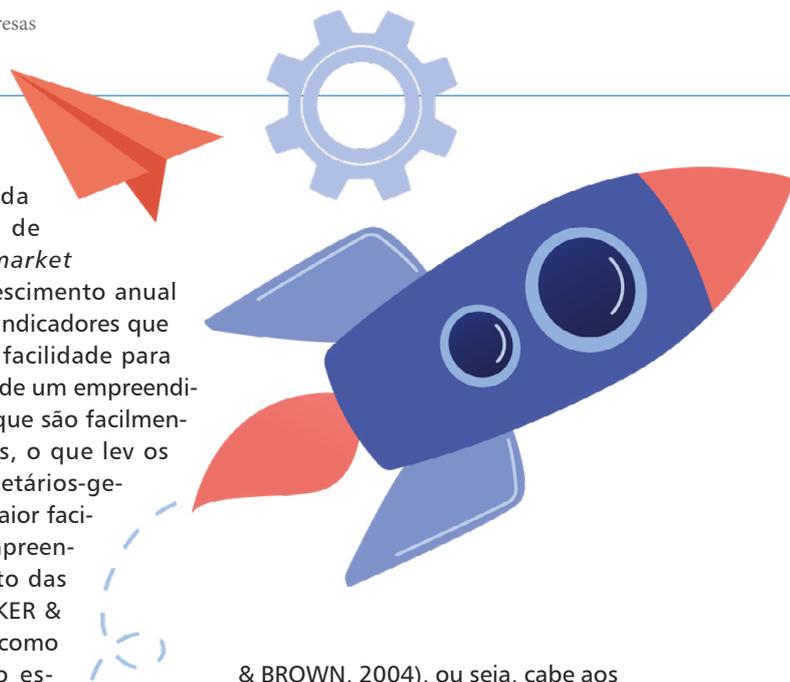
Contador. Analista de Compliance Trabalhista. É graduado em Contabilidade pela UFPA.

E-mail: jgui.rodrigues@hotmail.com

Israna Mikaela Corrêa de Souza

Analista Contábil na empresa Prefil Consultoria Ltda. É graduado em Contabilidade pela UFPA.

E-mail: isranamc@gmail.com



1. Introdução

A literatura presente sobre assuntos como mensuração e percepção de sucesso em pequenas empresas apresenta diferentes percursos, sendo que pairam sobre dois grandes grupos: medidas financeiras e medidas operacionais não financeiras (DOBROVIC, LAMBOVSKA, GALLO & TIMKOVA, 2018). Na academia, existe a predominância de trabalhos que se baseiam nos aspectos financeiros surgindo, assim, a oportunidade de realizar novas pesquisas voltadas para as questões mais subjetivas de como medir o sucesso em pequenas empresas (WALKER & BROWN, 2004; AHMAD & ZABRI, 2016).

A definição de pequena empresa varia, uma vez que há diversos meios de se classificar, por exemplo: número de funcionários (SEBRAE, 2013) e valor da receita (Lei Complementar n.º 123, 2006), que são meios objetivos de identificação. De outra forma, Carland, Hoy, Boulton e Carland (1984) ofereceram uma classificação clássica para as pequenas empresas, assim descritas como aquelas comandadas por proprietários que criam e gerenciam um empreendimento com o objetivo de aprofundar metas pessoais; além disso, tal empreendimento deve ser a fonte primária de renda desse indivíduo e ainda consumir de forma majoritária seu tempo e seus recursos. O proprietário deve também considerar seu empreendimento como sendo uma extensão de sua personalidade, ligado intrinsecamente às necessidades e aos desejos de sua família (CARLAND et al., 1984). Em sua definição, percebe-se um contraponto em relação às medidas objetivas de classificação de pequena empresa.

Retomando, medidas financeiras e operacionais não financeiras (doravante apenas operacionais) das organizações, como, por exem-

plo: tamanho da firma, número de funcionários, *market share*, lucro, crescimento anual de receitas, são indicadores que possuem maior facilidade para medir o sucesso de um empreendimento. Isso porque são facilmente quantificáveis, o que lev os gestores, proprietários-gerentes, a uma maior facilidade para compreender o andamento das empresas (WALKER & BROWN, 2004), como apresentado no estudo conduzido por Salinas-Jiménez, Artés & Salinas-Jiménez (2010), no qual se buscavam encontrar os determinantes que afetavam a percepção de sucesso nos empreendedores. Logo, foram descobertos diversos determinantes, cabendo ressaltar um comum à maioria dos casos: o lucro.

No entanto, nesta pesquisa são tratadas outras medidas de cunho mais subjetivo (doravante apenas medidas subjetivas), as quais podem ser tão importantes quanto as medidas financeiras e/ou operacionais, visto que uma das características marcantes das pequenas empresas é a de que seus proprietários encontram-se inclusos na cadeia de produção (WALKER & BROWN, 2004; REIJONEN & KOMPPULA, 2007) e, desse modo, influenciam diretamente o sistema de gestão de suas empresas (AHMAD & ZABRI, 2016). Assim, os objetivos majoritários dessas organizações, em alguns casos, não são voltados para a obtenção de lucro, expansão da empresa ou aumento no número de empregados, mas para a satisfação desse proprietário-gerente que está satisfeito com a situação que sua empresa se encontra. Desse modo, o que dita quais serão os objetivos e as motivações dentro da empresa é a personalidade ou habilidade do dono na função de gestor (WALKER

& BROWN, 2004), ou seja, cabe aos próprios proprietários definirem o que seria o sucesso empreendedor, para então definir se suas empresas podem ser consideradas de sucesso (REIJONEN & KOMPPULA, 2007).

Nesse sentido, Carree e Verheul (2012) realizaram um estudo no qual buscaram saber quais seriam os determinantes de satisfação de novos empreendedores. Constataram determinantes embasados em medidas subjetivas, que englobam fatores como bem-estar psicológico e tempo livre. Logo, por se tratarem de fatores subjetivos, é comum encontrar empreendedores com diferentes níveis de satisfação, visto que possuem diferentes ambições e metas para seus empreendimentos (CARREE & VERHEUL, 2012).

Um outro componente relacionado ao sucesso empreendedor em pequenas empresas é exposto por Carey e Tanewski (2016), os quais evidenciaram que os profissionais da contabilidade também exercem papel fundamental para o sucesso empreendedor, por meio da geração de informações para tomada de decisão e acompanhamento dos resultados, com transferência de conhecimento e aconselhamento gerencial pessoal e profissional (BENNETT & ROBSON, 2005; CAREY, 2015; KIRSTEN, VERMAAK & WOLMARANS, 2015; BLACKBURN, CAREY & TANEWSKI, 2018).

“A definição de pequena empresa varia, uma vez que há diversos meios de se classificar, por exemplo: número de funcionários (SEBRAE, 2013) e valor da receita (Lei Complementar n.º 123, 2006), que são meios objetivos de identificação.”

Desse modo, há uma lacuna de pesquisa no Brasil acerca de quais são os elementos que denotam o sucesso de pequenas empresas, na visão de seus proprietários-gerentes, se financeiros ou não financeiros, se de caráter subjetivo e, ainda, o papel dos contadores nessa trajetória. Tal inquietação levou à realização desta pesquisa, estabelecendo-se a seguinte questão motivadora: **Como os empreendedores percebem o sucesso empreendedor de pequenas empresas?**

Por conseguinte, esta pesquisa teve como objetivo identificar, com

base na visão dos próprios empreendedores, a intensidade dos elementos do sucesso empreendedor percebidos e o papel do contador no apoio à gestão e à obtenção do sucesso de pequenas empresas.

O presente estudo se justifica em três instâncias: para a sociedade, devido à importância e à representatividade das pequenas empresas no Brasil, pois, de acordo com os dados que constam no Data Sebrae (2020), a quantidade de pequenas empresas alcançou, neste ano, a marca de 17.293.316, com crescimento significativo em registros de abertura, que, no ano de 2021, foram mais de 3,9 milhões de empreendimentos (SEBRAE, 2022); para a academia, pela oportunidade de se abranger um assunto pouco explorado no contexto brasileiro e da contabilidade no Brasil e, assim, gerar novos conhecimentos e novas perspectivas de análise, capazes de conduzir novas pesquisas e políticas de apoio ao

desenvolvimento empreendedor; e, por fim, para os próprios empreendedores, pois, ao instigar o sucesso empresarial, cria-se a oportunidade para que os empreendedores reavaliem a gestão de seus negócios, sua noção de sucesso e as ações decorrentes das reflexões realizadas.

2. Revisão de Literatura

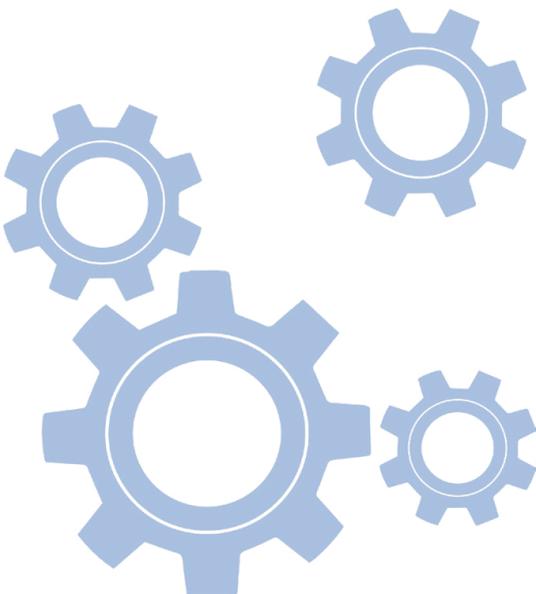
2.1 Medidas Operacionais Financeiras e não Financeiras e Medidas Subjetivas como Parâmetro para a Avaliação do Sucesso Empreendedor

Reijonen e Komppula (2007) retratam as relações existentes entre as medidas financeiras e operacionais não financeiras e medidas subjetivas com o sucesso de pequenas empresas, além de exemplificar como essas medidas podem ser vistas e afetadas por seus próprios indicadores, conforme demonstrado na Figura 1.

Figura 1 - Elementos de medição e seu reflexo no desempenho e sucesso de pequenas empresas

Elementos	Desempenho	Sucesso
Medidas financeiras e operacionais não financeiras.	Eficiência operacional, lucro, valor de mercado.	Crescimento, aumento no número de funcionários, lucro.
Medidas Subjetivas.	Tempo, flexibilidade, qualidade.	Autonomia, satisfação no trabalho, habilidade de balancear família e trabalho.

Fonte: adaptada de Reijonen e Komppula (2007).



Observa-se que, em relação ao crescimento de uma pequena empresa, não há uma definição concreta quando se olha de forma subjetiva, desse modo, cabe ao empreendedor a percepção do que admitiria ser o crescimento esperado para a empresa. Nesse caso, Reijonen e Komppula (2007) observam que a percepção de crescimento é afetada por características pessoais, metas e motivações do empreendedor, entre outros fatores, como aspectos setoriais e locais. Além disso, o desempenho é afetado pela personalidade do empreendedor, oportunidades aproveitadas, capacidade de inovação e planejamento, sucesso conferido a partir da estrutura do setor e competitividade, decisões e objetivos empresariais, relações entre funcionários, treinamento, cultura organizacional e educação (Reijonen & Komppula, 2007).

Esses achados exemplificam a trama que se forma entre elementos objetivos e subjetivos que de-

notam o sucesso empreendedor e, neste sentido, cabe avaliar de forma mais detalhada cada elemento, iniciando pelas medidas financeiras, dada a tradição em medir o sucesso por meio dessas.

2.2 Medidas Operacionais Financeiras

As medidas financeiras de uma empresa eram tidas como as principais fontes de indicação do sucesso empresarial (WALKER & BROWN, 2004; AHMAD & ZABRI, 2016). Podem-se destacar a rentabilidade, o crescimento da receita e dos resultados (lucro) como sendo as mais utilizadas para a determinação de sucesso, com destaque para a medição por meio da rentabilidade (WALKER & BROWN, 2004; SALINAS-JIMÉNEZ et al., 2010; CARREE & VERHEUL, 2012), uma vez que tais indicadores podem ser facilmente identificados e extraídos das demonstrações contábeis e de outros materiais contábeis de apoio, quantificados e compreendidos por seus proprietários-gerentes (GERBA & VISWANADHAM, 2016). Outros exemplos de indicadores financeiros são: rotação do

ativo, alavancagem, endividamento total, imobilização do patrimônio líquido e índices de liquidez (RIBEIRO, MACEDO & MARQUES, 2012), obtidos a partir da prestação de serviço tradicional da contabilidade (CAREY, 2015).

A despeito da importância da utilização de medidas financeiras para retratar o sucesso empreendedor, o desenvolvimento de outras formas de medição operacional não financeira para o sucesso é fundamental, na medida em que incluir ações de cunho mais qualitativo pode equilibrar os resultados financeiros e favorecer uma visão mais abrangente do resultado da organização. Sobota e Peljhan (2012) observam que as críticas ao foco estritamente financeiro às medidas de desempenho tradicionais despertaram o interesse para a inclusão de indicadores operacionais não financeiros, quantitativos ou qualitativos, nas medições de desempenho.

2.3 Medidas Operacionais não Financeiras

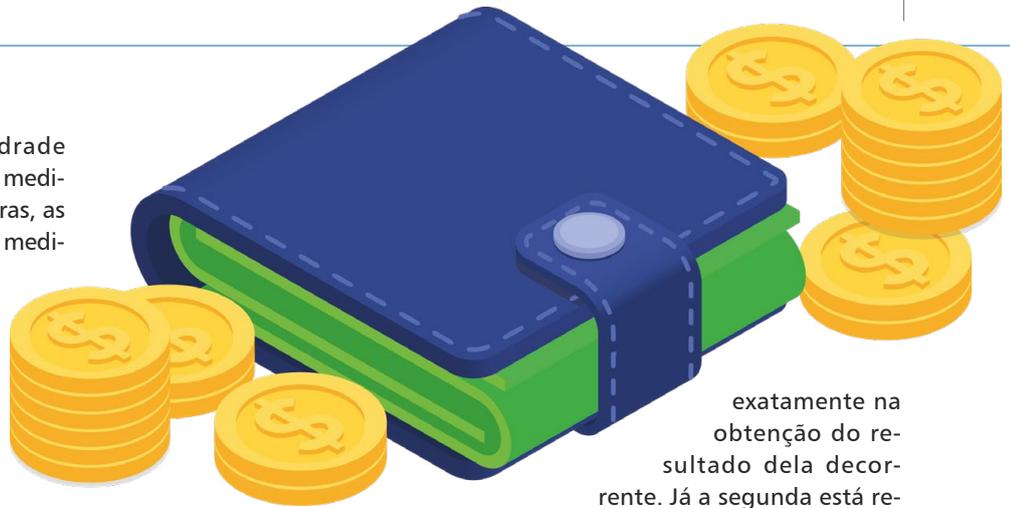
A utilização de medidas operacionais não financeiras para a mensuração do sucesso em pequenas empresas é considerada contemporânea, devido ao fato de as noções de sucesso empresarial serem associadas majoritariamente às medidas financeiras (AHMAD & ZABRI, 2016; DOBROVIC et al., 2018). No entanto, mais uma vez se ressalva que a utilização de medidas não financeiras torna possível que a mensuração do sucesso da empresa seja realizada em uma dimensão mais ampla e abrangente, já que fatores como a produtividade, medida em seus vários vetores, também são bons evidenciadores do sucesso em pequenos empreendimentos (GERBA & VISWANADHAM, 2016).



Callado, Callado e Andrade (2008) elencam exemplos de medidas operacionais não financeiras, as quais podem ser úteis para a medição do desempenho e do sucesso em pequenas empresas: evolução do número de clientes, evolução do número de funcionários, fidelização dos clientes, investimentos em capacitação de pessoal, número de reclamações e/ou elogios, participação de mercado, tempo de atendimento ao cliente, volume de vendas.

Cabe ressaltar que as medidas não financeiras de medição começaram a ser fortemente utilizadas a partir da década de 90 do século XX, com a divulgação da metodologia *Balanced Scorecard* (Kaplan & Norton, 1997), ao introduzir a análise de processos, de clientes e do desenvolvimento do capital humano da empresa. A exemplo disso, podem ser citadas a capacitação dos funcionários, a qualidade dos processos de produção e a satisfação dos clientes. Destaca-se que indicadores não financeiros se correlacionam, de modo que a melhoria de um indicador impacta diversos outros, o que agrega valor à empresa (KAPLAN & NORTON, 1997).

Assim, de modo geral, a avaliação do desempenho e a medição do sucesso empreendedor são mensuradas pelas medidas operacionais financeiras e não financeiras. Mas, como já foi argumentado, quando se trata de pequenos empreendimentos, com suas características peculiares (CARLAND et al., 1984), outros elementos representativos do sucesso vêm sendo discutidos na literatura (WALKER & BROWN, 2004; REIJONEN & KOMPPULA, 2007), tais como autonomia, satisfação pessoal e orgulho no trabalho ou capacidade de equilibrar família e trabalho (SALINAS-JIMÉNEZ et al., 2010; CARREE & VERHEUL, 2012; RANI & DESIANA, 2019).



2.4 Medidas Subjetivas do Sucesso Empreendedor

Entre os fatores que influenciam a percepção de sucesso pelos empreendedores destaca-se a satisfação que seus proprietários-gerentes possam ter em relação ao andamento de suas empresas. Carree e Verheul (2012) evidenciam três tipos de satisfação que afetam os empreendedores, sendo dois relacionados a características pessoais: bem-estar psicológico, tempo livre e renda (lucros), sendo que a satisfação com o rendimento (lucros) é o de maior peso, uma vez que está diretamente ligado aos motivos que levaram esse empresário a constituir sua empresa. Logo, o nível de satisfação de cada um desses elementos será diferente, devido às diferentes motivações para a constituição do empreendimento, seja visando possuir uma flexibilidade maior de horas de trabalho, mesclar as responsabilidades que possuem com sua família com seu trabalho ou mesmo desenvolver sua empresa até que atinja o nível financeiro desejado (CARREE & VERHEUL, 2012).

Em outro estudo, Salinas-Jiménez et al. (2010) categorizam essas motivações em dois grupos: motivações intrínsecas e motivações extrínsecas. A primeira se caracteriza por ser baseada nos princípios que o empreendedor possui. Logo, sua satisfação está na realização da atividade proposta e não

exatamente na obtenção do resultado dela decorrente. Já a segunda está relacionada aos fins que objetiva ao realizar sua atividade. Logo, essas motivações são relacionadas às recompensas que possam ser adquiridas, incluindo as financeiras. Rani e Desiana (2019) confirmaram que a motivação intrínseca e o equilíbrio entre vida profissional e pessoal influenciaram positivamente no comprometimento afetivo do empreendedor, e a motivação intrínseca apresentou impacto positivo no desempenho de pequenas empresas.

Dentro desse conjunto de medidas que denotam o desempenho empresarial e a percepção dos empreendedores, proprietários-gerentes de pequenos negócios, cabe destacar o papel da contabilidade, notadamente na pessoa do profissional da contabilidade, pela oportunidade de fornecer elementos informativos e de aconselhamento, fundamentais para a medição do desempenho e o acompanhamento do desenvolvimento do empreendimento. O profissional da contabilidade atua não somente na geração de informações para tomada de decisão, medição do desempenho e acompanhamento dos resultados do negócio, mas também na transferência de conhecimento e aconselhamento pessoal e PROFISIONAL (MATIAS & MARTINS, 2012; CAREY, 2015; KIRSTEN, VERMAAK & WOLMARANS, 2015; BLACKBURN, CAREY & TANEWSKI, 2018), tornando-se parte da estrutura do sucesso de pequenos negócios.

2.5 Aconselhamento Gerencial por Contadores

A contabilidade e seus produtos são instrumentos que podem ser utilizados pelos proprietários de pequenas empresas, a fim de melhor gerirem seus negócios. No entanto, de modo geral, pequenos empreendedores não possuem capital suficiente para contratar um profissional da contabilidade exclusivo para a empresa e, por conseguinte, contratam profissionais externos ou terceirizados (CAREY, 2015). Todavia, os profissionais da contabilidade terceirizados, muitas vezes, fazem apenas os serviços cuja responsabilidade é normativa (elaboração de relatórios contábeis e exigências fiscais), o que faz com que sua presença na empresa seja associada apenas a alguém que mostra se a empresa lucrou, teve prejuízo ou o quanto de imposto ela tem de pagar (CAREY & TANEWSKI, 2016).

Nesse contexto, Carey (2015) destaca as empresas que podem requerer um contador consultor, a fim de prover benefícios, uma vez que esse pode verificar de maneira impessoal o andamento da empresa, a relação que ela possui com seus funcionários, clientes e fornecedores, entre outros aspectos. Visto isso, a contabilidade se mostra como um dos mecanismos mais populares que os proprietários-gerentes têm à sua disposição para ajudar na gestão de suas empresas (BLACKBURN & JARVIS, 2010).

Outro fator abordado por Blackburn, Carey & Tanewski (2018) drawing upon Mayer, Davis and Schoorman's (1995) é a confiança que os empreendedores possuem em seus contadores. Tal confiança pode ser mensurada pela longevidade da relação entre as partes, uma vez que quanto maior for o seu tem-

Figura 2 - Elementos indicadores do sucesso empreendedor.

Item de análise	Indicadores	Autores de base
Medidas Financeiras	Rentabilidade, aumento dos lucros, aumento das receitas.	Walker e Brown 2004, Salinas-Jiménez et al., 2010; Carree e Verheul, 2012; Ribeiro, Macedo e Marques, 2012, Ahmad e Zabri, 2016; Gerba e Viswanadham, 2016.
Medidas Operacionais Não Financeiras	Evolução de clientes, número de funcionários, capacitação de pessoal, participação de mercado, volume de vendas.	Kaplan e Norton, 1997; Callado, Callado e Andrade, 2008; Sobota e Peljhan, 2012; Gerba e Viswanadham, 2016.
Medidas Subjetivas	Satisfação pessoal com o trabalho, flexibilidade, cumprimento de objetivos, bem-estar psicológico, tempo de lazer.	Salinas-Jiménez et al., 2010; Carree e Verheul, 2012; Rani e Desiana, 2019.
Aconselhamento Gerencial por Contadores	Relatórios contábeis tradicionais e gerenciais, suporte à gestão, aconselhamento gerencial e pessoal, confiança.	Blackburn e Jarvis, 2010; Carey, 2015; Kirsten, Vermaak e Wolmarans, 2015; Blackburn, Carey e Tanewski, 2018; Bennett e Robson, 2005.

Fonte: organizada pelos autores, 2022.

po de relação, maior será a confiança do empreendedor no seu profissional contábil, sendo a recíproca também verdadeira. Assim, se estabelece o acompanhamento da contabilidade como um elemento que contribui para o sucesso empreendedor. A Figura 2 apresenta um resumo dos quatro eixos de análise do sucesso empreendedor.

Como observado na revisão de literatura, os elementos estão divididos entre medidas financeiras e operacionais não financeiras e medidas subjetivas, com destaque para o estudo do papel do profissional da contabilidade na formação do sucesso de empreendedores.

Assim, como principais indicadores financeiros utilizados para medir o sucesso empresarial, podem-se exemplificar a rentabilidade e o crescimento de vendas e resultados. Por outro lado, indicadores não financeiros para medição do sucesso são traduzidos, por exemplo, em aumento do número de empregados, clima e expansão da empresa. A lacuna teórica trazida nesta pesquisa é a análise de indicadores subjetivos para a medição do sucesso, como satisfação pessoal, bem-estar e qualidade de vida, elementos significativos na medição do sucesso de pequenas empresas, haja vista suas características.

Nesse entendimento, destaca-se o papel da contabilidade no suporte ao sucesso empreendedor, contadores interessados em fornecer suporte à gestão, além dos serviços tradicionais exigidos pela normatização contábil e fiscal, notadamente na configuração de uma relação de longo prazo de confiança e aconselhamento gerencial e pessoal.



“A lacuna teórica trazida nesta pesquisa é a análise de indicadores subjetivos para a medição do sucesso, como satisfação pessoal, bem-estar e qualidade de vida, elementos significativos na medição do sucesso de pequenas empresas, haja vista suas características.”

3. Metodologia

Para a classificação da metodologia utilizada nesta pesquisa, foram usadas as taxonomias de Farias Filho e Arruda Filho (2013). Quanto aos objetivos, a pesquisa se caracteriza como exploratória, pelo espaço observado para debate no âmbito nacional. Quanto aos campos do conhecimento, caracteriza-se como multidisciplinar de utilidade social, aproximando a contabilidade do empreendedorismo, com abordagem do problema quali-quantitativa.

Quanto aos procedimentos técnicos, foi realizado o levantamento (*survey*), utilizando-se como instrumento de pesquisa um questionário contendo duas etapas. A primeira etapa com cinco questões de múltipla escolha, para levantamento de dados pessoais do entrevistado. A segunda etapa com 10 assertivas que visam capturar as percepções dos empreendedores e uma questão aberta para receber depoimentos dos empreendedores participantes da pesquisa, sob o seguinte enunciado: “Resumindo em minha concepção pessoal de vida, os elementos que denotam o sucesso de uma pequena empresa são:”. Cabe ressaltar que as 10 assertivas estão baseadas na escala Likert de 1 a 5 pontos, sendo inter-

Figura 3. Agrupamento de assertivas para captura da percepção de sucesso empreendedor.

Item de análise	Assertivas formuladas
Medidas Financeiras	Em minha visão, o lucro é o maior medidor do sucesso de um empreendimento.
Medidas Operacionais Não Financeiras	Considero que a capacidade de expandir a empresa é uma evidência do sucesso empreendedor mais importante do que apresentar grandes lucros. Acredito que a eficiência operacional culmina no sucesso do empreendimento. O aumento do número de empregados é um elemento que denota o sucesso de um empreendimento.
Medidas Subjetivas	A satisfação pessoal que o empreendimento me proporciona é mais importante que o retorno financeiro do empreendimento. A possibilidade de equilibrar as responsabilidades de casa com o empreendimento é um elemento que me satisfaz enquanto empreendedor. A perspectiva de me realizar pessoalmente é essencial para eu me considerar um empreendedor de sucesso.
Aconselhamento Gerencial por Contadores	O auxílio do contador ajuda na tomada de decisão e contribui para uma boa eficiência operacional. Considero que o auxílio que recebo do meu contador é um elemento fundamental para o sucesso do empreendimento. Acredito que, se as rotinas e serviços fundamentais da contabilidade não forem bem executados, pode prejudicar o sucesso do empreendimento.

Fonte: organizada pelos autores, 2022.

pretadas, respectivamente, como: discordo totalmente, discordo, não discordo nem concordo, concordo e concordo plenamente. O questionário de pesquisa encontra-se como apêndice.

As assertivas foram organizadas em grupos que denotam a percepção acerca do sucesso em cada uma das categorias analisadas, como demonstrado na Figura 3.



A amostra da pesquisa é de tipo não probabilística, uma vez que partiu da rede de contatos dos autores, tendo sido aproveitada uma primeira coleta de dados realizada no ano de 2019 (antes da pandemia), e realizada uma nova coleta no ano de 2022, ambas por meio da divulgação em mídia eletrônica do questionário com empreendedores.

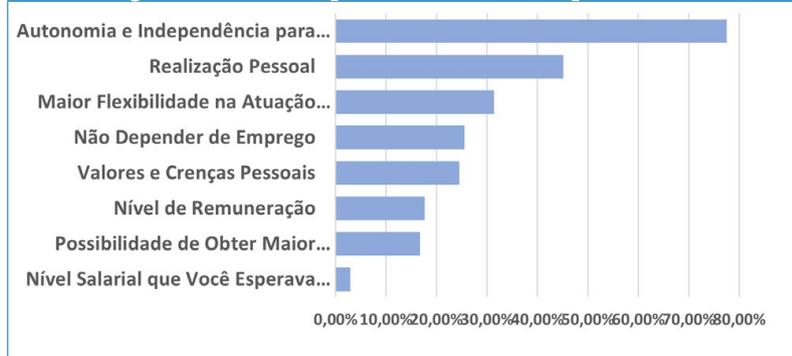
A partir dos resultados obtidos, foram extraídos os percentuais de respondentes em cada item julgado de cada assertiva, a fim de obter as tendências para concordância (ou não) de cada afirmação, trabalhando em grupos de respostas. Após o levantamento individual, foi extraída a média aritmética simples de cada grupo de elementos que denotam o sucesso empreendedor, a recordar: medidas financeiras, medidas operacionais não financeiras, medidas subjetivas que denotam o sucesso e o aconselhamento gerencial de contadores.

Para analisar a tendência foram estabelecidos os seguintes critérios:

- percentual de concordância abaixo de 50% => fraca concordância;
- percentual de concordância entre 50,1% até 75% => concordância moderada; e
- percentual de concordância entre 75,1% até 100% => forte concordância.



Figura 4 - Motivos para se tornar um Empreendedor



Fonte: dados da pesquisa, 2022.

Para a análise qualitativa dos depoimentos recebidos dos empreendedores, primeiramente foi realizada uma nuvem de palavras, e utilizou-se, para isso, o site Wordclouds, acessível no link: <https://www.wordclouds.com/>. Na sequência, foram analisadas as expressões dos depoimentos para complementar a análise e realizar as inferências necessárias.

4. Apresentação e Análise dos Dados da Pesquisa

4.1 Caracterização da Amostra

A partir dos dados obtidos da pesquisa de campo, observou-se que a principal área de atuação foi a de serviço, representada por 48,04% do total de respondentes. Em seguida, encontra-se a área do comércio, com 31,37%; logo após, vem alimentação/entretenimento, com 15,69%; e, em último, está a indústria, com 4,90%. Observou-se também predominância do gênero feminino com 56,9%, contra 40,2% de respondentes do gênero masculino e 2,9% do gênero não binário.

Em relação à idade dos respondentes, foi evidenciado que 70,6% dos respondentes possuem idade entre

30 e 55 anos. Em relação ao tempo de atuação como empreendedor, observou-se um maior número de empreendedores com até 3 anos de atuação no mercado, com o percentual de 39,2% dos respondentes, enquanto 34,3% alegaram ter mais de 8 anos de atuação. Com isso, percebe-se que, apesar do maior volume das respostas serem de empresas recentes que ainda estão se estabilizando no mercado com menos de 3 anos, o segundo grupo com maior número de respostas vem contrapondo, pois possuem tempo de atuação a mais de 8 anos, e já demonstram certa consolidação como empreendedores.

Adicionalmente, foram abordados os motivos que influenciaram os participantes a se tornarem empreendedores. Para isso, foram listadas oito opções de motivação, das quais poderiam ser escolhidas até três, para indicar quais foram os fatores que os incentivaram a seguir o ramo do empreendedorismo, como se apresenta na Figura 4.

Assim, de modo geral, pode-se afirmar que a amostra foi composta prioritariamente por mulheres, com idade acima de 30 anos, as quais atuam há menos de três anos como empreendedoras, com ênfase para o setor de serviço, empreendendo em busca de autonomia e independência para atuar profissionalmente.

4.2 Elementos que Denotam o Sucesso Empreendedor

Na próxima seção da pesquisa, foi apresentada uma sequência de afirmações para extrair elementos que denotam a percepção acerca do sucesso empresarial em pequenas empresas, observando-se as tendências de concordância e discordância dos respondentes em cada afirmação ou grupo de afirmações que correspondem a cada categoria analisada, conforme apresentado a seguir.

4.2.1 Percepção sobre as Medidas Financeiras Representadas pelo Lucro

A assertiva 1 “Em minha visão, o lucro e o retorno do investimento são os maiores medidores do sucesso de um empreendimento” (Tabela 1) apresenta o lucro, um medidor operacional financeiro, como o elemento que denota o sucesso empreendedor.

Os resultados revelam que 52% dos empreendedores concordam com a afirmação, um percentual consideravelmente alto, principalmente comparado à opção “discordo”, que somou apenas 23,5% das respostas, quando se leva em consideração que a percepção do lucro é uma medida identificada facilmente pelos empreendedores, como apontado por Gerba e Viswanadham (2016).

Dessa forma, observa-se que, na amostra estudada, o resultado corroborou com os resultados das pesquisas realizadas com pequenas empresas por Salinas-Jiménez et al. (2010) e Carree & Verheuel (2012), cujos elementos financeiros foram levantados como os maiores medidores de sucesso. Gerba e Viswanadham (2016) reforçam que tais indicadores podem ser facilmente identificados e extraídos das demonstrações contábeis e de outros materiais contábeis de apoio, quantificados e compreendidos por seus proprietários-gerentes.

Tabela 1 – Medidas financeiras para medição do sucesso

Assertiva	Discordo Totalmente	Discordo Parcialmente	Não Concordo e nem Discordo	Concordo Parcialmente	Concordo Totalmente
Assertiva 1*	8,8%	14,7%	24,5%	30,4%	21,6%

* Em minha visão, o lucro e o retorno do investimento são os maiores medidores do sucesso de um empreendimento. Fonte: dados da pesquisa, 2022.

Tabela 2 – Medidas operacionais não financeiras para medição do sucesso

Assertiva	Discordo Totalmente	Discordo Parcialmente	Não Concordo e nem Discordo	Concordo Parcialmente	Concordo Totalmente
Assertiva 2*	1%	10,8%	28,4%	35,3%	24,5%
Assertiva 3**	0%	2%	5,9%	29,4%	62,7%
Assertiva 4***	8,8%	13,7%	28,4%	29,4%	19,7%
Média	3,3%	8,8%	20,9%	31,4%	35,6%

* Considero que a capacidade de expandir a empresa é uma evidência do sucesso empreendedor, mais importante do que apresentar grandes lucros.

** Acredito que a eficiência operacional culmina no sucesso do empreendimento.

***O aumento do número de empregados é um elemento que denota o sucesso de um empreendimento.

Fonte: dados da pesquisa, 2022.

Tabela 3 – Medidas Subjetivas que Denotam o Sucesso Empreendedor

Assertiva	Discordo Totalmente	Discordo Parcialmente	Não Concordo e nem Discordo	Concordo Parcialmente	Concordo Totalmente
Assertiva 5*	12,7%	15,7%	25,5%	25,5%	20,6%
Assertiva 6**	1%	4,9%	23,5%	30,4%	40,2%
Assertiva 7**	2%	7,8%	10,8%	21,6%	57,8%
Média	5,2%	9,5%	19,9%	25,8%	39,6%

* A satisfação pessoal que o empreendimento me proporciona é mais importante que o retorno financeiro do empreendimento.

** A possibilidade de equilibrar as responsabilidades de casa com o empreendimento é um elemento que me satisfaz enquanto empreendedor.

*** A perspectiva de me realizar pessoalmente é essencial para eu me considerar um empreendedor de sucesso

Fonte: dados da pesquisa, 2022.

4.2.2 Percepção sobre as Medidas Operacionais não Financeiras

Apresentadas na Tabela 2, a assertiva 2 “Considero que a capacidade de expandir a empresa é uma evidência do sucesso empreendedor, mais importante do que apresentar grandes lucros”; a assertiva 3 “Acredito que a eficiência operacional culmina no sucesso do empreendimento”; e a assertiva 4 “O aumento do número de empregados é um elemento que denota o sucesso de um empreendimento” possuem elementos de medição operacionais não financeiros como elementos que denotam o sucesso empreendedor.

O resultado médio entre os elementos operacionais não financeiros apresentados na Tabela 2 mostra que para 67% dos empreendedores pesquisados, as medidas operacionais não financeiras denotam o sucesso empreendedor.

Nesse contexto, a eficiência operacional (assertiva 3) é vista como o marcador mais forte de sucesso com uma sólida concordância (92,1%). Na média, a importância atribuída a esses elementos se sobrepõe ao lucro como medidor de sucesso. Esses resultados estão em concordância com os achados de Reijonen e Komppula (2007) acerca da eficiência operacional.

Por sua vez, os estudos de Gerba e Viswanadham (2016) demonstram a expansão da empresa como uma medida utilizada pelos empreendedores para melhor avaliar seu sucesso. Ainda nesse contexto, apesar de Callado, Callado e Andrade (2008) terem listado o aumento do número de empregados como uma medida de avaliação do desempenho empresarial, na percepção dos empreendedores que participaram deste estudo, tal aumento não se mostrou muito relevante como elemento que denota o sucesso do empreendimento.

4.2.3 Percepção sobre as Medidas Subjetivas do Sucesso Empreendedor

Na sequência do levantamento de informações, foram estruturadas três assertivas que buscaram revelar, na percepção dos empreendedores, elementos subjetivos que denotam o sucesso empreendedor: assertiva 5 “A satisfação pessoal que o empreendimento me proporciona é mais importante que o retorno financeiro do empreendimento”; assertiva 6 “A possibilidade de equilibrar as responsabilidades de casa com o empreendimento é um

Tabela 4 – Aconselhamento gerencial do contador para o sucesso empreendedor

Assertiva	Discordo Totalmente	Discordo Parcialmente	Não Concordo e nem Discordo	Concordo Parcialmente	Concordo Totalmente
Assertiva 8*	2,8%	2%	5,9%	32,4%	56,9%
Assertiva 9**	6,9%	11,8%	12,7%	22,5%	46,1%
Assertiva 10***	1%	0%	5,9%	28,7%	64,4%
Média	3,6%	4,6%	8,2%	27,8%	55,8%

* O auxílio do contador ajuda na tomada de decisão e contribui para uma boa eficiência operacional.

** Considero que o auxílio que recebo do meu contador é um elemento fundamental para o sucesso do empreendimento.

*** Acredito que, se as rotinas e os serviços fundamentais da contabilidade não forem bem executados, pode prejudicar o sucesso do empreendimento

Fonte: dados da pesquisa, 2022.

elemento que me satisfaz enquanto empreendedor”; e assertiva 7 “A perspectiva de me realizar pessoalmente é essencial para eu me considerar um empreendedor de sucesso”. Apresentadas na Tabela 3, essas assertivas possuem elementos de medição subjetivas como os elementos que denotam o sucesso empreendedor.

Interessante resultado se configura quando os pequenos empreendedores são levados a refletir sobre elementos não operacionais que denotam o sucesso empresarial. Nesse sentido, a média entre as assertivas que julgaram o sucesso por elementos subjetivos não operacionais foi de 65,40%. Destaque para a assertiva 6, equilíbrio entre as responsabilidades de casa com o empreendimento, com 70,6% de concordância, talvez em função da maioria dos respondentes serem mulheres.

A assertiva 7 obteve isoladamente o maior percentual de concordância, com 79,40%. A realização pessoal que o empreendedor almeja está na realização da atividade proposta e não exatamente na obtenção do resultado financeiro que ela lhe proporciona, a despeito de sua importância. Nos pequenos empreendimentos, as motivações pessoais e intrínsecas, de caráter

subjetivo (SALINAS-JIMÉNEZ et al., 2010) receberam altos índices de concordância quando comparadas com as motivações extrínsecas, que são baseadas no resultado ou no retorno financeiro que a realização da atividade possa conferir. Carree e Verheul (2012) constataram a existência de fatores pessoais e motivações intrínsecas que influenciam a percepção de sucesso pelos empreendedores, se destacando a satisfação que seus proprietários-gerentes possuem em relação ao andamento de suas empresas.

Por outro lado, a assertiva 5 apresentou percentual de concordância abaixo de 50% (46,1%). De fato, Carree e Verheul (2012) já haviam observado que, entre o bem-estar psicológico, o tempo livre e a renda, a satisfação com o rendimento (lucros) foi apontada como o de maior peso, uma vez que está diretamente ligada aos motivos que levaram esse empresário a constituir sua empresa.

4.2.4 Percepção sobre Aconselhamento Gerencial do Contador para o Sucesso Empreendedor

A quarta e última análise que se fez nesta pesquisa foi em relação à percepção do empreendedor acerca do profissional de contabilidade como um elemento que con-



“Com base nos resultados obtidos, apresenta-se, a tendência de concordância dos empreendedores para cada um dos elementos do sucesso empreendedor, com base na média aritmética simples de cada grupo de elementos que denotam o sucesso empreendedor, de acordo com a escala estabelecida na metodologia desta pesquisa.”

tribui para o sucesso empresarial. Para isso foram incluídas na pesquisa três assertivas: assertiva 8 “O auxílio do contador ajuda na tomada de decisão e contribui para uma boa eficiência operacional”; assertiva 9 “Considero que o auxílio que recebo do meu contador é um elemento fundamental para o sucesso do empreendimento”; e assertiva 10 “Acredito que, se as rotinas e serviços fundamentais da contabilidade não forem bem executados, pode prejudicar o sucesso do empreendimento” (Tabela 4).

O fornecimento de relatórios e aconselhamento gerencial e pessoal prestado pelos contadores é relevante para o sucesso empresarial, como já discutido nos trabalhos de Blackburn & Jarvis (2010), Athayde & Martins (2012), Carey (2015), Kirsten, Vermaak & Wolmarans (2015), e Blackburn, Carey & Tanewski (2018). Os resultados obtidos indicam concordância média de 83,6%, reconhecendo a importância dos serviços prestados pelos profissionais de contabilidade como auxiliares do sucesso empresarial.

De modo geral, faz-se, então, uma análise positiva da relação entre empreendedores e contadores, o que entra em conformidade com Blackburn & Jarvis (2010), os quais

Figura 5: Tendência de concordância de cada grupo de elementos do sucesso empreendedor Fonte: elaborada pelos autores, 2022

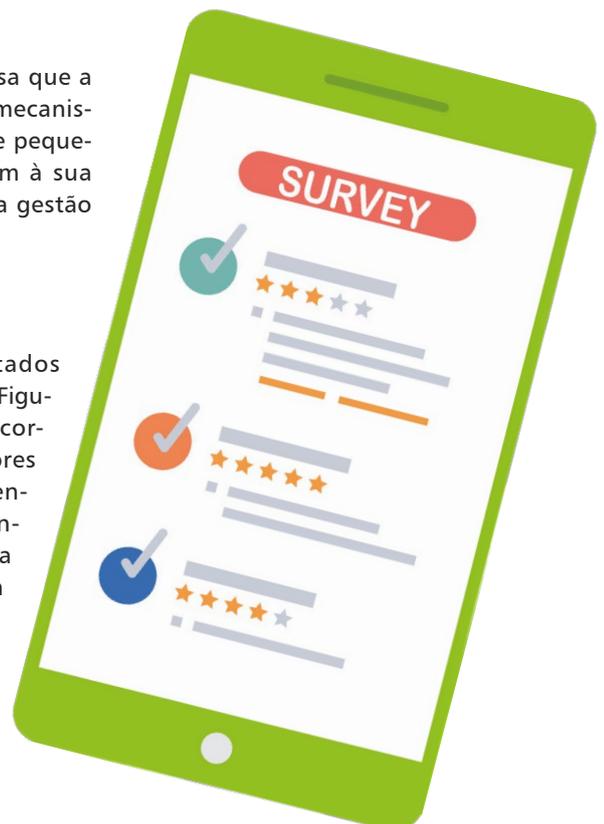
Elementos do Sucesso Empreendedor	Tendência de Concordância			
	Concordo parcialmente	Concordo totalmente	Percentual de concordância	Tendência de concordância
Medidas operacionais financeiras	30,4%	21,6%	52%	Moderada
Medidas operacionais não-financeiras	31,4%	35,6%	67%	Moderada
Medidas subjetivas do sucesso	25,8%	39,6%	65,4%	Moderada
Aconselhamento gerencial do contador	27,8%	55,8%	83,6%	Forte

Fonte: elaborada pelos autores, 2022.

observam em sua pesquisa que a contabilidade é um dos mecanismos mais populares que pequenos empresários possuem à sua disposição para ajudar na gestão de suas empresas.

4.2.5 Resumo dos Achados

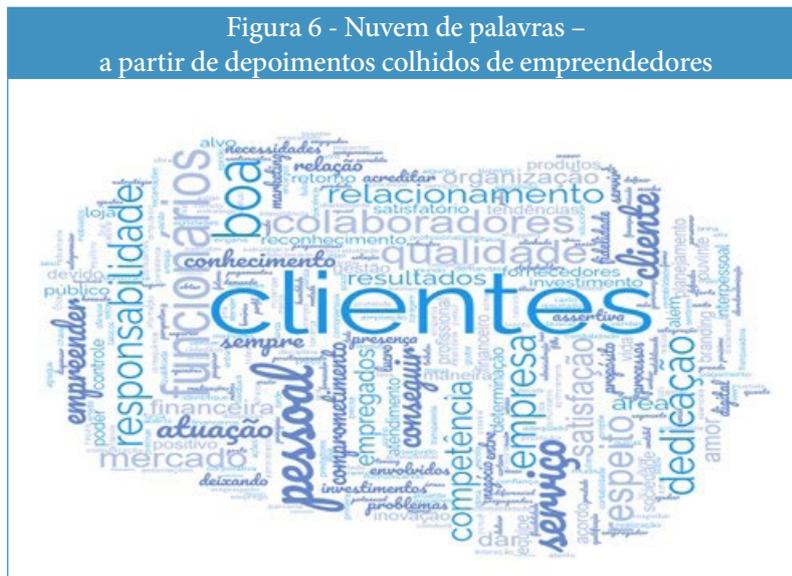
Com base nos resultados obtidos, apresenta-se, na Figura 5, a tendência de concordância dos empreendedores para cada um dos elementos do sucesso empreendedor, com base na média aritmética simples de cada grupo de elementos que denotam o sucesso empreendedor, de acordo com a escala estabelecida na metodologia desta pesquisa.



Quando comparadas, medidas operacionais não financeiras e medidas subjetivas se sobressaem na percepção dos empreendedores como medidas que denotam o sucesso empresarial. Destaque para a importância atribuída ao aconselhamento realizado pelos contadores, com percentual de concordância de 83,6%. Os achados desta pesquisa no Brasil corroboram resultados de pesquisas internacionais que versaram sobre o mesmo tema. Nas pequenas e nas médias empresas, os elementos não financeiros, de modo geral, são considerados importantes para os empreendedores como elementos que denotam o sucesso, e existe um entendimento acerca da importância atribuída aos profissionais da contabilidade, pela capacidade de suporte à gestão das pequenas e médias empresas.

4.3 Escutando os Empreendedores acerca dos Elementos que Denotam o Sucesso da Pequena Empresa

Ao final do instrumento de pesquisa, foi aberto para os respondentes um espaço onde poderiam expressar quais os elementos que denotam o sucesso de uma pequena empresa. Entre os 102 respondentes, 53 deixaram por escrito suas ideias acerca do tema, a partir das quais foi estruturada uma nuvem de palavras que pudes-



Fonte: dados da pesquisa, 2022.

se destacar os termos de maior recorrência, conforme apresentado na Figura 6.

Os resultados indicaram elementos não financeiros como itens mais destacados, tendo sido a palavra “cliente” a de maior recorrência, seguida das palavras “funcionário” e “pessoal”.

Ainda que a nuvem de palavras tenha enfatizado as medidas operacionais não financeiras, ao analisar as respostas, foi observado destaque tanto para elementos financeiros, como não financeiros operacionais e pessoais como elementos do sucesso empreendedor,

assim como os apresentados nos estudos de Walker e Brown (2004), Salinas-Jiménez et al. (2010) e Carree e Verheul (2012).

Cabe ressaltar que, nessa etapa de depoimentos, os contadores não foram lembrados por nenhum dos empreendedores que deixou seu depoimento no instrumento de pesquisa. Fato que denota que há amplo espaço para os profissionais de contabilidade se aproximarem dos empreendedores para fazerem parte de sua história de sucesso.

Para exemplificar, destacam-se três depoimentos acerca da percepção de sucesso como empreendedor:

flexibilidade de decidir o que fazer no meio da tarde, ir buscar o filho na escola, amar o que faz (P7);

estabilidade financeira, tributos e encargos sociais em dia e respeito aos empregados e à sociedade (P18); e

conseguir proporcionar bom atendimento aos clientes, ter boa relação com os colaboradores e conseguir superar a burocracia do Estado (P36).



“Após o tratamento dos dados, os resultados obtidos indicaram que a maioria dos participantes da pesquisa são empreendedores do sexo feminino, mais experientes, e com atuação empreendedora diversificada, e alternam entre empresas jovens e mais maduras.”

De modo geral, as respostas indicaram que os empreendedores possuem visão pessoal e individual do que seria o sucesso de um empreendimento, baseado no que buscam para si nos objetivos pessoais de vida, que suportam escolhas pessoais, mas conectadas com a realidade e o mercado que esses empreendimentos estão inseridos.

Logo, o elemento balizador predominante do sucesso encontra-se no âmbito da subjetividade do empreendedor, associado ao fato de que cada indivíduo possui personalidade própria e, consequentemente, motivos diferentes para se manter como empreendedor.

5. Considerações Finais

Esta pesquisa teve como objetivo identificar, com base na visão dos próprios empreendedores, a intensidade dos elementos percebidos do sucesso empreendedor, considerando-se medidas operacionais financeiras e não financeiras, subjetivas e, ainda, o papel do contador no apoio à gestão e à geração do sucesso dessas empresas.

Para sua consecução, foi feito o levantamento de literatura sobre as medidas operacionais financeiras e não financeiras, a subjetivi-

dade do empreendedor e o papel do contador no apoio à gestão e à geração do sucesso desses empreendimentos, o que suportou a elaboração do questionário de pesquisa o qual foi posteriormente levado a campo, obtendo-se 102 respostas válidas que compuseram a amostra desta pesquisa.

Após o tratamento dos dados, os resultados obtidos indicaram que a maioria dos participantes da pesquisa são empreendedores do sexo feminino, mais experientes, e com atuação empreendedora diversificada, e alternam entre empresas jovens e mais maduras.

Em relação aos elementos que denotam o sucesso empreendedor, observou-se uma variação na tendência de concordância: medidas operacionais financeiras obtiveram menor porcentagem quando comparadas às medidas operacionais não financeiras e às medidas subjetivas que denotam o sucesso de pequenos empreendimentos. A análise sobre a importância atribuída ao profissional da contabilidade também se



mostrou favorável, tendo recebido o maior grau de concordância entre os empreendedores participantes da amostra.

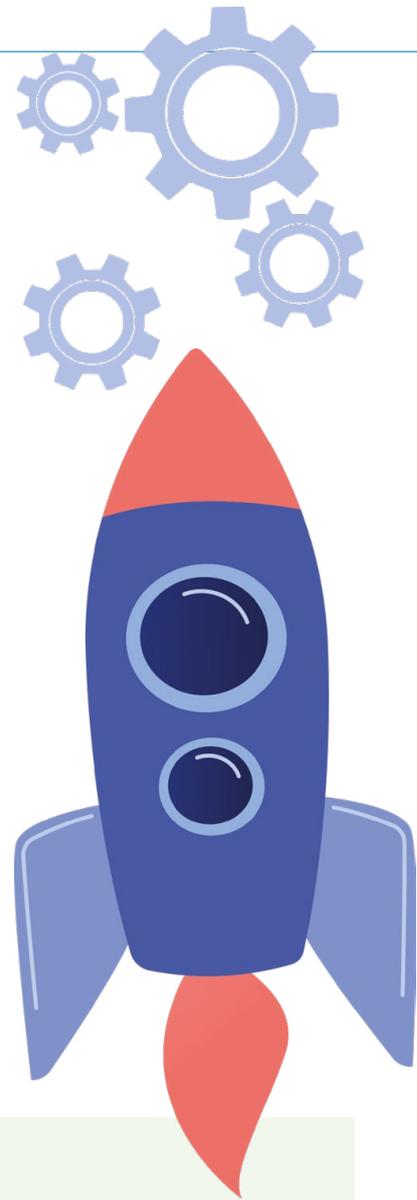
Percebeu-se, assim, que o elemento balizador do sucesso encontra-se no âmbito da subjetividade do empreendedor, em que cada indivíduo possui personalidade própria e, consequentemente, motivações diferentes para ser empreendedor, o que provoca percepções diferentes acerca do que melhor mede o sucesso.

Evidencia-se que, na amostra de empreendedores analisada, o sucesso empreendedor é medido majoritariamente pelas medidas operacionais não financeiras, tais como evolução do número de clientes, evolução do número de funcionários, fidelização dos clientes, investimentos em capacitação de pessoal, número de reclamações e/ou elogios, participação de mercado, tempo de atendimento ao cliente, qualidade na entrega do serviço, volume de vendas. Adicionalmente, quando instigados, reconhecem o auxílio da contabilidade como elemento que coopera para o sucesso, em alinhamento com o que vem sendo constatado em outros países ao redor do mundo.

Assim, entende-se que esta pesquisa contribui para o estudo do empreendedorismo ao inserir a contabilidade nesse contexto multidisciplinar. Os resultados aqui encontrados colaboram para a formação de uma literatura mundial

sobre o tema e podem ser utilizados na formação de políticas públicas e parcerias para o desenvolvimento empreendedor no Brasil.

Como limitações da pesquisa destacam-se, principalmente, o caráter não probabilístico da amostra, a acessibilidade por conveniência e o fato de o tamanho ser relativamente pequeno. Outra limitação é a ausência de técnicas estatísticas robustas capazes de comprovar estatisticamente as diferenças nas tendências observadas e os itens relevantes para compor cada grupo de análise. Então, das limitações da pesquisa surgem as proposições para dar continuidade a este estudo: novas pesquisas com amostras maiores e mais representativas, com a utilização de técnicas estatísticas multivariadas, capazes de estratificar melhor os elementos do sucesso empreendedor e capturar a relação entre o sucesso empreendedor e as características pessoais dos empreendedores brasileiros.



Referências

AHMAD, K. & Zabri, S. M. (2016) The Application of Non-Financial Performance Measurement in Malaysian Manufacturing Firms. *Procedia Economics and Finance*, v. 35, n. October 2015, 476-484

BENNETT, R. J., & Robson, P. J. (2005). The advisor-SMF client relationship: Impact, satisfaction, and commitment. *Small Business Economics*, 25(3), 255-271.

BLACKBURN, R., Carey, P. & Tanewski, G. (2018). Business advice by accountants to SMEs: relationships and trust. *Qualitative Research in Accounting and Management*, v. 15, n. 3, 358-384.

BLACKBURN, R. & Jarvis, R. (2010). *The role of small and medium practices in providing business support to small- and medium-sized enterprises*. [S.l.]: IFAC.

BRASIL. *Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006*. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Brasília, DF, 15 dez. 2006. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp123.htm>. Acesso em: 22 mar. 2019.

CALLADO, A. A. C., Callado, A. L. C., & de Andrade, L. P. (2008). Padrões de utilização de indicadores de desempenho não financeiros: Um estudo exploratório nas empresas de Serra Talhada/PE. *ABCustos*, 3(2).

CAREY, P. (2015). External accountants' business advice and SME performance. *Pacific Accounting Review*, v. 27, n. 2, 166-188.

CAREY, P. & Tanewski, G. (2016). The provision of business advice to SMEs by external accountants. *Managerial Auditing Journal*, v. 31, n. 3, 290-313.

CARLAND, J. W., Hoy, F., Boulton, W.R. & Carland, J.A.C. (1984). Differentiating Entrepreneurs from Small Business Owners. A Conceptualization. *The Academy of Management Review*, v. 9, n. 2, 354-359.

CARREE, M. A. & Verheul, I. (2012). What Makes Entrepreneurs Happy? Determinants of Satisfaction Among Founders. *Journal of Happiness Studies*, v. 13, n. 2, 371-387.

DOBROVIC, J., Lambovska M., Gallo P. & Timkova, T. (2018). Non-Financial Indicators and Their Importance in Small and Medium-sized Enterprises. *Journal of Competitiveness*, v. 10, n. 2, 41-55.

FARIAS FILHO, M. C. & Arruda Filho, E. J. M. Planejamento da Pesquisa Científica. (2a ed. Cap. 4 pp. 55- 135). São Paulo: Editora Atlas, 2013.

GERBA, Y. T., & Viswanadham, P. (2016). Performance Measurement of Small Scale Enterprises: Review of Theoretical and Empirical Literature. *International Journal of Applied Research*, v. 2, n. 3, p. 531-535.

KAPLAN, R. S., & Norton, D. P. (1997). A estratégia em ação: balanced scorecard. *Gulf Professional Publishing*.

KIRSTEN, E., Vermaak, F., & Wolmarans, H. (2015). Performance measurement in small and medium enterprises: South African accountants' view. *Journal of Economic and Financial Sciences*, 8(1), 13-34.

MATIAS, M. A., & de Andrade Martins, G. (2012). Educação empreendedora em contabilidade. *Revista Brasileira de Contabilidade*, (193), 40-53.

RANI, R., & Desiana, P. M. (2019). The Impact of Owners' Intrinsic Motivation and Work-Life Balance on SMEs' Performance: The Mediating Effect of Affective Commitment. *International Journal of Business*, 24(4), 393-411.

REIJONEN, H. & Komppula, R. (2007). Perception of success and its effect on small firm performance. *Journal of Small Business and Enterprise Development*, v. 14, n. 4, 689-701.

RIBEIRO, M. G. C., da Silva Macedo, M. Á., & da Costa Marques, J. A. V. (2012). Análise da relevância de indicadores financeiros e não financeiros na avaliação de desempenho organizacional: um estudo exploratório no setor brasileiro de distribuição de energia elétrica. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 6(15), 60-79.

SALINAS-JIMÉNEZ, Ma Mar, Salinas-Jiménez, J. & Artés, J. (2010). Income, Motivation, and Satisfaction with Life: An Empirical Analysis. *Journal of Happiness Studies*, 779-793.

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. (2013). Anuário do trabalho na micro e pequena empresa. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Anuario%20do%20Trabalho%20Na%20Micro%20e%20Pequena%20Empresa_2013.pdf>. Acesso em: 11 jan.2022.

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Brasil alcança recorde de novos negócios, com quase 4 milhões de MPE. Disponível em: <<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/ma/noticias/brasil-alcanca-recorde-de-novos-negocios-com-quase-4-milhoes-de-mpe,b7e02a013f80f710VgnVCM100000d701210aRCRD>>. Acesso em: 11 jan. 2022.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. Painel de empresas 2020. Disponível em <<https://datasebrae.com.br/totaldeempresas-11-05-2020/>> Acesso em: 13 jan. 2022.

SOBOTA, A., & Peljhan, D. (2012). Importance of different perspectives in integrated performance measurement systems. *Journal of Business Management*, (5).

WALKER, E., & Brown, A. (2004). What success factors are important to small business owners?. *International Small Business Journal*, v. 22, n. 6, 577-594.